

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS**

**MATHEUS IBELLI BIANCO**

**ÀS SOMBRAS HISTORIOGRÁFICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
IMPÉRIO, RAÇA E O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS  
(1898-1906)**

Porto Alegre  
2022

**MATHEUS IBELLI BIANCO**

**ÀS SOMBRAS HISTORIOGRÁFICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
IMPÉRIO, RAÇA E O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS  
(1898-1906)**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientador(a): Prof. Dr. Andrés Ernesto Ferrari Haines

Porto Alegre  
2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Ibelli Bianco, Matheus  
As sombras historiográficas das Relações  
Internacionais: império, raça e o projeto colonial dos  
EUA sobre as Filipinas (1898-1906) / Matheus Ibelli  
Bianco. -- 2022.  
120:f.  
Orientador: Andres Ernesto Ferrari Haines.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Império. 2. Historiografia das Relações  
Internacionais. 3. Estados Unidos. 4. Raça. 5. Journal  
of Race Development. I. Ernesto Ferrari Haines,  
Andres, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**MATHEUS IBELLI BIANCO**

**ÀS SOMBRAS HISTORIOGRÁFICAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:  
IMPÉRIO, RAÇA E O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS  
(1898-1906)**

Trabalho de Dissertação apresentado à  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Porto Alegre, 07 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Andres Ernesto Ferrari Haines – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dra. Marta Regina Fernandez Y Garcia Moreno  
PUC-RJ

---

Prof. Dr. Fabiano Pellin Mielniczuk  
UFRGS

---

Prof. Dra. Silvia Regina Feraboli  
UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Pensar esta dissertação em meio à uma conjuntura de profundos questionamentos globais e escrevê-la em modalidade de ensino remoto teria sido, mais do que nunca, impossível sem o suporte de familiares, amigos(as) e professores(as).

Primeiramente, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por todos os profissionais que a envolvem. Este é um espaço que vêm me acolhendo desde 2015, fornecendo grande parte das condições materiais, sociais e intelectuais de pesquisa. De igual modo, agradeço a CAPES pela bolsa que me permitiu iniciar e concluir meus estudos na pós-graduação.

Obrigado ao meu programa de pós-graduação, PPGEEI, por também ter me acolhido nos últimos 2 anos. A organização de um programa mais flexível durante o período pandêmico foi fundamental para conciliar as ansiedades conjunturais com a escrita desta pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, professor Andres. Seja em suas aulas ou em nossas inúmeras e longas conversas por telefone, o senhor vêm sendo um excelente orientador, parceiro de trabalho e sobretudo, um grande amigo. Você é, para mim, uma inspiração intelectual e humana.

Agradeço imensamente à minha família que, desde 8 anos atrás, apoia e confia incondicionalmente meus estudos, mesmo a despeito da saudade e da distância que essa situação nos impõe. Aos meus pais, Silvia e João, e minhas irmãs, Camila e Carolina, vocês são as pessoas mais importantes da minha vida.

Agradeço à minha namorada e parceira para todas as horas, Mariana, que tornou estes esquisitos dois anos de mestrado remoto em uma situação muito mais leve e confortável. Muito obrigado pela paciência e compreensão, especialmente para aqueles dias em que esta pesquisa tomou mais tempo e energia do que eu mesmo gostaria.

Agradeço aos meus amigos de graduação e também mestrandos Mateus e Rodrigo, fundamentais não apenas com suas sugestões e revisões nas horas mais difíceis, mas também pela descontraída convivência virtual que tanto me ajudou a lidar com as ansiedades destes últimos dois anos.

Aos amigos que o PPGEEI e o NEBRICS me proporcionaram, Matheus, Gabriela, Renato e Rafael. Obrigado pelas horas de trabalhos conjuntos, pelas conversas e

descontrações. Fico muito feliz de ter feito amigos tão bons neste curto e atípico espaço de tempo. Sei que o futuro ainda nos reserva muitos encontros, risadas e futuras parcerias, e desta vez, presenciais.

Agradeço finalmente à Alexandra Elbakayan por toda sua contribuição à Ciência, fundamental para a construção desta pesquisa.

Ah, pobre humanidad! No puedes estar muy engreída por tu civilización, esa joya preciada fabricada por tantos en el seno de tantas generaciones al soplo vivificante de las revoluciones pasadas, presentes y futuras. Porque con ese velo, resultas más fea y repugnante, cuando ejecutas esta terrible sentencia, que un filósofo con la historia en la mano escribiera en tu frente: homo homini lupus!

-Apolinário Mabini, 1899, *Homo Homini Lupus*. Em: La revolucion Filipina, 1931, p. 18. Publicaciones de la Biblioteca Nacional de Filipinas

## RESUMO

Embora usualmente esquecidas pela literatura convencional das Relações Internacionais, raça, império e administração colonial estiveram no centro do debate da política global e da gênese da disciplina entre o fim do século XIX e início do XX. Estes esquecimentos são favorecidos por leituras unicamente estadocêntricas da política internacional, pela utilização de conceitos atemporais como “anarquia” e pela reprodução de mitos historiográficos, como o do nascimento da disciplina em 1919. A partir de um estudo de caso sobre a esquecida colonização dos EUA sobre as Filipinas (1898-1906), o objetivo geral desta dissertação é resgatar histórias transnacionais de império e raça nas RIs, discutindo-se concomitantemente a ascensão dos EUA enquanto nação imperial no fim do século XIX. Partindo de pressupostos teóricos da Sociologia Histórica Global, busca-se investigar ainda, por intermédio da historiografia crítica e de métodos históricos e discursivos, alguns mecanismos analíticos que favorecem os esquecimentos coloniais nas RIs. Por fim, analisa-se como a colonização dos EUA sobre as Filipinas esteve vinculada à gênese da disciplina de Relações Internacionais, através, sobretudo, do *Journal of Race Development* (1910-1919). Esta revista, antecedente da prestigiada *Foreign Affairs*, também foi apagada da historiografia disciplinar e possuiu a administração colonial-racial estadunidense sobre as Filipinas como cerne de suas discussões. Entendendo que o estudo da colonização dos EUA sobre as Filipinas pode colaborar com a historiografia das RIs, busco contribuir, empírica e teoricamente, com as crescentes discussões acerca da genealogia e história intelectual das RIs.

**Palavras-chave:** Império. Historiografia das Relações Internacionais. Estados Unidos. Filipinas. *Journal of Race Development*.



## **ABSTRACT**

Although usually forgotten by the International Relations conventional literature, race, empire and colonial administration were at the centre of the global political debate and the genesis of the discipline between the end of the 19th century and the beginning of 20ths. These forgettings are favoured by state-centric readings of international politics, the use of timeless concepts such as "anarchy", and the reproduction of historiographical myths, such as the birth of IR (1919). From a case study on the forgotten colonization of the USA on the Philippines (1898-1906), the main goal of this dissertation is to rescue transnational histories of empire and race in IRs, concomitantly discussing the rise of the USA as an imperial nation at the end of the 19th century. Starting from the theoretical assumptions of Global Historical Sociology, I seek to further investigate, through critical historiography and historical and discursive methods, some analytical mechanisms that favour colonial forgetfulness in IRs. Finally, it analyzes how the US colonization of the Philippines was linked to the genesis of the IR discipline through the *Journal of Race Development* (1910-1919). This journal, a predecessor of the prestigious *Foreign Affairs*, was also erased from disciplinary historiography and had the American colonial-racial administration over the Philippines at the heart of its discussions. Understanding that the study of US colonization of the Philippines can contribute to the historiography of IR, I seek to contribute, empirically and theoretically, to the growing discussions about the genealogy and intellectual history of IR.

**Keywords:** Empire. Race. International Relations Historiography. United States. Philippines. *Journal of Race Development*.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1GM	1ª Guerra Mundial
2GM	2ª Guerra Mundial
EUA	Estados Unidos da América
JRD	Journal of Race Development
RI	Relações Internacionais
SHG	Sociologia Histórica Global
TRIs	Teoria de Relações Internacionais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>INTERROGANDO HISTÓRIAS DO PENSAMENTO INTERNACIONAL: O QUE HÁ PARA ALÉM DA HISTORIOGRAFIA CONVENCIONAL DAS RIS?.....</b>	<b>19</b>
2.1	HISTÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA (RE)VIRADA ÀS ORIGENS DA DISCIPLINA .....	20
2.2	ESQUECIMENTOS VOLUNTÁRIOS: IMPÉRIO E RAÇA NAS RIS.....	27
2.3	UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA GLOBAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	34
<b>3</b>	<b>ARTIFÍCIOS DO ESQUECIMENTO E O LUGAR DO PROJETO COLONIAL ESTADUNIDENSE SOBRE AS FILIPINAS NAS RIS .....</b>	<b>42</b>
3.1	OUTRA NOTA DE RODAPÉ E O Esvaziamento da História .....	43
3.2	A HISTORIOGRAFIA E O EMBRANQUECIMENTO METODOLÓGICO COMO ENGRENAGENS DO ESQUECIMENTO.....	49
3.3	O SÉCULO XIX E A ASCENSÃO IMPERIAL ESTADUNIDENSE: PORTAS ABERTAS À DOCTRINA MONROE.....	54
3.4	SITUANDO O EXPANSIONISMO ESTADUNIDENSE DO SÉCULO XIX EM ÂMBITO GLOBAL .....	60
<b>4</b>	<b>O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS E O PAPEL DO <i>JOURNAL OF RACE DEVELOPMENT</i> NA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL .....</b>	<b>67</b>
4.1	A GUERRA TRANSNACIONAL HISPANO-AMERICANA (1898) E O PROJETO COLONIAL SOBRE AS FILIPINAS (1898 – 1906).....	68
4.2	O ANGLO-SAXISMO RACIAL E A BUSCA DO STATUS CIVILIZATÓRIO FILIPINO .....	77
4.3	UMA DISCIPLINA INCUBADA? O RETRATO DO PROJETO COLONIAL ESTADUNIDENSE NAS FILIPINAS A PARTIR DO <i>JOURNAL OF RACE DEVELOPMENT</i> .....	87
4.4	O QUE O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS NOS INFORMA SOBRE A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS? .....	94
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>106</b>



## 1 INTRODUÇÃO

*The past is never dead. It's not even past.*  
William Faulkner, *Requiem for a Nun*, 1951.

Em janeiro de 2022, a estátua de bronze de Theodore Roosevelt, 26º presidente dos Estados Unidos (EUA), foi removida da entrada do Museu Americano de História Natural (Nova Iorque). O monumento também era composto por duas figuras humanas retratadas de forma servil, localizadas abaixo de Roosevelt – um homem negro e um nativo-americano -, que flanqueavam a figura do ex-presidente em seu cavalo. A estátua, inaugurada em 1940, foi retirada pelo museu após parte da sociedade acusar seu simbolismo de inferioridade racial. Em 2021, uma placa localizada na Praça dos Voluntários (Seattle) sofreu o mesmo destino. Esta continha os dizeres: “Parque nomeado em 1901 em tributo aos serviços voluntários dos veteranos da guerra hispano-americana, os quais libertaram os povos oprimidos de Cuba, Porto Rico e das Ilhas Filipinas”. A retirada da placa ocorreu após uma ampla força tarefa da comunidade local, instigada por um artigo de opinião intitulado “A Grande Mentira na Praça dos Voluntários”, publicado na *Northwest Asian Weekly* (GIEBEL, 2021).

O referente texto foi escrito por Christopher Giebel, membro da comunidade e professor de História da Universidade de Washington. Apontou o professor que “[...] esta placa, existente há mais de 70 anos, é uma espécie de mentira plantada [...] os Estados Unidos se veem como uma força benfeitora e não como um país profundamente enraizado na escravidão, no imperialismo e no colonialismo”. Relembra o autor que, apenas entre 1899 e 1902, forças estadunidenses assassinaram 300.000 filipinos em uma “brutal guerra de conquista colonial, de viés racista”, genocídio o qual Theodore Roosevelt foi um dos principais responsáveis. Para o professor, “[...] a placa diariamente zomba dessas vítimas da violência, qualificando-os como povos oprimidos que foram ‘libertados’ por soldados americanos.” (GIEBEL, 2021). O esforço para a remoção da referida placa derivou, afinal, de uma reação da comunidade ao crescente preconceito racial sobre asiáticos nos EUA.

Os atos envolvendo a estátua de Roosevelt e a placa em Seattle, bem como o teor do artigo de Christopher Giebel, estão intrinsicamente conectados e revelam questionamentos históricos, políticos e sociais latentes que se estendem a sociedade contemporânea<sup>1</sup>. Nos

---

<sup>1</sup> Especialmente nos últimos anos, símbolos e estátuas referentes ao passado colonial vem se tornando continuamente centro de discussões em torno de memórias coletivas. Apenas elucidando alguns exemplo, entre 2020 e 2021, manifestantes ingleses derrubaram a estátua do traficante de escravos Edward Colston, em Bristol (BBC, 2020); da mesma forma, colombianos derrubaram a figura de Cristóvão Colombo em Barranquilla,

EUA, a confrontação de parte da sociedade com sua própria história colonial ganhou novos impulsos após o assassinato de George Floyd por um policial branco e os subsequentes atos organizados pelo movimento *Black Lives Matter*. Também foi instigada com a ascensão da violência contra asiáticos, que ganhou sua maior representação em um massacre contra 8 pessoas em Atlanta, em março de 2021. O crescimento da violência motivada por ódio racial nos EUA está longe de ser uma conjuntura isolada, possuindo raízes históricas profundas.

Assim como a sociedade diariamente convive com a exaltação de figuras coloniais em espaços públicos sem necessariamente reconhecer as nuances imperiais de seus respectivos contextos, também, na disciplina de Relações Internacionais (doravante RIs), reproduzimos narrativas e seguimos mecanismos metodológicos que não nos permitem apreender o legado colonial presentes no campo. Ao me deparar em 2020 com a história do projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas (1898-1945) – o qual considera-se como a segunda mais longa guerra travada na história estadunidense, após a Guerra do Afeganistão (IMMERWAHR, 2019) – sequer consegui lembrar-me de alguma menção a tal evento durante os 5 anos de minha graduação em RIs. Investigando posteriormente o modo com que autores(as) apresentados como cânones na disciplina – especialmente realistas e liberais - representavam o evento em suas obras e pesquisas, mais inquietações surgiram.

Como discuto mais adiante, nas poucas vezes em que tal projeto é lembrado nas obras destes referidos cânones, geralmente restringe-se às notas de rodapé; quando não, os autores remetem a uma visão excepcionalista e benevolente dos EUA. Usualmente, as Filipinas são retratadas no início do século XX apenas como uma simples etapa geopolítica de um longo processo de expansão iluminista-capitalista-liberal dos EUA, movimento este analisado através de lentes estadocêntricas que apagam as causas e impactos transnacionais que circulam ao redor deste projeto colonial. A disciplina de RIs, afinal, possui suas próprias estátuas e placas, as quais funcionam como representações de narrativas que, muitas vezes, ofuscam histórias e dinâmicas. Um destes mecanismos de ofuscamento atravessa a historiografia da disciplina.

A narrativa convencional das RIs afirma que o campo de estudo é uma gênese da 1ª Guerra Mundial (1GM), período no qual emergiu uma disciplina supostamente científica, racional e objetiva – a despeito de inicialmente idealista – necessária para impedir o surgimento de novas guerras. Segue a narrativa de que tais preocupações levaram à fundação

---

dedicando o ato aos mortos durante a colonização espanhola (BBC, 2021); já no Chile, manifestantes danificaram ao menos 329 estátuas de figuras relacionadas ao passado colonial (TINCELLO, 2020).

de um departamento de RIs na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales, dando início à disciplina. Esta, no entanto, é uma visão parcial e incompleta da história (CARVALHO *et al.*, 2011; SCHMIDT; GUILHOT, 2019). As RIs nasceram também na era dos impérios, e as primeiras décadas de sua história (1890 – 1920) preocuparam-se explicitamente com questões em torno da administração colonial e de justificativas para a supremacia civilizacional europeia e ocidental (LONG; SCHMIDT, 2005; VITALIS, 2015). Como relembra Robbie Shilliam (2012), em uma ordem marcada pela exploração imperial e pela hierarquização racial, a raça era vista como uma unidade política mais fundamental do que os conceitos de Estado, nação ou indivíduo. Era articulada, sobretudo, através da “linha de cor”, a qual W.E.B. Du Bois visualizava como um princípio organizacional da política internacional (DU BOIS, 1903). Não por acaso, tais reflexões imperiais e raciais vêm sendo cuidadosamente evitadas nas teorias de Relações Internacionais (TRIs), como pontuam Anievas, Manchanda e Shilliam (2014). Um caso exemplar deste esquecimento consiste no projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas, cujo apagamento tem sido questionado por movimentos antirracistas tais como os que levaram a derrubada da estátua de Roosevelt.

É nesta intersecção entre política internacional, RIs, Historiografia e os múltiplos esquecimentos que tais campos reproduzem que esta dissertação se debruça. A partir de um estudo de caso que, embora pouco estudado, esteve no centro – temporal e tematicamente - de um período de consolidação e institucionalização do pensamento internacional, delinheio o seguinte problema de pesquisa: “Como o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas é narrado nas RIs, e o que tal projeto nos informa sobre a disciplina?”. Através desta dupla-pergunta, busco explorar as nuances transnacionais<sup>2</sup> desta história ignorada, bem como seus impactos para a disciplina. Ainda, investigo como o projeto colonial dos EUA esteve intrinsecamente vinculado ao campo por meio da revista *Journal of Race Development* (1910-1919).

Argumento, em síntese, que compreender o contexto da Guerra Hispano-Estadunidense (1898) e a subsequente administração colonial dos EUA sobre as Filipinas nos revelam nuances imperiais que permitem questionar narrativas excepcionalistas e benevolentes de

---

<sup>2</sup> Como explicarei nos próximos capítulos, histórias transnacionais desafiam noções estadocêntricas como as principais unidades de análise nos estudos acerca da história global. Segundo Çapan, Dos Reis e Grasten (2021 p. 524), o transnacionalismo nas RIs foca tanto em fenômenos (por exemplo, processos de transferência cultural, ideologias, resistências, concepções raciais, etc) quanto em entidades (organizações transnacionais), as quais transcendem os limites dos Estados Nacionais.

política externa dos EUA, reificadas na historiografia da disciplina (e que estão presentes na placa em Seattle e na estátua de Theodore Roosevelt em Nova Iorque). Neste sentido, através de uma leitura de recorte transnacional e da identificação das nuances imperiais e raciais deste projeto, a desmistificação de dois eixos simultâneos e interligados atravessam esta dissertação:

- a) o mito da excepcionalidade estadunidense;
- b) o mito que envolve o nascimento da disciplina de Relações Internacionais.

O estudo de caso também leva à investigação de uma das revistas pioneiras das RIs, o *Journal of Race Development* (doravante, JRD), a qual foi um resultado direto dos questionamentos do *modus operandi* estadunidense sobre as Filipinas. Julga-se que estes elementos são envoltos à uma “norma contra o perceber” ou “esquecimento voluntário” do racismo<sup>3</sup> e do imperialismo nas RIs (VITALIS, 2000, p.332).

Para a análise do referido projeto, foi escolhido o marco temporal 1898-1906. Esta escolha justifica-se pois 1898 foi o início do projeto colonial, após a Guerra com a Espanha, e 1906 a data em que ocorreu um dos massacres mais brutais do período colonial: o de Bud Dajo. Julgo que este recorte, apesar de distante do fim do controle colonial direto dos EUA sobre as Filipinas (1913) e do ano em que finalmente as ilhas deixaram de ser uma colônia estadunidense (1945), é suficiente para delinear as principais discussões civilizacionais e sociológicas que influenciaram a criação do *JRD*. Este recorte também é suficiente para delinear alguns dos principais mecanismos de reprodução da violência colonial pelos EUA nas Filipinas<sup>4</sup>.

Busco dois principais objetivos nesta dissertação. O primeiro é trazer discussões acerca de questões imperiais e raciais para o centro do debate nas RIs, apontando por meio da historiografia crítica e de estudos pós-coloniais alguns mecanismos analíticos que permitem os esquecimentos coloniais na disciplina. O segundo, a partir de uma leitura Sociológica Histórica Global da ascensão dos EUA enquanto nação imperial, é explorar as nuances

---

<sup>3</sup> Entende-se racismo a partir de Henderson (2013, p.72), como a crença, prática e política de dominação baseada no conceito de raça. Assim, não consiste apenas como preconceito, mas crenças, práticas e políticas que refletem e são apoiadas pelo poder institucional, principalmente o poder estatal. Para Acharya (2022, p. 26) tanto a raça quanto o racismo são fenômenos socialmente construídos, embora isso não os torne menos reais, já que adquirem significado social através de uma variedade de forças e instituições sociais, legais, políticas e econômicas.

<sup>4</sup> Ademais, estender os estudos para além do recorte temporal anunciado significaria a necessidade de explicar a colaboração das elites filipinas com os agentes coloniais estadunidenses, que anteriormente haviam resistido à invasão dos EUA. Essa cooperação, visando a estabilidade colonial, representou uma continuidade da guerra colonial. Possui dinâmicas complexas, necessitando um esforço de estudo à parte dos objetivos desta dissertação.



transnacionais – imperiais e raciais – presentes no projeto colonial estadunidense sobre as Filipinas e como este esteve intrinsecamente vinculado com a gênese da disciplina de RIs, através sobretudo do *JRD*.

Deste modo, busco, nesta dissertação, dialogar e de alguma forma contribuir, empírica e teoricamente, com as crescentes discussões historiográficas críticas das RIs, especialmente as que debatem os mitos disciplinares do *mainstream* teórico (SCHMIDT, 1998; QUIRK; VIGNESWARAN, 2005; HOBSON, 2012; VITALIS, 2015 e HOZIC, 2016). Responsáveis por levantarem debates que vêm progressivamente adicionando novas narrativas sobre a forma de olharmos para a história do campo, autores(as) deste revisionismo historiográfico ainda não investigaram profundamente a relação entre o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas com a gênese da disciplina de RIs, especialmente através do *JRD*. Certamente este caminho analítico já vêm sendo trazido à luz por autores como Hobson (2012) e Vitalis (2015). No entanto, ao que pude acompanhar em uma revisão bibliográfica, as especificidades transnacionais e as nuances da relação entre o referido projeto colonial e a gênese da disciplina de RIs ainda pouco foram exploradas. Tal projeto colonial vem sendo investigado nos últimos 20 anos majoritariamente por historiadores (KRAMER, 2003; 2006; IMMERWAHR, 2019) e sociólogos (GO; FOSTER, 2003), possuindo algumas poucas menções em autores que dialogam com as RIs (HOBSON, 2012; VITALIS, 2015). Entender este estudo de caso e buscar aproximá-lo do campo, pode contribuir, eu defendo, com a historiografia da disciplina.

Como perspectiva interpretativa, utilizo uma abordagem Sociológica Histórica Global (doravante, SHG), cujas principais características são o contextualismo, o relativismo e o transnacionalismo (HOBDE; HOBSON, 2003; GO; LAWSON, 2019; ÇAPAN *et al.* 2021). Acadêmicos(as) que se identificam com a SHG buscam identificar e traçar as conexões e circulação de ideias, entendendo que Estados-Nações e civilizações não existem de forma isolada, tampouco são entidades historicamente fixadas (CARVALHO; LEIRA, 2021). A partir desta abordagem, compreende-se que são os encontros civilizacionais e suas imbricações (*entanglements*), e não os excepcionalismos ocidentais, que permitiram à Europa e aos EUA promoverem suas expansões e domínios globais.

Um dos principais entendimentos da SHG, em perspectiva ontológica e epistemológica, é a capacidade de compreensão do Estado não como inato, mas derivado de um longo processo transnacional histórico-social. Não apenas influenciado pelas lógicas capitalistas

expansionistas, o momento a ser analisado foi marcado pela complexificação transnacional da ideologia imperial/racial e das expansões civilizacionais. Assim, como é delineado ao longo desta dissertação, é possível identificar o (silenciado) papel do pensamento racial e imperial nos argumentos de autores considerados clássicos da disciplina das RIs, como Woodrow Wilson e Alfred Mahan. Isto é, muito além de somente um pensamento idealista ou realista, estes autores percebiam nas diferenças raciais um papel central para seus pensamentos de política internacional. E o projeto colonial sobre as Filipinas estava no centro deste debate.

Como estratégia metodológica, utilizo na pesquisa uma abordagem histórica-contextual – buscando expandir as fronteiras das RIs em direção à Sociologia e à História – e um método de análise de discurso. A análise histórica-sociológica de longo prazo dos EUA permitirá delinear características e percepções sobre as estruturas das identidades civilizacionais do país, a fim de demonstrar o quão profundamente enraizadas tais características se encontram nos discursos políticos e intelectuais da nação. Estudos históricos, de igual maneira, são relevantes pois, de acordo com Lene Hansen (2006, p. 70) “[...]tem um potencial genealógico e crítico adicional na medida em que rastreiam como representações anteriormente importantes foram silenciadas e eliminadas do discurso do presente”. O uso de um método de análise discursivo, com base em metodologias de cunho pós-estruturalista e pós-colonial (MILLIKEN, 1999; HANSEN, 2006), buscará justapor narrativas, de modo a contrastar a historiografia tradicional com uma narrativa<sup>5</sup> de vertente mais crítica, focada no apontamento das nuances imperiais e raciais em torno da gênese da disciplina de RIs. Esta abordagem é útil no sentido de questionar discursos predominantes do *mainstream* disciplinar bem como os próprios mitos historiográficos da disciplina (ROSENBOIM, 2019).

Especialmente para o capítulo 4, realizou-se uma revisão de textos escritos para o *Journal of Race Development* (1910-1919). Cumprindo a limitação de escopo desta dissertação, não foi possível investigar todos os autores e artigos produzidos para a revista, que, em 10 anos, contou com 281 contribuições de mais de 150 autores distintos. Foram selecionados previamente os 36 artigos que trataram especificamente sobre o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas. A partir destes, foram reduzidos e selecionados 10 artigos da revista, de 9 colaboradores distintos, utilizando como critério a maior relevância do projeto colonial para os argumentos dos respectivos autores. Destaca-se que, embora restritos a uma

---

<sup>5</sup> De acordo com Milliken (1999), narrativas são representações de conceitos e contextos que alcançaram status próximo da “verdade” e, assim, auxiliam a construir realidades sociais. Estas são, em sua maioria, hierárquicas, constituídas através de oposições binárias e limites imaginários, definindo os sujeitos ativos, passivos e silenciados.

análise sobre o caso das Filipinas, estes artigos compõem um sistema de produção de conhecimento construído em conjunto com os demais artigos da revista, sistema o qual será explorado nesta pesquisa.

Também foram utilizadas diários e memórias de figuras políticas e acadêmicas, presidentes e congressistas estadunidenses, bem como intelectuais e revolucionários filipinos, como José Protasio Rizal, Emilio Aguinaldo e Apolinario Mabini. Todos estes registros biográficos históricos foram encontrados de forma online, especialmente em portais de bibliotecas nacionais, como o Instituto Cervantes de Manila. Buscou-se contrastar as diferentes percepções coloniais, raciais e sociais entre os atores(as). Revistas e jornais focados em comunidades e grupos étnicos específicos do período também foram utilizadas para delinear impressões acerca do projeto colonial, como por exemplo o *Washington Bee* (1882-1922), importante jornal majoritariamente dedicado a leitura de afroamericanos, *The Atlantic* (1857-) no qual figuras públicas estadunidenses usualmente fizeram comentários acerca de administrações coloniais e o *A.M.E. Church Review* (1841-), jornal vinculado a igrejas metodistas africanas. Também foram utilizadas outras revistas do período, como a *Philadelphia Public Ledger* (1836-1942). Todos os artigos foram encontrados em repositórios online. Ademais, relatórios referentes à Comissão Filipina (1900-1916), grupo colonial administrativo e de estudos estadunidense no arquipélago, também foram consultados.

Realizei uma breve revisão de artigos e livros de autores contemporâneos e tradicionais de Relações Internacionais, utilizando alguns como evidência de pensamentos que “ignoram” ou esquecem nuances raciais e imperiais da disciplina e da política internacional em seus escritos (mais especificamente, como abordam a experiência colonial sobre as Filipinas). Obras como as de Mearsheimer (2001; 2016), Walt (2016) Kissinger (2014), Zakaria (1999), Doyle (2015), Ikenberry (2010) foram selecionadas de acordo com a percepção de sua ampla utilização como amparo teórico e conceitual em diversas pesquisas, trabalhos de conclusão, dissertações e teses na disciplina de RIs e Estudos Estratégicos Internacionais.

Divido a dissertação em três outros capítulos além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo destina-se a explorar algumas nuances do pensamento internacional e da genealogia intelectual da disciplina de RIs. Busco recuperar o papel da História nas RIs, examinando o modo com que usualmente ela é (ou não) operacionalizada na disciplina, bem como as consequências desta operacionalização. A partir de uma revisão e abordagem historiográfica, busca-se também refletir sobre o passado imperial e racista em

meio o qual construiu-se a disciplina de RIs. Aponta-se, ainda, a relevância e pertinência de olhar às RIs e a Política Internacional a partir de uma perspectiva Sociológica Histórica Global.

Já no segundo capítulo busco identificar e problematizar o esvaziamento das dinâmicas imperiais e raciais nas RIs, resgatando suas complexidades históricas na política internacional. À luz dos debates realizados no capítulo anterior, é identificado, em algumas obras consideradas clássicas das RIs, o lugar que o projeto colonial dos EUA ocupa sobre as Filipinas. A partir desta identificação, investigo elementos que auxiliam a compreender as razões das omissões na literatura teórica das RIs, aprofundando a discussão já iniciada no capítulo anterior sobre o papel da historiografia e da metodologia disciplinar como artifícios do esquecimento. Então, através de uma perspectiva SHG, traço as principais características do caminho imperial dos EUA no fim do século XIX, recobrando o papel do diferenciamento racial e do expansionismo imperial para a consolidação de um violento projeto colonial sobre as Filipinas. Finalmente, contrapõe-se perspectivas que justificam e explicam o expansionismo dos EUA na virada do século XIX ao XX majoritariamente a partir de fatores domésticos ou excepcionalidades. Ao decorrer deste capítulo contextualiza-se os pensamentos internacionais de Alfred Mahan e Woodrow Wilson, de modo a contrastar tais contextos com a representação embranquecida de suas ideias, operacionalizadas por meio da historiografia convencional da disciplina.

Já o último capítulo são destacadas as primeiras interações entre Filipinas e EUA após a Guerra Hispano-Estadunidense, destacando algumas transnacionalidades do período, as violências perpetuadas neste projeto colonial bem como algumas percepções de atores estadunidenses e filipinos sobre o evento. São evidenciadas também algumas justificativas ideológicas-raciais deste projeto, seja a partir da visão do colonizador (anglo-saxismo racial), do colonizado (a busca pelo reconhecimento de civilidade) seja a partir do recorte racial transnacional (como a identificação dos soldados negros estadunidenses com os filipinos e vice versa). São exploradas também algumas contribuições do *Journal of Race Development*, destacando o papel que a revista, neste período incubatório das RIs, cumpriu na narrativa colonial. Finalmente, na última seção conclui-se acerca dos três principais achados e respostas do problema de pesquisa. O último capítulo, por fim, apresenta uma síntese da análise apresentada e uma retomada das discussões trazidas nesta introdução.

## **2 INTERROGANDO HISTÓRIAS DO PENSAMENTO INTERNACIONAL: O QUE HÁ PARA ALÉM DA HISTORIOGRAFIA CONVENCIONAL DAS RIs?**

A história tradicionalmente reproduzida acerca do surgimento da disciplina de RIs nos informa que o campo foi institucionalizado em 1919, na Universidade de Gales, Aberystwyth. Sua criação teria sido uma reação direta aos horrores da 1GM, em um período em que pensadores “idealistas”, como Woodrow Wilson, dominaram os debates da disciplina. Estes, de acordo com a narrativa, preocupavam-se sobretudo em entender como instituições internacionais – especialmente a Liga das Nações - poderiam auxiliar na prevenção de novas guerras, pregando o direito à autodeterminação dos povos, a dissolução dos impérios coloniais e a eliminação das práticas protecionistas. Esta história usualmente desemboca no “Primeiro Grande Debate” das RIs, no qual invoca-se E.H. Carr e suas críticas em relação aos “idealistas” e “pacifistas”. Para Carr, estes pensadores estavam em um estágio inicial de maturidade, já que em seus pensamentos prevaleceria “[...]o desejo sobre a análise, a generalização sobre a observação [...] e a falta de discernimento crítico em relação aos fatos existentes” (CARR, 1964, p.8). A Segunda Guerra Mundial (2GM), nesta narrativa, é a suposta prova empírica do equívoco analítico dos idealistas, abrindo então um segundo capítulo do campo: a dominação do debate disciplinar pelos denominados “realistas”. Estes, estudiosos como Hans Morgenthau que se preocupavam, sobretudo, acerca de relações de poder e do interesse nacional, sendo o auxílio à condução da política externa o principal objetivo do processo de teorização.<sup>1</sup>

Adicionar nuances analíticas sobre esta narrativa acerca do surgimento da disciplina de RIs é o objetivo deste capítulo. Argumenta-se que a adoção da narrativa convencional do “nascimento” da disciplina – a qual história principal foi reproduzida acima - omite características fundamentais das RIs e da própria Política Internacional<sup>2</sup>. Através dela, eliminam-se o papel imperial dos EUA no início do século XX, bem como o papel intelectual e acadêmico que auxiliaram na construção e consolidação dos argumentos raciais-imperiais justificadores da política externa expansionista do país. As narrativas das teorias tradicionais

---

<sup>1</sup> A reprodução desta narrativa pode ser encontrada em manuais da disciplina de RIs, como em: Lessa e Gonçalves (2007, p.25); Castro (2012 p. 310-348); Reus Smit e Snidal (2008 p. 396).

<sup>2</sup> Argumento este no cerne do debate crítico historiográfico das RIs, em desenvolvimento por autores como Brian Schmidt (1998); Vitalis (2005; 2015); Quirk e Vignewaran (2005); Or Rosenboim (2019) e tantos outros(as).

da disciplina tornam-se, assim, engrenagens de poder (BELL, 2019), já que funcionam como legitimadoras de histórias sobre a política internacional.

Afim de explorar o pensamento internacional e a genealogia intelectual da disciplina de RIs, este capítulo é dividido em 3 seções. Na primeira seção busca-se recuperar o papel da História<sup>3</sup> nas RIs, examinando o modo com que usualmente ela é (ou não) operacionalizada na disciplina, bem como as consequências desta operacionalização. Faz-se também uma apresentação de alguns dos principais debates historiográficos na disciplina. Já na segunda seção, a partir de uma abordagem históica e historiográfica, busca-se refletir sobre o passado imperial e racista em meio o qual construiu-se a disciplina de RIs. Destaca-se que será em meio a este contexto temporal que analisar-se-á o estudo de caso desta dissertação. Isto pois a administração colonial estadunidense sobre as Filipinas se deu concomitantemente ao desenvolvimento de um pensamento político internacional que influenciou anos mais tarde a institucionalização das RIs, havendo entrelaçamentos contextuais e intelectuais que ampararam ambos eventos. Finalmente, na terceira seção, busca-se apontar a relevância e pertinência de olhar as RIs e a Política Internacional a partir de uma perspectiva Sociológica Histórica Global. Em última análise, o pensamento inerente à SHG abarca grande parte das motivações teóricas delineadas nas duas primeiras seções e oferece o enquadramento intelectual a partir do qual os demais capítulos desta dissertação desdobram-se.

## 2.1 HISTÓRIAS E HISTORIOGRAFIAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA (RE)VIRADA ÀS ORIGENS DA DISCIPLINA

Esta primeira seção do capítulo possui como objetivo desenvolver brevemente o papel do uso da História no campo das RIs, bem como os recentes debates os quais ampliaram as discussões históricas e historiográficas na disciplina. Se por um lado manuais e cursos de RIs ainda informam a história da disciplina a partir de narrativas clássicas do campo — como seu suposto nascimento em 1919 e os “grandes debates” teóricos que marcam sua trajetória —, outros estudos nas duas últimas décadas vêm reexaminando tais descrições, recontando cronologias e memórias desta ciência (SMITH, 1998; CARVALHO *et al.*, 2011). Este movimento, em concomitância com outras abordagens críticas, vem assumindo um papel fundamental nos estudos disciplinares. Possuem implicações ontológicas e epistemológicas as quais complexificam as formas de como se abordam e se aplicam teorias de RIs em

---

<sup>3</sup> Para diferenciação, grafo com letra maiúscula quando me refiro à disciplina.

pensamentos no campo. Estas revisões e narrativas alternativas são permeadas pela re-centralização da História nas RIs, movimento este foco desta seção.

Especialmente a partir da década de 1950, nos EUA, intelectuais e acadêmicos passaram a delinear os principais debates disciplinares que hoje são conhecidos como marcantes na trajetória do campo<sup>4</sup>. Neste período, pesquisadores(as) vinculados(as) à disciplina buscaram empreender esforços para legitimar o campo da política internacional como uma área de estudos legítima e independente, e de certa forma, apartada de suas principais influências pretéritas, como a Ciência Política, a História e a Sociologia. Mais do que isso, explica Nicolas Guilhot (2011), neste período “estava em jogo na disciplina uma disputa sobre qual a melhor forma de se interpretar a natureza da política” (GUILHOT, 2011, p. 25). Dentre estes esforços, privilegiaram-se modelos baseados em teorias generalizantes e métodos quantitativos, características marcantes do movimento behaviorista<sup>5</sup> que se tornou tendência sobre as ciências sociais durante as décadas de 1950 e 1960 (CARVALHO *et al.*, 2021, p. 2).

Assim, ao menos nos EUA, as RIs desenvolveu-se como um campo majoritariamente teórico e preditivo, vinculado às necessidades específicas acadêmicas e de política externa<sup>6</sup> do país no contexto da Guerra Fria (BARASUOL, 2018, p.94). Segundo Horta (2018, p.371), o fetiche estadunidense por tornar as RIs objetiva e preditiva, esteve ligado a uma dupla função de legitimar consensos políticos existentes (como a ideia do conflito inevitável na Guerra Fria) e de apontar futuros possíveis que interessavam aos detentores de poder<sup>7</sup>. Esta percepção levou, anos mais tarde, Stanley Hoffman (1977) a afirmar que a disciplina se tornou, afinal, uma ciência social estadunidense. Inderjeet Parmar (2011) explica que este foi o momento em que o campo se tornou um “projeto da elite estadunidense, bagunçado na prática, mas servindo aos propósitos hegemônicos dos EUA” (PARMAR, 2011, p. 195). Para John Hobson, o instante representa mais uma etapa que refletiu como as teorias de RIs seriam

---

<sup>4</sup> Neste período, não apenas nos EUA desenvolveram-se teorizações e estudos sobre política internacional (BUZAN; ACHARYA, 2019). Porém, como muitos destes estudos fora do centro anglo-saxão eram motivados pelo anti-colonialismo, foram largamente ignorados e marginalizados dentro do discurso eurocêntrico dominante da disciplina. Assim, ainda hoje têm-se uma cronologia disciplinar de RIs majoritariamente eurocêntrica, marcada por eventos e discussões em torno de vozes, conjunturas e epistemologias anglo-saxãs.

<sup>5</sup> Explica Guilhot que as RIs foram “incapazes de resistir à hegemonia do behaviorismo sobre a ciência política, estabelecendo a disciplina a partir do controle de um território disciplinar menor, limitado à política internacional” (GUILHOT, 2011, p. 25).

<sup>6</sup> Especialmente a necessidade política social de “prever” o futuro, como aponta Nicolas Guilhot (2011, p. 25).

<sup>7</sup> Além de que “a escolha pela objetividade e exigência preditiva condicionou o afluxo de dinheiro para pesquisa e selecionou saberes e profissionais que estavam dispostos a antecipar esse Futuro” (HORTA, 2018, p. 371). Barasuol (2018, p. 94) também explica que a suposta capacidade das RIs de informar a política externa e de alguma forma prever eventos futuros garantiu a atenção de financiamentos de Fundações como a Rockefeller.

utilizadas para “celebrar paroquialmente a civilização ocidental como o ideal normativo global” (HOBSON, 2012, p. 1).

Neste esforço de validação da disciplina após a IIGM, não apenas as raízes prévias do campo foram desconsideradas por parte dos intelectuais que se debruçaram sobre o ambiente internacional, mas a aplicação da história como instrumento metodológico foi descentralizada na disciplina. Afinal, os(as) atores deste processo buscavam uma “identidade própria” ao campo, a qual deveria ser encontrada com os olhos ao futuro (GUILHOT, 2019, p.2). A destruição gerada pela II GM demonstrou que as noções de “progresso” e de “evolução” não eram irremediáveis, sendo necessário antever momentos potencialmente catastróficos; era preciso “antecipar o futuro” para agir sobre ele (HORTA, 2018, p. 57).

Assim, para parte significativa das RIs pós 2GM, a História tornou-se apenas uma fonte de dados a partir da qual se extraíam informações para corroboração de modelos, uma espécie de laboratório para averiguações teóricas e regularidades empíricas da política internacional (SCHMIDT; GUILHOT, 2019; CARVALHO *et al.*, 2021). Como explicam Hobson e Lawson em *Bridges and Boundaries* (2001), esta transição não significou que a literatura convencional das RIs tenha se tornado a-histórica; mas sim que o *mainstream* passou a fixar-se na noção de uma história da política internacional passível de repetição e acronológica. Conceitos como democracia, balança de poder, soberania e hegemonia passaram a ser aplicados como fatos universais da política global, e não como conceitos produzidos dentro de conjunturas específicas históricas, imbuídas de significados sócio-políticos que refletiam perspectivas particulares de mundo (ELMAN; ELMAN, 2008, p. 359–360).

Este movimento de descentralização histórica desdobrou-se “esquecendo seletivamente” o legado dos estudos e pensamentos internacionais das décadas anteriores (VITALIS, 2005, p. 160). Como explicam Anievas e Gogu (2021, p. 138), no período pré 2GM foram desenvolvidos estudos acerca da dinâmica internacional e da expansão histórica do mundo capitalista, temas até então constantes nos estudos de política internacional. Pensadores(as) que versavam sobre temas vinculados ao imperialismo, colonialismo e raça, como Hobson (1902), Du Bois (1915) e Rosa Luxemburgo (2003) — os quais segundo Schmidt e Guilhot (2019) poderiam ser facilmente considerados cânones das RIs hoje —, foram, em grande medida, ignorados pelo processo de institucionalização da disciplina pós 2GM. Do mesmo modo, os propósitos fundacionais do campo também foram desprezados. Isto pois, como melhor será debatido, a disciplina inicialmente foi concebida aos finais do século XIX como uma ciência com finalidades para resolução de problemas resultantes da expansão capitalista



internacional (VITALIS, 2005; 2015; HOBSON, 2012). Ou seja, versava acerca das problemáticas advindas de expansões imperialistas e administrações coloniais das potências ocidentais.

Entendendo que a formalização da disciplina no período pós II GM não ocorreu a partir de uma tábula rasa, especialmente nos últimos 20 anos, consolidou-se um movimento nas RIs que busca recuperar as histórias e os traços históricos-metodológicos iniciais da disciplina. Parte deste movimento busca entender e refletir sobre as raízes imperiais e raciais ignoradas e os esquecimentos dos pensamentos internacionais pré II GM. Para Duncan Bell (2007, p. 123): “o estudo da história do pensamento político e da história intelectual da disciplina, deve ser estudado de forma mais cuidadosa, afim de desempenhar um papel importante na formação do debate teórico”. Guilhot também sintetiza a ideia do movimento: “Os primeiros teóricos de RIs estão sendo resgatados do esquecimento e suas doutrinas restauradas à suas complexidade, de forma a desmistificar a incoerência dos rótulos atribuídos a eles com o tempo” (GUILHOT, 2019, p. 2). Bell e Guilhot se referem à recente subárea historiográfica das RIs cujo foco central é a recuperação da História como eixo metodológico importante na disciplina.

Neste sentido, a maior abertura para a recentralização da História no campo ganhou atenção e progressão sobretudo a partir da obra de Brian Schmidt, *The Political Discourse of Anarchy* (1998), sendo influenciada, em partes, pelo desenvolvimento de eventos conjunturais pós-Guerra Fria (CARVALHO, 2021). Enquanto durante a Guerra Fria a percepção de centralidade euro-atlântica (geográfica, intelectual e cultural) legitimou concepções a-históricas derivadas de um mundo aparentemente pouco fluido, o fim da bipolaridade e a consolidação de novos atores emergentes do processo de descolonização instigaram um retorno à História como um guia diante de um futuro incerto. Este movimento foi reforçado pelos ataques de 11 de setembro. Como explicam Elman e Elman (2008):

Muito parecido com o desmembramento da URSS e o fim da bipolaridade, o 11 de setembro obrigou os estudiosos das RIs a repensarem suas afirmações paradigmáticas [...] passaram a ampliar os questionamentos aos fundamentos seculares e ocidentais das principais teorias e abordagens. Assim como sua incapacidade de anteciper o fim da Guerra Fria forçou o campo a se tornar mais autoconsciente de suas limitações teóricas, também os eventos de 11 de setembro exigiram um novo balanço, que trouxe um interesse renovado no desenvolvimento histórico da disciplina (ELMAN; ELMAN, 2008, p. 361).

Este movimento de “virada à história” da disciplina impulsionou um maior engajamento de pesquisadores do campo com novas metodologias de pesquisas históricas e qualitativas, ampliando abordagens empíricas, discursivas, pesquisas de documentos e arquivos, bem como estudos de campo. Como coloca Duncan Bell (2019), as duas últimas décadas presenciaram uma explosão de interesses acerca da História nas RIs, em que uma diversidade de acadêmicos(as) promoveu “amplas investigações sobre as origens e desenvolvimento do campo, reunindo debates esquecidos, tirando a poeira de volumes há muito não lidos e oferecendo novas perspectivas sobre velhas questões” (BELL, 2019, p. 16). Este movimento de revitalização e maior convicção sobre as vantagens dos métodos qualitativos sobre os quantitativos e formais nas RIs auxiliou a promover, concomitantemente, maiores estudos acerca da própria filosofia da ciência, expandindo de modo geral o repertório das técnicas de pesquisa no campo (ELMAN; ELMAN, 2008, p.362).

Anievas e Gogu (2021, p. 138) ressaltam que este *historical turn* disciplinar, no entanto, deve ser reconhecido como um “retorno” à própria história esquecida do campo. Como lembram os autores, acadêmicos e políticos no início do século XX estavam atentos aos problemas dos conflitos interestatais e suas relações históricas com os processos de desordem social, racial, bem como revoltas anti-coloniais. Muitos destes elementos apenas perderam-se por conta dos processos de abstração conceitual e teorização behaviorista<sup>8</sup>. Isto pois, ao menos no mundo anglo-saxão, o surgimento de uma campo de Política Internacional no início do século XX, como um empreendimento intelectual distinto, esteve estreitamente orientado em torno de investigações históricas sobre as intrincadas (e esquecidas) relações entre o capitalismo, imperialismo e as relações raciais (LONG; SCHMIDT, 2005; VITALIS, 2015)

Assim, os estudos históricos e particularmente os estudos historiográficos da disciplina buscam destacar as origens diversas e heterogêneas do campo, as quais envolvem diferentes tradições e áreas do conhecimento (ASHWORTH, 2014; ROSENBOIM, 2017). Particularmente importante para as correntes críticas da disciplina, mas não exclusivas delas, estas novas (re)inserções históricas das formas de entender e compreender as RIs promovem uma constante reformulação metodológica e teórica no campo. Serve, afinal, a propósitos distintos, desde a exploração de legados desconhecidos para entender desigualdades globais

---

<sup>8</sup> Como coloca Martin Bayly, sobre este movimento histórico nas RIs: “Mais uma vez, a história luta contra os conceitos que as ciências sociais exigem, com o custo de fazer negócios. Uma teoria que tenta capturar tudo não é teoria alguma, mas permanecem questões quanto ao nível de abstração conceitual com o qual nos sentimos confortáveis. Em que ponto acabamos prejudicando a história que buscamos trazer para a disciplina? Estas são certamente perguntas que permeiam todo o movimento da volta histórica das RIs”. (BAYLY, 2021, p.358)

até a desnaturalização de conceitos dados como universais na política internacional<sup>9</sup>. Entende-se que um dos principais argumentos destes movimentos na disciplina é o de que, para se alcançar uma compreensão mais completa sobre as raízes das RIs e da política internacional, deve-se complexificar análises a partir da sincronização entre os contextos acadêmicos-científicos com seus respectivos contextos histórico-políticos (MENDES, 2019, p.22).

Por consequência, o desenvolvimento desta concepção historiográfica é crítico em relação à parte do desenvolvimento teórico de positivização das RIs. Segundo Hansen (2006), o positivismo pretende abstração e generalização a partir de preceitos e modelos universais que, a princípio, são atemporais e independem de seus respectivos contextos sócio-políticos, gerando incongruências analíticas. O movimento histórico e historiográfico, fazendo parte de um afluxo crítico sobre a disciplina, atua intelectualmente em sentido contrário: defende-se que as ideias são frutos de seus respectivos tempos e espaços, e devem ser julgadas como tal. Implica-se o reconhecimento de que a história da disciplina não é a história da política internacional, apesar de haver uma relação epistemológica e prática entre ambas. Pelo contrário, defende-se que a história da disciplina é apenas uma história de diversas representações contestáveis de política internacional (GUNNEL, 2019, p. 206; SCHMIDT, GUILHOT, 2019, p. 3)

A partir desta perspectiva, autores(as) como Duncan Bell (2007), John Hobson (2012), Vitalis (2015) e Or Rosenboim (2017; 2019) enquadram o campo de RIs como parte de um movimento internacional mais amplo, iniciado ainda em finais do século XIX. Tais autores(as) desenvolvem as intrincadas relações da disciplina com o conhecimento produzido acerca dos métodos imperiais e coloniais que tomavam forma até então, e que não foram totalmente eliminados com o processo de descolonização. Nesta visão, autores clássicos das RIs — como Alfred Mahan e Morgenthau — passam a ser revisitados pela historiografia através de uma abordagem mais contextualizada, ao mesmo tempo em que novos atores — que antes pouco eram relacionados à disciplina, como W.E.B Du Bois e Merze Tate - agora são explorados como importantes contribuições intelectuais ao campo. A partir desta interpretação, entende-se a disciplina de RIs como componente de um longo processo histórico do pensamento internacional, sendo sua formalização e positivização apenas um episódio dentro de uma complexa rede de evolução do pensamento internacional.

---

<sup>9</sup> Alguns destes conceitos, como a Anarquia, serão tratados nas próximas seções deste capítulo.

Neste sentido, ampliaram-se os questionamentos acerca da divisão convencional entre RIs e História, rompendo as fronteiras e as divisões entre as disciplinas<sup>10</sup> (LAWSON, 2012). A virada histórica nas RIs desafia a concepção convencional originada no pós II GM a qual implica que os registros históricos devem ser apenas traçados por historiadores e que ao acadêmico de RIs somente caberiam o ato de extrair tais registros e aplica-los na testagem de seus preceitos teóricos. Passou-se a apontar os problemas de assumir a história como objetiva, bem como destacaram-se as inconveniências e incoerências acerca de uma série de hipóteses convencionais das RIs sobre a “história” da natureza.

Como apontam Schmidt e Guilhot (2019, p. 7), esta virada histórica nas RIs contribuíram para desestabilizar a identidade da disciplina, assumindo um caráter intrinsecamente revisionista. Em conjunto com demais acadêmicos(as) críticos às posições convencionais da disciplina, tais pesquisadores(as) vêm gradualmente derrubando a imagem de que as RIs deva atuar como uma teoria científica e neutra. Para Schmidt e Guilhot (2019):

Progressivamente demonstra-se que conceitos abstratos, modelos e representações do mundo que possuem ampla aceitação na disciplina, não refletem a complexidade de seus contextos culturais, projetos institucionais ou tendências ideológicas. As principais escolas de pensamento internacional - "realismo", "liberalismo", "neorealismo" - não aparecem mais como teorias coerentes e claramente definidas, mas como simplificações que ofuscaram as complexas histórias intelectuais que inicialmente as geraram. Na verdade, elas aparecem como o que são: ficções racionalizadas destinadas a propósitos de ensino, limitando as histórias oficiais que, de acordo com Thomas Kuhn, servem para legitimar a ciência “normal” [...]. A tarefa que os estudiosos de RI hoje enfrentam é tecer narrativas históricas, descobrir novas fontes intelectuais e desmistificar mitos de uma forma mais complexa, em que se destaque a natureza multilinear e contextualizada da construção do conhecimento. (SCHMIDT; GUILHOT, 2019 p. 6, tradução minha).

Reavaliar, recontextualizar e identificar discursos históricos (legitimados e deslegitimados) na disciplina é, também, um exercício com impactos para o presente. De acordo com a perspectiva histórica sociológica global (HOBDEN; HOBSON, 2003; ANIEVAS; MATIN 2016) a reavaliação da história permite revelar e remediar o tempocentrismo<sup>11</sup> e o cronofetichismo<sup>12</sup> das teorias tradicionais de RIs, ou seja, a suposição

---

<sup>10</sup> Isto pois, em uma abordagem convencional, acadêmicos de RIs deveriam preocupar-se em desenvolver teorias e conceitos — isto é, um conhecimento generalizante — enquanto caberia apenas à História preocupar-se com o particular e o contingente. Como explica De Carvalho et al. (2021, p.3), o questionamento desta divisão entre as disciplinas muito se deve à ampliação dos debates epistemológicos nas RIs oriundos aos finais do século XX.

<sup>11</sup> Para Hobden e Hobson (2003, p. 7) o tempocentrismo é um modo de a-historicismo que conduz à uma ilusão disciplinar: a *ilusão isomórfica*, ou seja, a naturalização e reificação do presente, cujos elementos são extrapolados ao passado de forma isomórfica e homóloga, resultando na falha em reconhecer características particulares do presente e do passado.

de que o “presente pode ser adequadamente explicado apenas examinando o presente” (HOBSON, 2002, p.6). Ainda, para Vitalis (2017, p.174), o esforço historiográfico permite que os acadêmicos reconheçam as concepções raciais e imperiais imbuídas nos pensamentos de autores tradicionais das RIs, que hoje são utilizados sem as devidas contextualizações de seus escritos. Esta historiografia que resgata os elementos coloniais da disciplina, enriquecida sobretudo a partir de pesquisas e trabalhos de pensadores(as) pós-coloniais<sup>13</sup> é discutida com mais detalhes na próxima seção.

Esta seção, assim, buscou brevemente introduzir a virada histórica das RIs, bem como iniciar alguns dos principais debates historiográficos da disciplina. Buscou-se delinear brevemente a importância de reconduzir a História como um dos eixos dos estudos internacionais, a qual sumarizam-se em 4 principais benefícios:

- a) extraem-se a partir da história importantes *insights* teóricos advindos do estudo de pensadores pretéritos que há muito foram esquecidos;
- b) através do conhecimento histórico compreende-se melhor ideias e premissas contemporâneas sobre a política internacional, o que
- c) nos permite também refletir criticamente sobre o presente;
- d) as RIs cercam-se de mitologias sobre suas origens e desenvolvimentos, distorcendo os debates. Recuperar a história permite complexificar tais mitos.

Como conclui Duncan Bell (2019, p.24) o conhecimento histórico, afinal, “pode nos forçar a reavaliar algumas de nossas imagens dominantes do campo, resultando na abertura de espaços necessários para pensar sobre a política internacional no novo milênio”.

## 2.2 ESQUECIMENTOS VOLUNTÁRIOS: IMPÉRIO E RAÇA NAS RIS

Esta seção possui como objetivo analisar brevemente algumas obras e reflexões históricas, historiográficas e pós-coloniais que, nos últimos anos, vêm explorando as

---

<sup>12</sup> Para Hobden e Hobson (2003, p. 7) o cronofetichismo é um modo de a-historicismo que conduz a três ilusões disciplinares: 1-) *A Reificação da Ilusão*, na qual considera-se que o presente é “isolado” do passado, o que dificulta o entendimento dos contextos históricos sócio-temporais, dando a sensação dos períodos históricos serem estáticos e auto-constitutivos; 2-) *A Naturalização*, na qual o presente é naturalizado a partir do pensamento de que emerge espontaneamente de acordo com imperativos naturais humanos, dificultando o entendimento de processos históricos sociais de poder. 3-) *A Ilusão da Imutabilidade*, na qual o presente é eternalizado e considerado natural e resistente a mudanças estruturais, dificultando o entendimento e a percepção de momentos de mudanças e rupturas. Um debate semelhante a este pode ser encontrado em Go e Lawson (2019,p.2).

<sup>13</sup> Shilliam (2010); Vitalis (2015); Sajed E Inayatullah (2016); Hobson e Sajed, (2017); Persaud e Sajed, (2018).

intrincadas redes e legados coloniais dentro da disciplina de RIs. Império, raça, racismo e o desenvolvimento do capitalismo foram temas determinantes para os estudos que deram origem à disciplina de RIs no início do século XX, e hoje são focos de análise que despertam crescente interesse na disciplina. De igual forma, acadêmicos(as) também passaram a explorar de que forma pressupostos e conceitos imbuídos de conotações raciais continuam informando análises sobre a política global. Concomitantemente, ampliou-se o número de estudos que exploram as razões de porque o conceito de “raça” tornou-se invisível ou parcamente notado nas RIs, a despeito do racismo ser um fenômeno intrinsecamente presente no cotidiano e na disciplina (KRISHNA, 2001; HENDERSON, 2013; 2017; HOZIÇ 2016).

Lidar com o conceito de império dentro das RIs nos oferece uma dificuldade ontológica, dada sua variabilidade de significado no tempo e no espaço<sup>14</sup>. Ao que aponta Bayly (2021, p.359), em vez de buscar sincronizar uma única definição sobre o conceito, estudos históricos e historiográficos passaram a explorar seus múltiplos significados, bem como suas bases legais, morais, políticas, comerciais e culturais. Passou-se a destacar também as intrincadas redes entre as relações imperiais com as ideologias liberais, como as políticas de portas abertas<sup>15</sup> e seus vínculos com teorias acerca do desenvolvimento civilizacional (BAYLY, 2021, p. 359). Estas teorias, elaboradas a partir de premissas binárias sobre Estados civilizados e não civilizados, possuíram um forte impacto dentro das RIs (HOBSON, 2012; VITALIS, 2015).

Isto pois o exercício de políticas imperiais, especialmente aos finais do século XIX e início do XX, era justificado a partir de missões supostamente benevolentes sobre populações ditas “não civilizadas”, enquadramento sob o qual construiu-se um universo normativo separador de territórios. Nesta divisão, a partir da qual se construía representações e políticas de subjugação, alguns territórios “atrasados” seriam mercedores de intervenção e exploração, enquanto caberia à outros (brancos) a própria colonização. As RIs, por sua vez, cumpriram seu papel como instrumento intelectual legitimador desta lógica. Estas políticas eram amparadas por pensamentos orientalistas que giravam em torno de termos como

---

<sup>14</sup> Na disciplina de RIs pós 2GM, como aponta Martin Bayly (2021), as relações imperiais consistiram em um *gap*, ou seja, pouco atraíram atenção nos estudos sobre política global. Martin indica que uma das poucas exceções foi o volume *Empires* de Michael Doyle, o qual caracteriza império como sendo constituído de “um controle efetivo, formal ou informal, de uma sociedade subordinada por uma sociedade imperial” (BAYLY, 2021 p. 356). Raymond Leslie Buell, 50 anos antes à Doyle, escreveu que “O imperialismo moderno não se opõe à existência de estados-nação separados de homens brancos, mas sim visa o estabelecimento de um governo autocrático por esses estados sobre as populações de cor” (BUELL, 1929, p. 56 apud VITALIS, 2005, p. 160). \* Buell, Raymond Leslie. 1928. *The native problem in africa*. Two volumes. New York: Macmillan.

<sup>15</sup> Conceito importante para esta dissertação que será explorado na seção 3.3 e 3.4

barbarismo, selvageria e questionamentos sobre capacidades intelectuais destes espaços<sup>16</sup>. Em geral, a formulação do “conhecimento colonial” era uma ferramenta importante para sustentar tais práticas coloniais, embasando uma concepção hierarquizada de mundo (BAYLY, 2021, p. 359).

Uma das razões deste silêncio imperial na disciplina, o qual faz menção Bayly (ou para utilizar uma expressão de Vitalis (2005), os “esquecimentos voluntários”), está ligada à bifurcação analítica entre “Impérios” e “Estados”, a qual passagem do primeiro para o segundo usualmente é entendida nas RIs como uma transição automática após a 2GM. Novas obras historiográficas e pós coloniais nas RIs trouxeram à luz a natureza multivetorial das relações imperiais, elevando à superfície uma série de atores e ideias que transcendiam espectros públicos e privados, consistindo em uma rede que não se enquadra na simples bifurcação de tais conceitos. Para Bayly, os mecanismos e instrumentos políticos de um “Império” para um “Estado” no século XX não se diferenciam consideravelmente (BAYLY, 2021, p. 362). Mesmo conceitos como “impérios formais” ou “impérios informais” vêm sendo questionados a partir dos trabalhos derivados da SHG (GO; LAWSON; CARVALHO, 2021).

Se, como dito acima, Bayly destaca e reflete sobre as omissões das RIs sobre as relações imperiais<sup>17</sup>, Duncan Bell (2019, p.2) — seguindo uma trilha intelectual que já há algum tempo se debruça sobre o recorte racial nas RIs<sup>18</sup> — alerta para as omissões disciplinares acerca do papel da raça no campo, bem como as práticas discriminatórias, de dominação e supremacistas brancas que o envolvem. Se por um lado, como relembra Bell, o imperialismo e o racismo não são necessariamente conectados — já que o imperialismo, segundo a concepção do autor, antecede secularmente as concepções modernas de raça — por outro, os dois elementos usualmente estão entrelaçados, o que se faz presente também nas RIs. Isto pois suas teorias convencionais possuem como principais bases ideias contratualistas do Estado de Natureza, as quais são refletidas sobre conceitos caros à disciplina, como a Anarquia,

---

<sup>16</sup> Conceitos os quais, segundo Henderson (2013, 2017), ainda informam contemporaneamente as teorias de RIs a partir de um recorte racial

<sup>17</sup> Como relembra Bayly (2021, p. 356), em diversos textos considerados cânones nas RIs, como Kenneth Waltz (1979), Mearsheimer (2001), Alexander Wendt (1999) e Keohane e Nye (1977), os termos “império” e “imperialismo” não aparecem uma vez sequer, mesmo apesar de diversos estudos de casos em suas obras serem derivadas de relações imperiais.

<sup>18</sup> Trilha esta especialmente derivada de reflexões de autoras(es) pós coloniais, como Persaud e Walker (2001); Krishna (2001); Shilliam (2010); Anievas et al (2014); Sajed e Inayatullah (2016); Henderson (2013, 2017).

considerada por Lipson a “Pedra de Roseta das RIs” (LIPSON, 1984<sup>19</sup>, p.22 *apud* HENDERSON, 2013, p.79).

Como explica Henderson (2013) a ideia de anarquia dentro das RIs provém dos pensamentos contratualistas de Kant<sup>20</sup>, Rousseau<sup>21</sup>, Locke<sup>22</sup> e Hobbes, que delineiam o “Estado de Natureza”, uma “condição hipotética caracterizada pela interação humana que antecede o estabelecimento da sociedade” (HENDERSON, 2013, p. 79). Henderson aponta, no entanto, que os contratos sociais dos filósofos são imbuídos também de um “contrato racial”, que supõe a emergência de uma humanidade homogênea a partir da sociedade civil, em que se estabelece uma “[...] humanidade hierarquizada, refletindo um dualismo fundamental demarcado pela raça.” (HENDERSON, 2013, p. 80). Assim, para o autor, este dualismo racial intrínseco ao contrato social é refletido sobre as teorias de RIs e em seus conceitos fundacionais. Nestes últimos, reflete o autor, o “estado de natureza é reservado aos não brancos” e conclui:

[...] a anarquia global, na qual situa-se a política internacional para muitos realistas, liberais, construtivistas e marxistas, sugere um dualismo racial que repousa sobre uma dicotomia em relação à emergência da sociedade, favorecendo a condução das relações sociais pelos brancos, construídos como superiores e desenvolvidos sobre

---

<sup>19</sup> Lipson, Charles (1984) ‘International cooperation in economic and security affairs’, *World Politics*, 37:1, 1–23

<sup>20</sup> Para Henderson (2013, p. 82), o “racismo presente nas teses dos teóricos contratualistas informam o discurso das RIs sobre a anarquia, que empresta os pensamentos sobre o Estado de Natureza”. O autor explica que o pensamento Kantiano do contrato social é uma das melhores imagens do contrato racial e seus impactos sobre as RIs. Parafrazeando Kant: “tão fundamental é a diferença entre essas duas raças humanas [brancos e negros]; além das diferenças de cor, também é grande as diferenças das capacidades mentais”(Kant 1960, p. 111 *apud* Henderson, 2013, p. 82). Henderson explica que, Kant, circunscrito por sua supremacia branca, acredita que “Os negros não atendem aos requisitos mínimos de agência moral” (p. 83). Acredita Henderson que: “a teoria ética e política de Kant é inequivocamente racista: retira parcelas da humanidade e das raças dos processos que analisa”. (p.3)

<sup>21</sup> Henderson (2013, p. 81) relembra as passagens de Rousseau: “para a Europa, a selvageria era uma realidade muito distante, uma vez que há muito tempo desenvolveu sua metalurgia e agricultura, as quais Rousseau argumenta que deram origem à sua superioridade sobre outras regiões”. No entanto Henderson destaca que Rousseau “escrevia há mais de duzentos anos após o encontro europeu com os grandes impérios asteca e inca, que já dominavam a metalurgia e a agricultura. Assim, “mesmo que alguns dos selvagens não-brancos de Rousseau pudessem ser enquadrados como “nobres”, física e psicologicamente mais saudáveis do que os europeus, eles ainda são selvagens. Portanto, seres primitivos que não fazem parte da sociedade civil, apenas criados acima dos animais”(MILLS, 1997, 60 *apud* Henderson 2013, p. 82).

<sup>22</sup> Henderson observa que “Locke é famoso por argumentar que Deus deu o mundo para o uso industrial e racional, qualidades originavam-se a partir do trabalho. Enquanto os ingleses “industriais e racionais” trabalhavam, na América, ao contrário, encontravam-se “bosques selvagens e terras não cultivadas [...] deixadas para a Natureza “pelos índios ociosos” (HENDERSON, 2013, p. 81). Por não agregar valor à terra por meio da produção “industriosa e racional”, os nativos americanos tornam seus territórios normativamente abertos para apreensão ao povo europeu, que deixaram o estado de natureza há tempos. Informa Henderson, assim, que Locke fornece uma racionalização normativa para a “conquista da América pela civilização branca”. A mesma lógica moral lockeana sobre os nativos americanos também poderia ser estendida aos negros. Os europeus não estavam se apropriando de seu continente natal, a África, já que os africanos não eram racionais, devendo, portanto, serem escravizados.



os negros e outras raças, construídos como inferiores e subdesenvolvidos. (HENDERSON, 2013, p. 84, tradução nossa).

Se, por um lado, o nascimento das RIs esteve relacionado a conceitos como anarquia, por outro, esta anarquia, para Henderson, direcionava-se “às políticas primitivas das raças inferiores, especialmente nos territórios tropicais os quais hoje consideramos de 3º Mundo” (HENDERSON, 2013, p. 85). O poder legítimo da política internacional, por sua vez, era posto sobre a “civilizada raça branca, por meio de seus modernos Estados Nações” (HENDERSON, 2013, p.85). O mecanismo de uma administração colonial eficiente, assim, poderia garantir que a anarquia não se espalhasse para o mundo moderno, o que geraria violência entre as nações brancas. Assim, gerou-se um discurso de que era obrigação dos povos superiores “impor ordem sobre seus domínios anárquicos, de modo a evitar que o caos - presumido ser endêmico das raças inferiores - se espalhassem sobre os territórios civilizados ou esferas de influência” (HENDERSON, 2013 p. 86).

Do mesmo modo, as raízes do pensamento liberal nas RIs são encontradas muito menos nos direitos individuais e no espraiamento da democracia mas muito mais em uma “imposição de uma ordem racista branca sobre os povos africanos, asiáticos, latino americanos e caribenhos” (HENDERSON, 2013, p. 85). Esta imposição, segundo Henderson, era fruto da visão imperativa do progresso a ser levado à terras não suficientemente exploradas por povos locais, gerando um incentivo para a conquista imperial. Apesar, então, de divergirem acerca das implicações das interações estatais e institucionais entre os povos anglo-saxões, ambas correntes – realista e liberal - aceitavam e justificavam a subjugação dos não brancos pelos brancos, confluindo à este respeito: “apoiavam uma dominação através da discriminação racial contra minorias não brancas domesticamente e um imperialismo através da dominação racial de povos não brancos no exterior” (HENDERSON, 2013, p. 85). Esta confluência é elucidada no capítulo seguinte, a partir da contextualização dos pensamentos de Mahan e Wilson.

Tais nuances usualmente são estendidas contemporaneamente nas RIs quando se interpretam questões vinculadas ao capitalismo. Apesar da literatura *mainstream* cada vez mais reconhecer as consequências teóricas da exclusão do capitalismo nas RIs, a sua compreensão como uma estrutura histórica-social dentro da disciplina permanece diminuta. Para Anievas: “O papel fundamental dos conflitos trabalho-capital, revolução social e competição intercapitalistas que compõem a a política internacional são excluídos do

pensamento realista e liberal” (ANIEVAS, 2014, p. 4). Neste sentido, entendimentos de política econômica nas RIs permanecem vinculados a uma concepção economicista do capitalismo, no qual este usualmente é reduzido “ao mercado”, esquecendo-se o papel imperial e racial. Desdobram-se a partir de então que a disseminação do livre comércio promove uma ordem internacional mais cooperativa e pacífica, identificada também com o desenvolvimento cultural e democrático (KEOHANE; NYE 1977; DOYLE 1986; IKENBERRY 2004). O capitalismo, neste sentido, é considerado apenas um fenômeno econômico, e não um modelo historicamente construído a partir de complexos processos sociais e formatos de exploração e controle de riquezas.

Mas não são apenas nos conceitos fundacionais da disciplina que podemos encontrar traços imperiais e raciais: a própria história das RIs revela suas origens. Assim, quando recupera-se a genealogia do campo, a raça é um elemento central, permeando argumentos e reflexões. Nomeada em 1922 como *Foreign Affairs* e hoje considerada como uma das principais revistas de RIs e política externa, este periódico possui uma ignorada história prévia. As publicações são herdeiras diretas do *Journal of Race Development*, como era conhecida a revista entre 1910 e 1919. O título da revista reforça a centralidade da raça para o entendimento do pensamento internacional, e não ao acaso, é considerada por Vitalis (2015) como um caminho fundamental para se entender o pensamento acadêmico internacional na virada do século XIX ao XX. Henderson (2013, p. 74) aponta que uma das principais preocupações do período, especialmente no entre guerras, eram os “sentimentos alarmistas que pressagiavam uma guerra racial”, a qual seria fruto da “consciência racial de uma vasta massa de povos não brancos, os quais tornavam-se cada vez mais assertivos”.

Robert Vitalis explica que a primeira geração de acadêmicos relacionados à política internacional “entendiam a si próprios como pesquisadores das dinâmicas do imperialismo e do nacionalismo, com o objetivo de buscar melhores estratégias para administrar territórios e raças atrasadas” (VITALIS, 2005, p. 163). Para o autor: “para estes pensadores fundadores [...] da nova ciência estadunidense de RIs, raças e Estados eram as unidades de análises mais importantes da disciplina” (VITALIS, 2005, p. 161). Observa-se a questão observando, por exemplo, o *Journal of Race Development*, o qual explicita em seu artigo inaugural, em 1910:

Os Estados Unidos possuem o mesmo interesse nas raças de civilizações menos desenvolvidas do que as grandes potências da Europa [...] Na política internacional, as questões mais importantes atualmente [...] giram entorno do Pacífico, cujas costas são habitadas por nações de culturas mais primitivas que as nossas (BLASKESLEE, 1910, p.2, tradução minha).

Explica o jornal que, à época, seus objetos de estudo seriam as “características das administrações coloniais de diferentes nações e seus métodos utilizados para progredir povos atrasados” (BLASKESLEE, 1910. p. 1). Isto pois esta matéria era de especial interesse ao seu país, já que “recentemente os EUA introduziram nas Filipinas uma política de controle sobre seu povo atrasado, a qual será necessária até que estas pessoas possuam condições de implementar um governo eficiente” (p.3). Lord Zimmern, o qual inaugurou o curso de Política Internacional em Aberystwyth em 1919, relatou em uma conferência que a “questão racial permanecia o problema mais urgente dos nossos tempos [...] a causa principal da guerra no mundo” (ZIMMERN, 1926, p. 81 *apud*<sup>23</sup> VITALIS, 2005, p. 163). Vitalis (2005), neste sentido, nos mostra que embora a disciplina de RIs tenha analisado durante o século XX majoritariamente as relações entre os Estados, as raízes do campo derivam profundamente de uma disciplina imperial, preocupada com a administração colonial e racial.

Como apontam Long e Schmidt (2005) e Duncan Bell (2009), acadêmicos(as) em torno das RIs parecem permanecer indispostos a confrontar as origens de sua própria história, profundamente atrelada às questões raciais, do uso da violência e do eurocentrismo<sup>24</sup>, presentes ainda com diferentes roupagens na disciplina. O pensamento pós-colonial nas RIs, neste sentido, vem cumprindo um papel relevante para indicar tais legados, promovendo uma discussão epistêmica sobre as raízes da disciplina bem como sua estreita conexão com o imperialismo. Passam a conferir atenção para o pensamento anti-imperial político, perspectivas não ocidentais, especialmente aquelas fruto de movimentos de libertação anticolonial. Isto pois, para parte do pensamento pós colonial, histórico e historiográfico, estudar e trazer de volta respostas em relação ao imperialismo são tão importantes quanto estudar o imperialismo em si.

Esta seção buscou brevemente delinear algumas críticas de teóricos das RIs acerca dos legados imperiais e raciais na disciplina. Tais estudos não apenas vêm constituindo importantes instrumentos para um revisionismo crítico da historiografia disciplinar, como também investigam mecanismos que permitem o “esquecimento” de tais legados no campo, favorecendo conceitos e ideias que reproduzem visões eurocêntricas. Estas visões são reforçadas por abstrações teóricas e binarismos analíticos, gerando compreensões simplistas e

---

<sup>23</sup> Zimmern, 1926. *The third British empire: Being a course of lectures delivered at Columbia University, New York*. London: Oxford University Press.

<sup>24</sup> Usando a definição de Eurocentrismo de Çapan et al (2021, p. 521), em que o conceito implica que a Europa é a força motriz de todos os desenvolvimentos da história global.

reducionistas sobre fenômenos sócio-históricos, como o capitalismo. Confrontar as origens das RIs e sua trajetória intelectual, vinculada às questões raciais e imperiais, pode consistir, assim, em um exercício relevante para auto-crítica disciplinar. Esta análise mais apurada contextualmente pode ser realizada de forma precisa a partir do enquadramento teórico da Sociologia Histórica Global, foco da próxima seção e que embasará o pensamento desta dissertação.

### 2.3 UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA GLOBAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Como descrito, especialmente nas duas últimas décadas, houveram ampliações das insatisfações por parte de acadêmicos(as) das RIs acerca dos paradigmas convencionais da disciplina. Este descontentamento foi gerado, sobretudo, a partir das frustrações em torno das limitações analíticas do campo em relação aos novos desafios conjunturais e mesmo à própria história de seus objetos. Muito da história da disciplina desenvolveu-se envolta a pesquisas e trabalhos de uma pequena parcela do globo (ocidente), através de lentes analíticas específicas (especialmente sob a problemática anárquica do sistema internacional). Foi exposto que uma das respostas a estes novos desafios e insatisfações resultaram em uma “virada” analítica histórica e historiográfica na disciplina. Esta virada, como analisada, vem exteriorizando as diversas nuances imperiais e raciais enraizadas nas trajetórias históricas das relações de poder globais e mesmo na trajetória intelectual do campo. Sob esses aspectos, esta seção busca sintetizar alguns dos princípios ontológicos, epistemológicos e analíticos os quais se amparam os movimentos e correntes teóricas expostos acima; estes princípios serão um baluarte teórico para a presente dissertação. Assumidamente diversa em seus princípios, métodos e objetivos, não pretende-se reduzir a rica heterogeneidade dos pensamentos historiográficos, sociológicos e pós coloniais nas RIs – e nem suas discordâncias internas -, apenas delinear a partir deles algumas características comuns, as quais compartilho. Sintetizam-se estes pensamentos a partir da Sociologia Histórica Global (SHG)<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Apresento os pressupostos teóricos, ontológicos e epistemológicos desta dissertação dentro do enquadramento da SHG, especialmente em razão de sua flexibilidade analítica. A SHG consiste em uma subárea de intersecção entre Sociologia, História e RIs a qual reconhecidamente não apresenta uma delimitação teórica clara aos moldes convencionais das escolas de RIs (HOB DEN, HOBSON, 2003; ANIEVAS, MATIN, 2016; GO, LAWSON, 2019). Esta não delimitação permite uma fluidez teórica e empírica através de diversos estudos e pesquisas. Sua vertente mais crítica ao eurocentrismo permite trabalhar autores que considero fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Neste sentido, a partir da SHG, dialogo com autores(as) revisionistas da historiografia das RIs, como Nicolas Guilhot (2011) e Brian Schmidt (1998; 2019); com autores pós coloniais da disciplina, como Robbie Shilliam (2010, 2012) e Alina Sajed (2013, 2021). A abordagem também

Em movimentos semelhantes ao das RIs, o campo da Sociologia também passou por uma “virada” histórica em seus estudos, que passou a ser conhecida como Sociologia Histórica. Segundo Charles Tilly (1980, p.679-681), a separação da história da sociologia promove uma “abstração de processos sociais em relação aos constrangimentos do tempo e do espaço”, gerando incongruências analíticas na disciplina; o exercício proposto por uma sociologia histórica seria, ao contrário, a análise dos processos sociais e das estruturas globais em grande escala ao longo do tempo. Seu objetivo é a análise das dimensões históricas das estruturas sociais, investigando as condições que permitiram a eclosão de fenômenos contemporâneos, em detrimento das análises sociológicas homogeneizantes baseadas em “leis universais”. Para tanto, concilia-se o “generalismo” proveniente da sociologia e a tendência ao “particularismo” da história, aliando-se a compreensão de fatores domésticos e a explicação de fatores estruturais (PAOLIELLO; MIKLOS, 2013, p.5). Assumidamente diversa e multifacetada, a Sociologia Histórica concentra suas preocupações em questões acerca da temporalidade e da constituição da modernidade<sup>26</sup> (GO; LAWSON; CARVALHO, 2021, p.48).

Esta Sociologia Histórica e as RIs passaram a se aproximar em fins do século XX, movimento que ganhou força especialmente nas décadas de 1980 e 1990 com as crescentes preocupações das RIs em reconfigurar a disciplina. No entanto, como Steve Smith (2001) aponta, a despeito desta associação, sobretudo na agenda construtivista, a influência da Sociologia Histórica nas RIs permaneceu amplamente estatocêntrica em sua abordagem, e não menos eurocêntrica. Ou seja, analisava-se a construção da modernidade no Ocidente a partir de uma ótica e características endógenas ocidentais. Gerou-se, assim, problemas analíticos compartilhados entre a Sociologia Histórica e as RIs:

---

oferece um enquadramento revisionista histórico que nos permite dialogar com historiadores(as) do desenvolvimento civilizacional dos EUA, como Gretchen Murphy (2005), Paul Kramer (2005) e Daniel Immerwahr (2019). Tais intersecções intelectuais permitem uma reavaliação crítica do pensamento e das estruturas (metodológicas e epistemológicas) das RIs, como podemos observar em John Hobson (2012; 2014), Alexander Anievas (2014), Robert Vitalis (2015) e tantos outros(as). Julgo, assim, que a SHG não deve ser entendida como uma teoria ou uma caixa nas RIs, mas sim como um conjunto de pressupostos teóricos críticos aos pensamentos convencionais do campo.

<sup>26</sup> Utilizo aqui a definição de modernidade de Buzan e Lawson (2015, p.1 – 2). Os autores relacionam modernidade com o estado de mudanças de ordens definidas por diferenciações em seus estratos sociais, estratos estes dominados por “diferenciações funcionais”. Os estratos sociais dizem respeito à hierarquias sociais, de classe, dinásticas e de raça. Já as diferenciações funcionais trata da interdependência entre a criação de uma complexa divisão do trabalho e o surgimento de papéis sociais especializados como o jurídico, político, militar, econômico, científico e religioso. Esta “diferenciação funcional” é, para os autores, a característica central da modernidade.

A sociologia histórica *mainstream* não está errada ao discutir questões militares ou guerras; ambas são perspectivas importantes de análise de como as ordens domésticas e internacionais surgiram e foram moldadas ao longo do tempo. A questão é que [...] reduz-se o internacional a pouco mais do que uma guerra entre Estados competitivos em um ambiente esparsa representado pela "anarquia". Constrói-se a imagem [...] que a violência é em grande parte, pelo menos na era moderna, algo praticado apenas por e entre os Estados. Essa suposição omite as múltiplas formas de violência que escapam o enquadramento do estado-nação, desde o papel violento desempenhado pelas forças coloniais e pós-coloniais até o impacto de atores aparentemente 'privados' em práticas coercitivas. Combinados, o estadocentrismo e o sistema anárquico [...] promovem a perda de importantes nuances sobre as relações de poder que fluem entre ou através das fronteiras. (GO; LAWSON; CARVALHO, 2021, p.51, tradução nossa).

É em distinção àqueles pensamentos estáticos da Sociologia Histórica que a Sociologia Histórica Global (SHG) emerge, com o objetivo de inserir relações históricas e sociais mais profundas na política internacional e nas RIs, especialmente com o objetivo de promover análises em torno das características transnacionais<sup>27</sup> à fenômenos globais. Destacam-se neste enquadramento, por exemplo, estudos sobre as formas hierárquicas em detrimento das formações anárquicas das ordens internacionais (HOBSON, 2014); diferenciações entre diferentes modos de ordem internacional (BUZAN; LAWSON, 2015); análises sobre as leituras históricas equivocadas acerca de alguns mitos históricos (CARVALHO *et al.*, 2011) e as formas em que as dinâmicas de “desenvolvimento desigual e combinado” auxiliam a explicar de forma mais abrangente a história (ANIEVAS; MATIN, 2015)<sup>28</sup>.

Os(as) autores(as) vinculados(as) ao pensamento da SHG não negam a importância do Estado como unidade de análise, mas sim buscam demonstrar que o seu foco irrestrito age como um obstáculo analítico. Para a SHG, o Estado consiste como uma “jaula” de ideias e práticas, não apenas das pesquisas sociais, mas também das próprias relações, condição que omite uma diversidade de atores e processos que ocorrem: distintas escalas as quais o Estado não consegue administrar, regular ou disciplinar (GO; LAWSON; CARVALHO, 2021, p 50). O sistema internacional, quando tratado em base da anarquia, acaba perdendo suas nuances em relação às relações imperiais, redes transnacionais de atores, ideias e fluxos culturais, gerando uma visão empobrecida da realidade; ademais, esta visão, como argumenta Tarak Barkawi (2019), omite formas de violência que escapam o enquadramento nacional-estatal, desde violências imperiais até o impacto de atores “privados” nas práticas coercitivas.

---

<sup>27</sup> As histórias transnacionais desafiam as noções estatocêntricas como as principais unidades de análise nos estudos acerca da história global. Segundo Çapan, Dos Reis e Grasten (2021 p. 524), o transnacionalismo nas RIs focam tanto em fenômenos (como processos de transferência cultural) como em entidades (como organizações transnacionais), as quais transcendem os Estados Nacionais.

<sup>28</sup> As obras de tais autores(as) citados serão analisados nesta dissertação nos próximos capítulos.

Julian Go e George Lawson (2019, p.18) descrevem três principais estágios ontológicos e epistemológicos que levaram ao desenvolvimento da SHG. Em primeiro lugar, a ênfase passou a ser colocada na interação entre as escalas nacional e internacional, buscando destacar as maneiras pelas quais as pressões emanadas do sistema internacional remodelaram as sociedades nacionais. Em segundo lugar, buscou-se transcender o materialismo *mainstream* da disciplina, buscando explorar o papel das ideologias e das normas transnacionais. Finalmente, buscou-se focar a importância das descontinuidades no sistema internacional, agindo em contraposição às premissas convencionais quanto às estruturas permanentes e a-históricas da política mundial (como o sistema anárquico). Em consonância, Çapan, Dos Reis e Grasten (2021, p. 522) definem a SHG como uma abordagem que prioriza as conexões e o intercâmbio de ideias como unidades de investigação por uma perspectiva histórica, buscando se afastar das leituras eurocêntricas da história global<sup>29</sup>.

Se é verdade que, por um lado, a SHG seja um campo de estudos multifacetado<sup>30</sup>, pode-se delinear alguns temas compartilhados entre seus autores(as). Além de se preocupar com as temporalidades e aos processos de continuidades/descontinuidades durante o tempo, a SHG também possui um foco na questão da modernidade, em sua emergência e constituição (GO; LAWSON, 2019, p.7). Esta modernidade, para Julian Go (2021), abarca temas correlacionados à industrialização, ideias acerca da soberania e acerca de um suposto Estado moderno, envolvendo uma série de desenvolvimentos globais e transnacionais. Metodologicamente, as unidades de análises e objetos podem se dar em torno do Estado-nação – incluindo as relações imperiais, em perspectivas micro-nacional<sup>31</sup> ou à nível macro estrutural-global<sup>32</sup>. Ambas as abordagens (micro e macro) se debruçam em como ideias e

---

<sup>29</sup> Como desdobra Hunt (2014): O ‘Ocidente não globalizou o mundo sozinho; aventureiros e empreendedores em todo o mundo foram responsáveis por promover uma maior interconexão e interdependência entre si. Visto que a globalização não é, portanto, uma criação exclusivamente ocidental, o paradigma da globalização deve ser modificado para levar em conta essas origens e processos múltiplos (HUNT, 2014, p. 27).

<sup>30</sup> Dentro desta perspectiva, como apontam Go e Lawson (2019, p.19) diversas tradições teóricas das RIs desenvolveram seus pensamentos. Por exemplo, marxistas examinam as maneiras pelas quais as relações de classe geram formas distintas de ordem internacional (ANIEVAS 2014), enquanto pesquisadores(as) pós coloniais vem buscando explicar as formas em que a ordem internacional moderna foi forjada em torno de distinções entre “civilizados”, “Bárbaros” e “selvagens”(INAYATULLAH; BLENEY, 2004).

<sup>31</sup> Segundo Çapan, Dos Reis e Grasten (2021), uma abordagem de nível micro realiza um “rastreamento” sobre histórias de vida, bem como estudos acerca de biografias de indivíduos ou grupos de atores, com o objetivo de revelar a justaposição, o emaranhamento e as trocas de experiência entre diferentes mundos sociais.

<sup>32</sup> Segundo Çapan, Dos Reis e Grasten (2021), uma abordagem de nível macro aborda análises sobre como grandes mudanças estruturais ou estruturas estão entrelaçadas e são co-constituídas. Exemplos de ambas os métodos podem ser encontrados em Çapan, Dos Reis e Grasten (2021, p.525).

práticas “viajam” e se conectam através de instâncias específicas de interação (ÇAPAN; REIS; GRASTEN, 2021, p. 525)

Outra crítica compartilhada por autores da SHG é a contrariedade à divisão do que é interno e externo a um Estado (GO, 2013). Para o pensamento, qualquer estudo social historicamente embasado deve analisar o entrelaçamento entre o o transnacional e o global dos processos, e como as pessoas, instituições, redes e políticas conduzem ou são conduzidas nestas dinâmicas. O que é doméstico e externo, o que é ocidental e oriental, metrópole e colônia não podem facilmente serem separados nas análises. Neste sentido, acadêmicos(as) que se identificam com a SHG buscam identificar e traçar as conexões e circulação de ideias (*entanglements*), entendendo que nações-estados e civilizações não existem de forma isolada, tampouco são entidades historicamente fixadas (CARVALHO; LEIRA, 2021). É a partir deste emaranhado de eventos e ideias que desdobram-se hierarquias que constituem o "global". (ÇAPAN; REIS; GRASTEN, 2021, p. 524).

Da mesma forma, um ponto de conexão que pode ser traçado entre os pensadores da SHG é a preocupação compartilhada acerca do pensamento relacional (GO; LAWSON, 2019, p.23). Este pensamento parte da ideia de que as estruturas sociais são um padrão de interações que foram institucionalizadas, historicamente constituídas através da agência de atores historicamente situados. Assim, um dos objetivos da SHG é a tentativa de desnaturalizar entidades e conceitos como Estados, Impérios e Civilizações colocando-os sob escrutínio histórico. Do mesmo modo, este relacionismo também reconhece as formas sociais como fenômenos históricos produzidos por uma ampla rede de processos que devem ser analisados com os devidos cuidados e atenção. Em resumo, a SHG é uma meta-abordagem, explorando as formas as quais dinâmicas de multiplicidade interativa compõem a história mundial, buscando desnaturalizar as estruturas existentes de relações de poder.

Çapan, Dos Reis e Grasten (2021 p. 525) oferecem dois exemplos do pensamento SHG vinculados à disciplina das RIs. A primeira obra, *The Global Transformations* (2015), de Barry Buzan e George Lawson, busca desdobrar as transformações históricas-sociais do século XIX e as suas relevâncias para se compreender a política internacional. Tais transformações envolveram novas dinâmicas de industrialização e diferentes estratégias de construção nacionais-estatais-ideológicas, que promoveram mudanças da distribuição de poder global (BUZAN; LAWSON, 2015 p.1). Os autores desdobram estas transformações a partir do que denominam de "interações inter-sociais" e de "histórias entrelaçadas", as quais funcionam como guias analíticos. A partir destas histórias, Buzan e Lawson defendem que a



modernidade não surgiu apenas na Europa, e que, embora tenha se iniciado na Grã-Bretanha, ainda assim, outros processos inter-sociais em escala global foram constitutivos da experiência britânica, como a economia global do algodão. Assim, a modernidade é sustentada por diversas dinâmicas transnacionais, como: o imperialismo e a extração de matérias-primas nas colônias pelas potências europeias; o controle destas sobre o comércio; e os avanços tecnológicos feitos pelos europeus, mas condicionados pela fusão de ideias e tecnologias não europeias.

Uma segunda obra na qual pode-se verificar premissas do pensamento SHG aplicado sobre a disciplina de RIs é o livro *How the West Came to Rule* (2015), de Alexander Anievas e Karem Nisancioglu. Em seus escritos, estes autores desafiam a história convencional de como o capitalismo emergiu, traçando uma agência extra europeia<sup>33</sup> afim de superar o eurocentrismo da história do capitalismo. Argumentam os autores que as trajetórias do desenvolvimento histórico usualmente são explicadas através de características binárias e hierárquicas, promovendo interpretações de que eventos e fenômenos globais, como o capitalismo, sejam entendidos como originários a partir da Europa Ocidental. Anievas e Nisancioglu, por sua vez, desafiam a distinção e concepção histórica entre “tradição” e “modernidade” através da divisão entre “Ocidente” e “Oriente”, divisão a qual, argumentam os autores, servem como um instrumento para excluir o Oriente da história emergente do capitalismo (p. 5). Buscando ampliar o espectro espacial da emergência do capitalismo, Anievas e Nisancioglu oferecem, neste sentido, uma reavaliação das raízes da modernidade e da hierarquização ocidental, questionando perspectivas analíticas eurocêntricas.

Neste sentido, o que ambas as obras apresentadas possuem: comum é a ciência de que foram as complexas e dinâmicas interações civilizacionais (*entanglements*), e não os excepcionalismos ocidentais, que permitiram a Europa e os EUA promoverem suas expansões e domínios globais. Considero esta uma premissa central do pensamento SHG, em contraposição a algumas narrativas e historiografias triunfalistas e ocidentalistas das RIs que desenvolvem trajetórias do capitalismo a partir de histórias autocentradas na emergência do poder ocidental (ÇAPAN, REIS; GRASTEN; 2021, p. 527). Já perspectivas críticas e, especificamente às da SHG, vem buscando questionar estas macro-histórias e suas cronologias, contrariando o pensamento paroquial e linear que as embasam. Julgo este método

---

<sup>33</sup> O livro busca destacar as contribuições do Império Mongol e Otomano para o desenvolvimento do capitalismo, bem como o papel da colonização da Ásia neste processo.

crítico e sua consequente problematização do eurocentrismo a partir das análises dos encontros civilizacionais, uma das principais contribuições de pensamento da SHG para as RIs.

É com este pensamento em vista que a perspectiva da SHG embasa teoricamente esta dissertação: o objetivo aqui é explicitar dinâmicas transnacionais (raciais e imperiais) no projeto colonial estadunidense nas Filipinas e suas possíveis relações com a construção da disciplina de RIs. Um dos principais entendimentos da SHG que será usado nesta dissertação é a compreensão do Estado e da modernidade não como algo inato, mas derivado de um longo processo transnacional histórico-social. Desdobram-se algumas racionalizações socioeconômicas, simbólicas e coercitivas delineadas pelo estudo de caso, as quais serviram para legitimar a expansão imperial estadunidense. Não apenas influenciadas pelas lógicas capitalistas expansionistas, este momento foi marcado pela complexificação transnacional da ideologia imperial/racial e das expansões civilizacionais.

Foi visto nessa seção que a SHG não promove nenhuma teoria ou grande narrativa em particular mas consiste em uma meta-abordagem que envolve uma investigação histórica dentro de questões sociais. Apesar de diversa e complexa, aponto e sumário algumas de suas principais características, que embasarão esta dissertação. São elas:

- a) o engajamento com histórias transnacionais, se afastando da utilização de abstrações conceituais, esquemas analíticos e pressupostos teóricos atemporais;
- b) possui uma ontologia relacional, assumindo que as entidades não possuem existências independentes anteriores à suas relações sociais com outras entidades;
- c) reavaliam criticamente a narrativa de que a história da globalização é uma história ocidental e, por consequência, universal;
- d) preocupa-se com as temporalidades a qual requer grande atenção destinada aos processos de continuidades/descontinuidades, com foco na questão da modernidade (GO; LAWSON, 2019, p.7);
- e) busca identificar e traçar as conexões e circulação de ideias (*entanglements*), entendendo que nações-estados e civilizações não existem de forma isolada, tampouco são entidades historicamente fixadas.

Retomando a pergunta inaugural deste capítulo, há muitas histórias e relações de poder/desigualdades para além da historiografia convencional das RIs. Reconhecê-las e complexificá-las contribui para melhor situarmos a disciplina dentro da história global, identificando a quem majoritariamente servem as narrativas e o que se perde quando tomamos

tais narrativas como verdades incontestes universais. Recentralizar a História e a Sociologia na disciplina, assim, é uma forma de resgatar histórias esquecidas, atores(as) fundamentais para o desdobramento das RIs e da Política Internacional, e, sobretudo, escapar das armadilhas de reprodução do eurocentrismo. Neste sentido, a Sociologia Histórica Global é um instrumento para se alcançar tais objetivos. Segue então, nos próximos capítulos, uma investigação mais aprofundada sobre os mecanismos que operam nas RIs que facilitam esquecimentos históricos. Investiga-se também uma destas histórias esquecidas, a partir de uma análise sobre o entrelaçamento entre a administração colonial dos EUA sobre as Filipinas e a constituição das RIs, um exercício sobre o passado mas que muito diz também sobre a disciplina no presente.

### 3 ARTIFÍCIOS DO ESQUECIMENTO E O LUGAR DO PROJETO COLONIAL ESTADUNIDENSE SOBRE AS FILIPINAS NAS RIS

Como visto no capítulo anterior, as RIs foram orientadas historicamente em torno das preocupações, conceitos e interesses ocidentais (HOFFMAN, 1977; SHILLIAM, 2010). Ainda, adquiriram um contorno a-histórico teórico, advindo do *mainstream* disciplinar, melhor ilustrado pelo neorrealismo de Waltz (1979) e o neoliberalismo institucional de Keohane (1984). As suas preposições, bem como de outros autores(as) que derivam seus pensamentos destes, defendem seus credos teóricos e científicos a partir de uma suposta força derivada da parcimônia de seus pressupostos<sup>1</sup>. Isto é, uma vez que os atores internacionais são majoritariamente Estados e como a estrutura internacional é anárquica e imutável, seria possível reduzir as questões internacionais em pequenos outros pressupostos, como a busca pela sobrevivência, o dilema de segurança e a balança de poder. Assim, se a anarquia é uma condição estrutural constante, a esfera internacional torna-se um ambiente inócuo, um espaço de regularidades e repetições. A história, por sua vez, se torna uma esfera descontextualizada geradora de “lições” atemporais ou apenas um palco para verificações empíricas e anunciações teóricas (GO; LAWSON, 2019, p. 17).

O historicismo nestas pesquisas, ou seja, o comprometimento de localizar as práticas e dinâmicas internacionais na história, acaba sendo majoritariamente esquecido, ignorando forças sociais estruturantes como o racismo, o patriarcalismo, imperialismo e o capitalismo. É também a partir destas dinâmicas que o pensamento de RIs é forjado, mediado por políticas imperiais e raciais (VITALIS, 2005; HOBSON, 2012). Atores como Woodrow Wilson e Mahan, personagens relevantes para as RIs, estavam envolvidos profundamente nestes debates coloniais, mas seus argumentos neste sentido pouco são lembrados na historiografia..

Identificar e problematizar o esvaziamento das dinâmicas imperiais e raciais nas RIs e na política internacional é o objetivo deste capítulo, utilizando-se como recorte de análise o esquecimento da história imperial de política internacional a partir dos EUA. Para tanto, à luz dos debates realizados no capítulo anterior, na seção 3.1 busca-se identificar em algumas obras consideradas clássicas das RIs o lugar do projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas. Identificar o trato histórico dado pelo *mainstream* disciplinar sobre este projeto permitirá contrastar seu esquecimento com as violências e relevância do evento sobre a política

---

<sup>1</sup> Estes credos usualmente vêm acompanhados da defesa de inferências causais e explanatórias nas pesquisas, como postulam manuais metodológicos positivistas, sob o risco de tornarem-se estudos puramente “descritivos” (como em KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 37)

internacional e sobre as RIs, exercício a ser feito no capítulo 4. A partir desta identificação, na seção 3.2 busca-se investigar elementos que auxiliem a compreender as razões destas omissões na literatura teórica das RIs, aprofundando a discussão já iniciada no capítulo anterior sobre o papel da historiografia e da metodologia disciplinar como artifícios do esquecimento.

Inicia-se então na seção 3.3, a partir de uma perspectiva da SHG, a recuperação dos elementos imperiais e raciais da história de política externa estadunidense no século XIX, usualmente esquecidos na disciplina de RIs. Este contexto é necessário para compreender a inserção histórica do projeto colonial estadunidense sobre as Filipinas. Já na seção 3.4 busca-se contrapor perspectivas que justificam e explicam o expansionismo dos EUA na virada do século XIX ao XX majoritariamente a partir de fatores domésticos ou excepcionalidades. Ao decorrer deste capítulo também busca-se contextualizar os pensamentos internacionais de Alfred Mahan e Woodrow Wilson de modo a contrastá-los com a representação de suas ideias pela historiografia convencional da disciplina. Espera-se que, ao final deste capítulo, tenham sido oferecidos elementos e análises que sirvam como uma contextualização do período, afim de que seja possível nos encaminhar para a análise do estudo de caso no seguinte capítulo, bem como analisar o papel das RIs sobre o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas.

### 3.1 OUTRA NOTA DE RODAPÉ E O Esvaziamento da História

“Os EUA é a super potência mais sortuda da história moderna [...] possui abundância em terras, recursos naturais e uma enérgica população, que permitiu o país se transformar na maior economia mundial e na mais capaz nação militarmente” (MEARSHEIMER; WALT, 2016, p.72). Evocando tonalidades excepcionalistas, são com essas palavras que dois celebrados autores do pensamento realista das RIs, John Mearsheimer e Stephen Walt, resumizam para desenvolver uma narrativa da trajetória que, em teoria, permitiu os EUA se enriquecer e se fortalecer diante de outras nações no século XIX e XX. Seguem os autores, buscando explicar o curso histórico de sucesso de Washington: “Aos fins do século XIX, os EUA estavam apenas preocupados em preservar a balança de poder na Europa e no nordeste asiático” (MEARSHEIMER; WALT, 2016, p. 75). A “preservação da balança de poder”, a qual fazem menção os autores, omite complexas dinâmicas imperiais no período. Afinal,

foram as relações hierárquicas-imperiais, e não a sorte, que auxiliaram no enriquecimento do país ocidental.

Walt e Mearsheimer tratam, no referido artigo, publicado na *Foreign Affairs*, da crescente insatisfação societária estadunidense acerca da extensão de seus gastos e intervenções fora do país. Esta insatisfação estaria ligada, sobretudo, às práticas internacionais de Washington no exterior (como torturas e assassinatos por drones), as quais estariam minando a imagem do país como defensor dos direitos humanos e do direito internacional (MEARSHEIMER; WALT, 2016, p. 71). Para “solucionar” este problema, os autores advogam um “balanceamento de forças” (*Offshore Balancing*), uma retração coordenada do poderio militar estadunidense no globo, sem no entanto deixar de atentar a ascensão de “potências médias” que façam frente à Washington.

Este é o mesmo termo que Mearsheimer utiliza em sua celebrada obra *The Tragedy of Great Power Politics* (2001), cujo objetivo é “oferecer argumentos de como as grandes potências se comportam umas com as outras, dando ênfase a situações em que elas buscam oportunidades de ganho de poder” (MEARSHEIMER, 2001, p.5). Voltando à história desde ao menos as guerras Napoleônicas para testar sua teoria realista-ofensiva, as RIs e a Política Internacional de Mearsheimer infere uma concepção homogênea e atemporal de competição e guerras interestatais, aproximando-se de um tempocentrismo ahistórico (HOBSON, 2002). Nesta, uma suposta ontologia estatal contemporânea passa a ser projetada para tempos pretéritos, como verdadeira: seja a guerra do Peloponeso, as Guerras Napoleônicas ou as Guerras Mundiais, todas são reduzidas à lógica de anarquia e balança de poder.

Mearsheimer também usa a história mas a esvazia de grande parte de suas dinâmicas. Quando o autor se refere em sua obra sobre o período tratado em que passa o estudo de caso desta dissertação (virada do século XIX ao XX), relata que: “Os EUA buscaram evitar o envio de tropas para a Europa e o Nordeste da Ásia e, quando foram forçados a fazê-lo, buscaram trazê-los de volta para casa o mais rápido possível” (MEARSHEIMER, 2001, p. 236). Nada menciona, no entanto, sobre as 750.000<sup>2</sup> vidas filipinas perdidas apenas entre 1899 e 1903, perdas estas derivadas de uma guerra de conquista e um violento projeto por agentes coloniais estadunidenses sobre a sociedade filipina, o qual contou com um amplo apoio doméstico no país ocidental. De igual forma, o autor reforça que “os EUA não tentaram conquistar território algum na Europa ou no Sudeste Asiático durante o século XX, por conta da dificuldade em projetar forças militares através do Atlântico e no Pacífico contra outras grandes potências

---

<sup>2</sup> Números levantados por Bevoise (1995, p. 86-87), que serão melhor tratados no capítulo 4.

localizadas nessa região” (MEARSHEIMER, 2001, p. 236). As Filipinas, para Mearsheimer, são uma nota de rodapé em seu livro de mais de 550 páginas, sendo citadas apenas duas vezes, como um detalhe na trajetória da política externa estadunidense. O projeto colonial dos EUA sobre as ilhas, por sua vez, é inexistente, a despeito de várias seções e páginas acerca do período em questão. Este esquecimento se repete no artigo supracitado de Walt e Mearsheimer.

Também na *Foreign Affairs*, o teórico das RIs Michael Doyle (2015) reproduz a ideia de benevolência liberal. Segundo o autor, na Guerra Hispano-Estadunidense (1898), Washington “resgatou cubanos e filipinos da opressão espanhola”<sup>3</sup>, apesar de “direta ou indiretamente controlar a política doméstica destes territórios” (DOYLE; 2015). A despeito dos diversos registros de violência imperial dos EUA sobre territórios que se sucederam à guerra hispano-estadunidense (Cuba, Porto Rico e Filipinas), os teóricos Joseph Nye e David Welch afirmam que os EUA, neste momento, apenas foi vítima de uma “curta tentação a um imperialismo real” (NYE; WELCH; 2014, p. 355). Este argumento permite uma extensão de benevolência liberal para todo o século XX. Para Ikenberry, a ordem internacional é apontada como capitaneada pelos EUA no pós 2GM, não por imposição, mas, sim, o “resto do mundo” quem apontou os EUA como líder global. Isto é, esta liderança teria sido uma concessão de comum acordo entre os Estados, que aceitaram transferir “o exercício do poder para Washington, assim como os indivíduos do estado de natureza de Hobbes voluntariamente entregaram seus poderes ao Leviatã” (IKENBERRY, 2010, p. 10). Nesta visão liberal, também não é possível apreender o impacto das relações hierárquicas, imperiais e raciais para a política internacional.

Em mais de 420 páginas, Henry Kissinger (2014) em *World Order*, trata sobre a política externa estadunidense desde seus primórdios e a ascensão do país no “jogo político das super potências” (KISSINGER, 2014, p.246). Não menciona, no entanto, sequer uma vez termos-chaves para compreender a política internacional do século XIX e XX, como o racismo e o imperialismo. O projeto colonial sobre as Filipinas também é esquecido no livro: as ilhas asiáticas são citadas apenas 4 vezes, sendo apenas uma delas relacionada aos EUA<sup>4</sup>. Por sua vez, Kissinger credits Woodrow Wilson como a “consciência mundial” (KISSINGER, 2014;

---

<sup>3</sup> Argumento este o qual muito se aproxima da descrição da placa removida em Seattle, apresentada na introdução desta dissertação.

<sup>4</sup> Do original: “After just three and a half months of military conflict, the United States had ejected the Spanish Empire from the Caribbean, occupied Cuba, and annexed Puerto Rico, Hawaii, Guam, and the Philippines.” (KISSINGER, 2014, p.246).

p. 256). Wilson é caracterizado por Kissinger como um “proponente da visão da paz, denunciante da balança de poder global” e que “a partir de suas falas visionárias, estabeleceu um novo conceito de paz internacional baseada em pressupostos americanos tradicionais com uma insistência em implementá-los como globais”. (KISSINGER, 2014; p. 257). Este “legado pacifista” a qual Kissinger diz respeito sobre Wilson é ancorado, no entanto, em um racismo colonial vinculado à superioridade cultural ocidental, como será analisado. A partir de Kissinger, Wilson sofre uma “higienização” de seus argumentos raciais, reproduzida também pela historiografia da disciplina em seu “mito de nascimento” (1919), o qual apaga o papel da raça e do império da conjuntura do período.

Na mesma *Foreign Affairs*, 100 anos antes, William Edward Burghardt Du Bois, sociólogo, historiador, pan africanista e ativista pelos direitos civis negros, escreveu o texto intitulado “*World of Colors*”. Seus argumentos desdobram nuances menos abstratas, afortunadas, casuísticas e benevolentes acerca do desenvolvimento ocidental e estadunidense em relação aos argumentos dos autores os quais foram analisados nos parágrafos anteriores. O texto, derivado de reflexões de sua obra seminal *Souls of Black Folk* (1905), abre com a constatação: “O problema do século XX é o problema da linha de cor – a relação entre as raças escuras e claras dos homens na Ásia e na África, na América e nas ilhas do globo” (DU BOIS, 1905, p. 13;). Du Bois defendia que era a história, e não a biologia ou a antropologia racial que explicavam as relações hierárquicas, seja entre raças ou territórios; especificamente era a história colonial, da expansão capitalista mercantil e do mercado escravocrata transatlântico que garantiram a dominação ocidental sobre povos subordinados africanos, asiáticos e caribenhos. Em suas reflexões, Du Bois buscou demonstrar que a história da civilização moderna estava sendo construída de uma forma brutal e exploratória, embora as nações que se beneficiavam das relações imperiais negassem tal conjuntura.

Du Bois nos informa sobre Wilson uma história raramente presente em manuais teóricos e na historiografia das RIs, ou mesmo em obras de política internacional como a de Kissinger. Em setembro de 1913, Du Bois endereçou uma carta a Wilson, indagando: “Senhor, você é presidente dos EUA há seis meses e qual é o resultado? Não é exagero dizer que todo inimigo da raça negra está sendo encorajado por suas políticas” (DU BOIS, 1913). O supremacismo de Wilson era uma constante em sua trajetória – refletindo a política externa estadunidense -, estando academicamente vinculado aos estudos das origens da “Nação Branca”. Wilson defendia que os Confederados eram o verdadeiro lado nobre dos EUA, as vítimas da



sociedade que queriam apenas preservar um humilde estilo de vida agrário (MATTHEWS, 2015).

Em *A History of The American People* (1902), Wilson exaltou o papel da Ku Klux Klan (KKK) em salvar os brancos do sul da tirania de negros rebeldes, além de reconquistar o domínio e o controle dos primeiros sobre os últimos (CONWAY *et al.*, 2019). As palavras de Wilson, afinal, se tornaram em 1915 epígrafe do filme *The Birth of a Nation*, que celebra o papel da KKK e caracteriza homens negros como predadores sexuais e subordinados. Para Wilson, a segregação racial era do interesse tanto dos brancos quanto dos negros, definindo aos primeiros uma relação de tutela sobre os segundos (KEENE, 2013, p.144). Esta tutela, para Wilson, não aplicava-se apenas aos negros nos EUA, mas sim à quaisquer outras raças no exterior: foi dessa forma que o futuro presidente justificava a expansão ao Pacífico de seu país, referindo-se ao estudo de caso desta dissertação. Ao *Atlantic Monthly*, em 1902, escreveu: “Nós devemos ser os tutores dos Filipinos ao autogoverno, e eles tem a obrigação de nos respeitar”. Afina, para Wilson, tal povo asiático “ainda são como crianças [...] ignorantes, impulsivos, irracionais [...] e nós, somos homens” (WILSON, 1902). Os escritos de Kissinger atuam, assim, em duas frentes de esquecimento, que estão interligadas: higieniza atores políticos e apaga o legado colonial de seu país. Estes dois eixos do esquecimento imperial também são reproduzidos com o mito do nascimento das RIs.

A caracterização de Wilson para Kissinger, supracitado como um “proponente da paz” e “visionário” contrastam com o papel do democrata na Liga das Nações, a qual consiste em um dos marcos do nascimento da disciplina de Relações Internacionais. Wilson, atuando como presidente da Liga, de forma arbitrária não aceitou o resultado final de uma votação acerca de um pedido da delegação japonesa de inserir nos princípios da Liga a igualdade nacional, racial e religiosa entre todas as nações e Estados (HIXSON, 2016; IMMERWAHR, 2019; GRANDIN, 2019). Como pontua Yuichiro Onishi, os 14 pontos de Wilson consistiam em uma “Jim Crow escrita em letras grandes” (ONISHI, 2007). Os escritos de Kissinger sobre Wilson também contrastam com a fase intervencionista e militarista do democrata, como coloca Conway *et al.* (2019), já que, durante os dois mandatos de Wilson, os EUA se envolveram em mais intervenções e ocupações militares do que durante qualquer outra presidência do país.

Wilson, a partir de algumas outras perspectivas realistas das RIs, é explicado como um desvio da política externa estadunidense (ZAKARIA, 1998). Seja em sua forma clássica ou

estrutural, o pensamento realista parte da premissa de que os Estados são fundamentalmente atores racionais. Tal racionalidade é derivada das mudanças de distribuição de poder internacional, as quais informam os tomadores de decisão em suas respectivas buscas ao “interesse nacional”; este, por sua vez, dizem respeito a maximização de variáveis, seja segurança (WALTZ, 1979) ou poder relativo (MEARSHEIMER, 2001). A partir desta perspectiva, como aponta Anievas (2014, p.111-112), os resultados de política externa que não atendem ou conformam àqueles interesses nacionais são explicados a partir de fatores exógenos e irracionais, especialmente vinculados ao nível doméstico e à questões ideológicas. A diplomacia de Wilson em Versalhes, a partir desta perspectiva realista, é denominada como uma ideologia idealista, em desconformidade à supostas políticas externas mais racionais de governos anteriores. Esta abordagem, no entanto, possui incoerências: a visão de Wilson não estava em desacordo com a política externa imperial dos EUA (como será explicado nas próximas seções) nem representava uma ideologia afastada das preocupações capitalistas e sociais contextuais. O Wilsonianismo não foi uma oposição ou negação ao realismo, mas sim o outro lado da mesma moeda da política imperial estadunidense.

Seja na perspectiva realista de Mearsheimer, Walt e Kissinger seja na perspectiva liberal de Ikenberry, Nye ou Doyle, dificilmente conseguiríamos extrair uma interpretação da centralidade da hierarquia global, do imperialismo, do capitalismo e das formas transnacionais-raciais sobre a história de política externa estadunidense entre os o fim do século XIX e início do século XX. Ademais, sequer conseguiríamos identificar tais elementos sobre o início das RIs, uma vez que na narrativa tradicional, o findar da 1GM e a Liga das Nações de Wilson compõem o chamado nascimento da disciplina. Parte deste aparato conceitual dos autores omitem o impacto das questões imperiais e raciais sobre o globo, e, como Jeanne Morefield aponta (2020, p.249), perspectivas realistas e liberais das RIs dificultam ou bloqueiam novas interpretações sobre o conhecimento da disciplina e da própria política internacional.

Quando o pensamento liberal simplifica a transição de uma ordem mundial capitaneada pelos EUA no pós-II GM, convenientemente são extraídos ou esquecidos os impactos do imperialismo europeu-estadunidense anteriores a este período. Da mesma forma, a universalização disciplinar de supostos “dilemas securitários” amparados em conceitos como a anarquia global, sob a perspectiva realista (como Walt, Mearsheimer e Kissinger), homogeneízam as preocupações do âmbito internacional sob as lentes – ou engrenagens de poder (BELL, 2003) - ocidentais, deslegitimando perspectivas mais sociológicas atentas a

problemas transnacionais como as causas e os impactos imperiais e raciais no mundo (como as de Du Bois). Discute-se a seguir alguns elementos que facilitam o esquecimento destas nuances imperiais, raciais e transnacionais nas Relações Internacionais e na Política Internacional.

### 3.2 A HISTORIOGRAFIA E O EMBRANQUECIMENTO METODOLÓGICO COMO ENGRELAGENS DO ESQUECIMENTO

Um dos facilitadores para os esquecimentos imperiais de política externa dos EUA (e da política internacional como um todo) reproduzidos por teóricos das RIs vincula-se ao esvaziamento de conteúdo histórico e das dinâmicas do século XIX. O pouco desenvolvimento das análises de fenômenos e eventos os quais compuseram este período específico dificultam por consequência a inserção de análises que exploram os legados coloniais nas dinâmicas internacionais<sup>5</sup>, em um período de racionalização imperial estatal. Como pontua Ole Wæver: "O século XIX é estranhamente ausente das RIs, apesar do fato de que são nas obras do final do século XVIII e do século XIX que se encontram as principais linhas de conexão, ideias e inspirações de fenômenos internacionais" (WAEVER, 1997, p.7-8). Ou, como analisam Buzan e Lawson: "as RIs prestam pouca atenção ao século XIX como um período de transformação global e sua configuração da industrialização, construção do Estado racional e ideologias de progresso, constitutivas da modernidade global" (BUZAN; LAWSON, 2015, p. 48).

Apontam os autores que, quando textos e obras de RIs tratam sobre pensadores do século XIX, suas ideias usualmente são extirpadas de seus contextos. Quando exploram-se estes fenômenos, por outro lado, usualmente tomam-se apenas como uma fonte de dados por meio de análises quantitativas, tornando o período um espaço neutro para testagem de suposições teóricas (BUZAN; LAWSON, 2015, p. 56). Analisar a forma com que o século XIX é tratado nas RIs, recuperando suas histórias imperiais e raciais, pode nos oferecer *insights* sobre a discussão levantada no capítulo anterior acerca dos "esquecimentos

---

<sup>5</sup> Buzan e Lawson (2015, p.54) realizam um levantamento amplo acerca de 89 obras teóricas, históricas e introdutórias de RIs, chegando a conclusão de que: "A maioria dos textos de RIs não continham quase nenhuma história do século XIX ou restringiam ao século XX. A aparição de pensadores do século XIX era comum em livros com foco na teoria política internacional, mas suas ideias eram amplamente discutidas *in abstracto* e não relacionadas ao contexto mais amplo do século XIX e seu impacto nas RI" (BUZAN; LAWSON, 2015, p. 540).

voluntários” (VITALIS, 2005). Afinal, quais razões favorecem uma insuficiente análise do século XIX nas RIs?

Um primeiro apontamento que auxilia a compreender esta questão perpassa a historiografia da disciplina e a importância conferida à 1GM, a qual serve como um dos mais relevantes pontos de referência para as teorias de RIs. Sua conexão com o século XIX, no entanto, é tratado de forma muito específica e pontual por parte dos teóricos(as) da disciplina, usualmente restrito ao “problema alemão” e à corrida armamentista, ambos geradores de mudanças de “polaridade” no sistema internacional (WALTZ, 1979). Para CARVALHO *et al.* (2011, p.749) a 1GM é vista muitas vezes como o início de uma nova era, um evento a partir do qual as RIs olham para frente e não para trás. No entanto, equiparar a 1GM com a institucionalização da disciplina é problemático pois ocultam as raízes e fundamentos do pensamento internacional desenvolvidos durante a última parte do século XIX.

O mito da fundação das RIs delimita um corte cronológico a partir do ano de 1919: o que merece ser discutido e está “dentro” da disciplina – o período póstumo à 1919 -, e o que está “fora da disciplina” – o momento pretérito (MÁXIMO, 2014, p.29). Esta narrativa convencional da disciplina vem sendo progressivamente questionada por uma série de autores(as) que desenvolvem a ideia de que a institucionalização do campo se deu anteriormente à 1919 (VITALIS, 2015; CARVALHO *et al.*, 2011). Segundo estes, olhar para trás do “ano fundacional das RIs” revela que as preocupações acadêmicas e intelectuais sobre a política global pouco diziam sobre instituições internacionais e paz mundial. Pelo contrário majoritariamente debatiam-se questões acerca de questões imperiais, desenvolvimento das “raças inferiores” pelos anglo-saxões e administrações coloniais.

Como aponta Máximo (2014, p. 30), até mesmo os aclamados fundadores idealistas das RIs – como Norman Angell e Woodrow Wilson - desenvolveram suas respectivas ideias e pensamentos décadas antes do “nascimento” das RIs em 1919. Tais pensamentos, lembrando Schmidt e Guilhot (2019) não podem ser desvinculados de seus contextos histórico-políticos: eram amplamente inspirados por narrativas racistas e eurocêntricas dos séculos XVIII e XIX. Alocar as ideias destes autores apenas no contexto do suposto nascimento das RIs em 1919, por sua vez, omite esta relação entre o conhecimento do campo com as próprias narrativas raciais e eurocêntricas típicas do pensamento anglo-estadunidense no período. Considerar rígida a noção de que a disciplina surgiu apenas em 1919 implica ainda esquecer, muitas vezes, momentos cruciais que influenciaram o pensamento internacional em décadas passadas.

Dentro desta lógica, comumente perde-se a complexidade contextual de rápida industrialização e globalização da economia que precedem 1919, fenômenos os quais contribuíram para a eclosão de conflitos sobre territórios e recursos, gerando ansiedades raciais e disputas imperiais. Como argumenta Lucian Ashworth: “todos os ingredientes para os debates intelectuais sobre questões internacionais estavam postos antes de 1914” (ASHWORTH, 2014, p. 127). A 1ª GM, para Ashworth, serviu apenas como um catalisador que incentivou acadêmicos e intelectuais a se debruçarem com mais afinco nos debates de política internacional: porém não deve ser encarada como o estopim dos pensamentos que constituíram a disciplina. Ademais, como apontam CARVALHO *et al.* (2011), o referido mito fundacional das RIs, que desemboca no “Primeiro Grande Debate” disciplinar, consiste também em um movimento político com propósitos de enaltecer a superioridade intelectual do realismo sobre um suposto idealismo ingênuo dos pares intelectuais anteriores. Os mesmos “Grandes Debates” clássicos que usualmente servem como amparos historiográficos disciplinares nas RIs são utilizados também como formas de legitimar determinadas posições em detrimento de outras. Assim, cronologias são mobilizadas para indicar supostos progressos teóricos, deturpando nuances de pensamentos, generalizando ideias e omitindo complexidades históricas.

Há ainda outro agravante desta narrativa cronológica convencional: ao defender que as teorias de RIs se originaram somente após a 1ª GM (1919), insinua-se que a disciplina emerge para explicar apenas causas das guerras entre os Estados; por sua vez, define-se a partir de então que a maneira correta de análise é a partir de uma ontologia do Estado moderno e seu consequente sistema internacional anárquico (CARVALHO *et al.*, 2011; MÁXIMO, 2014). Por consequência, teorias que não vinculam-se à explicação das guerras ou às explicações das relações entre os Estados são marginalizadas no campo, dificultando uma apreciação das nuances imperiais e raciais sobre a política internacional.

Estas nuances eram reconhecidas por contemporâneos à época, que não se limitavam a uma ontologia Estatal em suas análises. Em 1903, Du Bois declarou que “o problema do século 20 é o problema da linha de cor” (DU BOIS, 1905, p. 13), ou seja, a “relação das raças de cor com as raças brancas em diversas regiões do mundo, como na Ásia e na África, nas Américas e nas ilhas do pacífico”. Para Du Bois, enquanto alguns consideravam “nossa questão racial apenas uma relação nacional e local”, para o intelectual, “a linha de cor envolve o mundo”. Du Bois ressaltava que, globalmente, ocorria uma “injustiça desenfreada dos

conquistadores para com os conquistados, ou seja, das raças avançadas para as subdesenvolvidas” (DU BOIS, 1905; p. 7).

Para Du Bois, as questões raciais dos EUA e do globo estavam se tornando crescentemente amarradas através dos processos coloniais. Para ele, a expansão extra-continental do país levava à uma série de replicações das condições raciais dos EUA em outros territórios, como Porto Rico, Cuba e as Filipinas. Em última instância, o que Du Bois refletia era que a história imperial dos EUA gradualmente anexou o mundo ao “problema do negro americano”, e vice versa (KRAMER, 2006, p. 14). O exemplo do recorte transnacional e racial de Du Bois –destoante das narrativas e historiografia convencionais do pensamento intelectual das RIs – apontam que, em conjunto, o nascimento das RIs em 1919 e o referido Grande Debate refletem visões e percepções históricas particulares da política global. Tomá-los como verdades incontestes descomplexificam as imbricadas relações imperiais-raciais transnacionais características do final do século XIX e início do século XX. (BUZAN; LAWSON, p. 57).

Duncan Bell explica, assim, que as mitologias construídas na disciplina performam papéis de legitimação, já que “qualificam algumas posições como produtos de progresso intelectual [...] enquanto outras passam a serem apenas jogadas na lata de lixo da história” (BELL, 2009, p.5). A Historiografia convencional das RIs, ao se pretender universal e chanceladora do que é legítimo ou não dentro do campo, revela sua face paroquialista (etnocêntrica). Como coloca John Hobson: “A teoria não explica a política internacional de forma objetiva e universalista, mas busca celebrar paroquialmente, defender e promover o Ocidente como o sujeito pró-ativo do sistema, como o mais alto referencial normativo na política global” (HOBSON, 2012, p.1). Do mesmo modo, para Griffiths e O’Callaghan (2001, p. 188): “o universalismo presente na disciplina de RIs consiste em um paroquialismo dissimulado como um campo de estudo global”. É preciso investigar novas histórias, construir novas narrativas.

Um segundo apontamento que pode-se delinear como engrenagem do esquecimento do legado colonial na disciplina, é apontado por Krishna (2001, p. 401). Para ele, as orientações metodológicas que foram privilegiadas nas RIs são responsáveis por um “embranquecimento” e “higienização” do conteúdo histórico da política internacional. Para o autor, tais orientações permitem que teóricos da disciplina ignorem “as violências, os genocídios, as escravizações e os roubos que marcaram os encontros entre o Ocidente com os demais povos na era pós Colombo”. Tanto para Henderson (2013, p.77) quanto para Krishna (2001, p.402), a própria

abstração teórica característica da disciplina, bem como a falta de envolvimento ou valorização de análises descritivas e históricas, promovem o esquecimento destes encontros globais e seus históricos imperiais-raciais<sup>6</sup>. Tem-se como resultado o não desenvolvimento dos processos violentos que historicamente marcaram as relações desiguais no globo, os quais também auxiliam no esquecimento do racismo na disciplina. Estes elementos consolidam no que Persaud e Walker (2001, 374) denominam de “status epistemológico do silêncio” acerca da raça na disciplina ou o que Vitalis (2000, p.332) denomina de “norma contra o perceber”.

Errol Henderson (2013, p.78) nos informa que pressupostos empíricos e epistemológicos nas RIs operam individualmente e em combinação. Pressupostos empíricos (estado de natureza e anarquia, por exemplo) dividem a humanidade com base em suas raças e determinam nossas perspectivas acerca do que estudamos e como estudamos, havendo uma ênfase muito mais acentuada nas experiências de sociedades ocidentais. Para o autor, “pressupostos epistemológicos que refletem dualismos racistas são mais prováveis de tornarem-se predominantes, e o conhecimento que ampara esta dicotomia [...] é mais provável de ser visualizado como válido” (HENDERSON, 2013, p.78). Por sua vez, este conhecimento do “mundo empírico” se torna legítimo por meio de justificativas éticas que passam a naturalizar hierarquias raciais, promovendo, para Henderson, um reforço mútuo entre as duas dimensões. É preciso, dessa forma, explorar e descrever de maneira mais ampla como que pressupostos étnicos e empíricos sustentaram (e sustentam) as RIs, exercício que buscará ser aplicado no estudo de caso desta dissertação.

Assim, buscou-se nesta seção explorar as consequências de tomarmos o sentido historiográfico linear e eurocêntrico das RIs como uma verdade incontestável. A primeira consequência diz respeito a omissão de eventos, fenômenos e suas nuances históricas e sociais resultantes dos processos imperiais modernos característicos do século XIX e conseqüentemente o ocultamento de suas violências. Segundo, a noção de que as transformações globais do período se resumem apenas à questões de distribuição de poder entre grandes potências. Por consequência, há pouco espaço para analisar fenômenos como o racismo e colonialismo na formação do pensamento internacional, bem como seu papel legitimador a partir da busca de implementação de um “padrão civilizacional” imposto sobre

---

<sup>6</sup> E, como já adiantado na nota de rodapé 36, manuais metodológicos positivistas da disciplina, como King, Keohane e Verba (1994, p. 37) colocam a defesa de inferências causais e explanatórias nas pesquisas como o objetivo a ser alcançado pelo pesquisador, afim de alcançar pesquisas e resultados científicos. Sem eles, os estudos tornam-se puramente “descritivos”, perdendo seu valor analítico.

“raças inferiores” a partir de “raças superiores anglo-saxônicas” (HOBSON, 2012). Foi visto também que as escolhas metodológicas privilegiadas na disciplina auxiliam o esquecimento dos legados imperiais e raciais na política internacional.

Assim, as RIs induz a um afastamento das discussões do século XIX, descrevendo este período apenas como um preâmbulo do século XX. Pouco discute-se acerca das formas de transformação de poder estimuladas pela industrialização, imperialismo e das ideologias associadas à um suposto “progresso histórico”, que moldaram a política internacional moderna. Perdem-se as especificidades dos processos e eventos do século XIX, reduzindo seus contextos à meras validações de teorias. Tais abordagens são ainda eurocêntricas, falhando ao reconhecer o papel constitutivo por agentes não ocidentais no período, omitindo o papel das trocas entre civilizações e das resistências coloniais que auxiliaram a moldar a modernidade global. Buscando um afastamento destas narrativas eurocêntricas, busco nas próximas seções, a partir da SHG, integrar questões imperiais e raciais sobre a ordem mundial emergente na virada do século XIX ao XX, a partir de uma breve análise da política externa estadunidense. Esta apreciação oferecerá o contexto necessário para adentrar o estudo de caso no capítulo seguinte.

### 3.3 O SÉCULO XIX E A ASCENSÃO IMPERIAL ESTADUNIDENSE: PORTAS ABERTAS À DOCTRINA MONROE

De acordo com Daniel Immerwahr (2019), a marca que distingue o imperialismo estadunidense repousa, sobretudo, na forma específica de como a nação “esconde seu império”, expressão que dá título ao seu livro. Após a Guerra Civil estadunidense (1861 – 1865), o expansionismo do país orientou-se à conquista e dominação de mercados externos, em detrimento da anexação de novos territórios. Este *modus operandi* – na qual lógica insere-se o projeto colonial sobre as Filipinas - pode ser interpretado através da articulação entre alguns conceitos e ideias que acompanharam o desenvolvimento civilizacional do país, dentre os quais destacam-se: a Doutrina Monroe, o Destino Manifesto e as políticas de Portas Abertas.

Estes conceitos, apesar de serem citados de forma recorrente na literatura de política internacional, usualmente são encontrados em formatos higienizados e a-históricos, no qual extraem-se seus aspectos imperiais e raciais. Esta seção busca articular de forma não exaustiva os conceitos supracitados dentro da lógica expansionista capitalista, imperial e



civilizacional estadunidense, construindo uma interpretação dos antecedentes que levaram o país a exercer domínio sobre o arquipélago asiático que é objeto do estudo desta dissertação. Delineia-se, discursivamente, o trato violento de seus agentes coloniais sobre outros povos, trazendo à superfície o histórico colonial do país. Tendo como trunfo a articulação racial e uma suposta benevolência para as justificativas expansionistas, estes elementos devem ser entendidos pois serão carregados e reinterpretados no encontro estadunidense-filipino após 1898.

A Política de Portas Abertas<sup>7</sup> - cujo objetivo principal foi abrir a economia de territórios extra-continentais para os excedentes de capitais estadunidenses (GRANDIN, 2019) - se tornou uma das principais estratégias econômico-políticas dos EUA desde o século XIX, auxiliando a construção de um império capitalista aliado ao capital expansionista e transnacional estadunidense. Ou seja, este capital transnacional associou-se, desde o século XIX, a um movimento de expansão da cobertura comercial e de controle territorial dos EUA (IMMERWAHR, 2019). Tais capitais, como argumentam Apeldoorn e Graaf (2012), encontraram ímpeto em três ondas consecutivas: “no final do século XIX, na década de 1930, e novamente a partir da década de 1970 - em resposta a crises de superacumulação, em que o capital excedente não pode mais ser reinvestido lucrativamente em determinados parâmetros” (APELDOORN; GRAAF, 2012, p.595). Cumprindo aos propósitos desta dissertação, analisa-se a primeira onda de expansão destes capitais, ou seja, a virada do século XIX ao XX.

LaFeber (1993) explica que, já nos finais do século XIX, buscando superar a recente depressão econômica (1873–1877), uma elite corporativa estadunidense<sup>8</sup> em formação desenvolveu um consenso acerca da necessidade de abertura de novos mercados externos para introdução de seus excessos de mercadorias e capitais. Estas corporações, explica LaFeber, buscavam a expansão e os investimentos na América Latina e na Ásia. Seus capitais não possuíam condições de penetrar em novos mercados de forma orgânica: foram dependentes, desde o início, de uma política externa estatal, organizada e penetradora. Ampararam-se na

---

<sup>7</sup> Esta política foi delineada pelo Secretário de Estado John Hay, o qual, referindo-se à abertura de mercados na China, chamou Portas Abertas a defesa de oportunidades iguais entre todas as potências da época, as quais não deveriam fechar o livre mercado criando colônias (HIXSON, 2015). Herring (2017) explica que a política tornou-se uma importante fonte da mitologia estadunidense. Segundo ele, expressando que os desejos dos EUA eram estabelecer “segurança e paz permanentes para a China” os EUA apresentou a política como “um ato benéfico para salvar a China de mais pilhagens europeias e japonesas”. Porém, os EUA participaram conjuntamente das invasões na China, forçando os chineses a aceitarem forças militares em seu território.

<sup>8</sup> LaFeber não desenvolve especificamente quais grandes grupos ou conglomerados compunham esta elite corporativa, do mesmo modo que não se aprofunda na definição do termo. Nos indica que tratam-se de “banqueiros, industriais e grandes fazendeiros comerciantes” (LAFEBER, 1993, p. 128).

política de Portas Abertas, a qual sustentou-se, por sua vez, na Doutrina Monroe. Interpreta-se a seguir uma articulação entre estes dois conceitos, somados ao do Destino Manifesto, observando-se como a competição imperial e a hierarquização racial – muito mais que o excepcionalismo - atravessaram o expansionismo patrocinado pelo governo estadunidense.

A Doutrina Monroe<sup>9</sup>, de acordo com Gretchen Murphy (2005), costura duas narrativas históricas, servindo como um condutor da política internacional estadunidense durante o século XIX<sup>10</sup> e primeiras décadas do século XX, incorporando uma diversidade de valores que a torna um instrumento flexível para a construção de políticas domésticas e externas do país. Isto pois ela consubstancia (1) auto-proclamadas virtudes domésticas e diferenciações em relação ao *modus operandi* econômico-político do “Velho Mundo” (uma Europa autocrática, corrupta, desigual) com (2) práticas imperiais, ideologia de superioridade racial anglo-saxã e prerrogativas capitalistas semelhantes às europeias para a confecção de sua própria política externa. Assim, desde a Independência dos EUA (1776), duas narrativas são desenvolvidas em concomitância no país: uma revolucionária, anticolonial e excepcionalista em relação à Europa e uma segunda de dominação militar, cultural e econômica em relação a diversos outros atores considerados racialmente inferiores, a partir de uma lógica de exploração semelhante às de impérios expansionistas europeus. Em seu cerne está a presença de uma identificação civilizacional branca com a Europa e uma diferenciação em relação aos demais povos, colocando os colonos brancos estadunidenses em uma posição de superioridade racial.

Já na segunda metade do século XIX, a Doutrina Monroe combinou-se com o imaginário em torno do Destino Manifesto, expressão surgida conceitualmente na década de 1840 para justificar a guerra com o México. Enquanto a Doutrina Monroe fazia maior

---

<sup>9</sup> A Doutrina Monroe exprime-se em nome do continente americano, das novas repúblicas que se tornaram independentes dos impérios espanhol e português. Ela distingue a região como um hemisfério que deveria estar alheio às disputas territoriais e de poder das potências europeias. A declaração dá continuidade ao eixo que emergiu da Declaração da Independência em dois temas centrais: por um lado, preserva a visão de que os EUA fazem parte do sistema europeu de nações; por outro lado, não reconhece nações não europeias em igualdade de condições (KAGAN, 2006). Os próprios destinatários da declaração foram as nações europeias, e não as americanas.

<sup>10</sup> A Doutrina Monroe surgiu de uma proposta do primeiro-ministro britânico George Canning, preocupado com a reação monárquica após o Congresso de Viena (1815), que reordenou o espaço europeu contra os movimentos sociais pós Revolução Francesa e guerras Napoleônicas. Canning temia que o sentimento revanchista monárquico tentasse recolonizar as novas repúblicas na América, prejudicando os interesses econômicos britânicos na região (HIXSON, 2016). Canning procurou os EUA no interesse de uma declaração conjunta contra esse risco. No entanto, o presidente Monroe optou por uma declaração unilateral (GRANDIN, 2019). Monroe, ao se dirigir às nações europeias com sua declaração, manteve a visão de que os EUA participavam dessa família de nações, mas destacou que ambos os hemisférios eram independentes por conta de seus sistemas de governo. (SEXTON, 2011).

referência às relações externas dos EUA com outras nações europeias - considerando a distinção do país por suas estruturas políticas e sociais -, o Destino Manifesto versou sobre a extensão civilizacional destas estruturas sobre o território “vazio”<sup>11</sup> do continente americano, sobre o que denominavam povos “bárbaros” (GRANDIN, 2019).

É preciso destacar que a violência contínua e o diferenciamento racial foram os métodos pelos quais os nativos, desde a chegada dos puritanos na costa americana, foram removidos de suas terras pelos colonos (IMMERWAHR, 2019). Desde o início, estes colonos desumanizaram os nativos à condição de “impiedosos índios selvagens”, expressão presente na declaração de independência dos EUA. Para George Washington: “A gradual extensão de nossos assentamentos provocarão um retiro tanto dos selvagens quanto dos lobos; ambos bestas predadoras que diferem apenas em suas formas” (WASHINGTON, 1783). No quadro de John Gast, *O Destino Manifesto* (1847), que expressou a missionária expansão dos EUA ao Pacífico, os colonos são representados como avançando o iluminismo e o conhecimento da civilização europeia sobre a natureza selvagem, onde nativos são equiparados à búfalos. O guerreiro Cherokee Dragging Canoe alertava ao perigo: “parece ser a intenção do povo branco nos destruir enquanto pessoas” (apud HIXSON, 2016, p. 120).

Os colonos brancos justificavam a tomada de terras dos nativos pois era contra as leis de Deus e da Natureza que tanta terra ficasse ociosa (GRANDIN, 2019). Cita-se como exemplo desta violência a Lei de Remoção dos Índios de 1830 (*Indian Removal Act*) durante o governo de Andrew Jackson, o qual buscou aglomerar diversos povos originários em um único Território Indígena, com um status inferior aos estados. Isto pois, como aponta Kastor (2010) os nativos não eram considerados cidadãos dos EUA nem membros de nações soberanas<sup>12</sup>. Depois da independência, Thomas Jefferson advogou uma visão mais paternalista, considerando que os nativos deveriam serem educados e incorporados à civilização – argumento semelhante ao que será utilizado sobre os filipinos um século depois. Ele imaginou um espaço ocupado por “pessoas falando a mesma língua, governada por modos de vida

---

<sup>11</sup> Vazia apenas desconsiderando as mais de 500 nações originárias que se estendiam no continente. O não-reconhecimento que os nativos possuíam direitos sobre as terras significava que os “valores universais” pregados pelos puritanos ficariam restritos à sua civilização, já que apenas era cidadão quem possuíssem terras. Esta visão era embasada sociologicamente pela filosofia contratualista de John Locke, como foi delineada na nota de rodapé 25 da seção 2.2. John Locke foi um importante influenciador da elaboração da Constituição e Declaração de Independência estadunidense, bem como sobre os “pais fundadores” da República. Sobre essa discussão, ver capítulo 2 de Robert Smith (2010).

<sup>12</sup> Já que havia o receio de que o reconhecimento viabilizasse relações diplomáticas entre nativos e europeus, ameaçando o desejo da 'segurança total' continental estadunidense.

semelhantes e leis compartilhadas” (JEFFERSON, 1801). Porém, a remoção forçada a qual Andrew Jackson aplicou aos nativos, alguns anos mais tarde, também se aplicou sobre tribos que adotaram os costumes brancos<sup>13</sup>, como os Cherokees no episódio conhecido como Trilha das lágrimas<sup>14</sup>.

Tanto para Immerwahr (2019) quanto para Grandin (2019), a remoção dos nativos tornou-se um prelúdio sobre como os EUA passariam a lidar com o México, território que, segundo Andrew Jackson, era necessário para expandir a área da liberdade e das instituições livres. Sam Houston, ex governador do Texas, afirmou que "os mexicanos não são melhores que os índios, e não vejo razão para não seguirmos o mesmo curso e tomarmos suas terras" (apud HIXSON, 2016, p.96). Para o historiador Steven Hahn, a guerra com o México foi um dos “episódios políticos mais vexatórios da história” com a realização de “atrocidades contra o seu povo, motivadas pelo racismo entre as tropas americanas” (GRANDIN, 2019 p. 58)

Na ocasião, alguns políticos defendiam que os EUA deveriam incorporar todo o território do México, mas os que advogaram por isso foram derrotados. “Nunca sonhamos em incorporar à União qualquer pessoa exceto a raça branca livre” afirmou o Senador John Calhoun, que perguntou: “Devemos nos associar [...] com os índios e os mestiços raciais do México?” (HIXSON, 2016, p.78; 85). Para o New York Herald os mexicanos eram “imbecis, resultado da mistura das raças espanhola, africana e nativa” (HIXSON, 2016, p. 85). Os EUA, ao final, anexaram 1/3 do México - a parte menos populosa de seu território. O objetivo, segundo o jornal supracitado, era tomar “todo o território de valor que podemos obter sem levar as pessoas”<sup>15</sup>. A ideia de purismo racial e supremacismo branco foi uma constante na história estadunidense, e como será analisado, mostrou-se presente nas discussões entre imperialistas e anti-imperialistas em relação a anexar ou não as Filipinas no final do século XIX. Com o fim das fronteiras continentais, a lógica de ocupação, violência, expropriação e expansão também foi replicada ao Pacífico em finais do século XIX e XX. E junto com ela, a crença da supremacia na raça anglo-saxã branca sobre os outros povos permanecia no imaginário estadunidense.

---

<sup>13</sup> Os EUA assinaram diversos tratados com tribos nativas, algumas “aceitaram” adotar o modo de vida ocidental, como os Cherokee; de igual forma foram alvos da lei de remoção forçada.

<sup>14</sup> Ficaram conhecidas como “O Caminho das Lágrimas” as migrações forçadas dos nativos, impostas pelo governo dos EUA no chamado "Território Indígena" (Oklahoma). Entre 2000 a 8000 índios cherokee morreram durante estas remoções (GRANDIN, 2019).

<sup>15</sup> Se entre 1845-1853 a área dos EUA cresceu 69%, os nativos e mexicanos incrementaram a população do país em menos de 1.5%; como a população branca vinha crescendo a mais de 3% ao ano, aqueles números foram facilmente diluídos (IMMERWAHR, 2019).

Já no período final do século XIX, Palen (2014) explica que a política externa expansionista do presidente Grover Cleveland (1885-1889/1893-1897) possuía como objetivo conquistar novos mercados na Ásia. Cleveland e posteriormente McKinley buscaram satisfazer “a superprodução do setor industrial” estadunidense a partir de abertura de novos mercados, mas o objetivo das portas abertas eram apenas garantir esferas de influências próprias, buscando tratados privilegiados em novos territórios, em detrimento às demais nações europeias. Cada vez mais, a finalidade da política externa estadunidense ao final do século XIX era estender sua área de influência e ingerência – Doutrina Monroe – através da política de Portas Abertas.

O *Laisses Faire* econômico era imposto aos outros territórios por meio da violência, devendo ser implementado unidirecionalmente, já que não havia intenções dos EUA adotá-lo domesticamente. A liberdade política e a autodeterminação, conceitos que progressivamente ganhavam mais atenção, eram para os povos brancos, e não para os demais territórios, como ficaria evidente após a Guerra contra a Espanha em 1898 e as subsequentes aquisições imperiais (Guam, Cuba, Porto Rico, Filipinas). Era majoritariamente a intervenção federal que abria e mantinha abertas as portas dos outros territórios para os capitais expansionistas estadunidenses.

Em complemento à Guerra com a Espanha, iniciou-se oficialmente a política de “Notas sobre as Portas Abertas” (1899), as quais Palen declara como sendo a “passagem do bastão de líder das portas abertas da Grã Bretanha para os EUA” (PALEN, 2014, p. 16). Nestas notas solicitavam-se à todas as grandes potências na China que declarassem formalmente a manutenção de uma política de portas abertas que conferisse igualdade de acesso das nações aos portos chineses. Isto pois os EUA temiam que as potências europeias e o Japão estivessem preparando-se para repartir a China em Colônias. Observa-se, no entanto, que as “Notas de Portas Abertas”, apesar de representarem um apelo ao livre comércio internacional, ainda eram feitas dentro do guarda-chuva nacionalista econômico, já que tais políticas se destinavam apenas àqueles mercados que estavam sobre esferas de influência das outras potências, além do alcance imperial dos EUA. Nada diziam respeito aos territórios controlados por Washington.

Assim, utilizando-se como amparo a Doutrina Monroe, não havia contradições em buscar as “Portas Abertas” ao mesmo tempo em que se adotavam tarifas protecionistas domesticamente. Mesmo pois a abertura comercial de outros territórios, favorecidas pelo

poderio estadunidense, era um suposto favor civilizacional que os EUA faziam aos “povos bárbaros”. Fazia, afinal, parte do próprio Destino Manifesto, originalmente visto como uma expansão benéfica sobre nativos e latinos, e depois reformulada para aplicar-se aos filipinos.

Foi delineada nesta seção uma breve narrativa da expansão civilizacional-imperial dos EUA no século XIX. Buscou-se destacar neste processo o papel do diferenciamento racial e o modo violento com o qual o país promoveu a expansão de seus mercados e capitais, legitimado através de conceitos e ideias como a Doutrina Monroe, o Destino Manifesto e a política de Portas Abertas, todas amparadas pelo poder estatal. Por sua vez, estas dinâmicas domésticas não posicionam Washington como uma nação excepcionalista e benevolente, ao contrário do que muitas vezes se reproduz (como a placa em Seattle ou o artigo de Michael Doyle na *Foreign Affairs*, previamente reproduzido). Estas dinâmicas reproduziam-se dentro de um âmbito global de competição imperial, no qual progressivamente universalizavam-se práticas, discursos e ideologias coloniais. Os Estados Unidos compunham e corroboravam esta dinâmica global, não estando à parte dela e, muito menos, a contrariava. Este é o tema da próxima seção, que servirá para compreender as bases transnacionais do projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas.

### 3.4 SITUANDO O EXPANSIONISMO ESTADUNIDENSE DO SÉCULO XIX EM ÂMBITO GLOBAL

Busca-se nesta seção inserir o expansionismo estadunidense do século XIX dentro de uma lógica transnacional e de competição imperialista, de modo a desmistificar a visão excepcionalista de que o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas foi apenas um mero “acidente de percurso”, como pontuado por Nye e Welch (2014). Pelo contrário, uma das características deste momento é a universalização das práticas imperiais globais, uma lógica corroborada pelos EUA e a qual estava em consonância com sua expansão no século XIX. Ao fim desta seção, espera-se ter oferecido uma interpretação a qual articula a expansão territorial-econômica violenta estadunidense com o cenário imperial-global, o qual desembocará no projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas.

É com o imaginário e *modus operandi* expansionista, protecionista e de diferenciamento racial que, na virada do século XIX ao XX, o governo federal dos EUA continuou a perseguir a abertura de mercados estrangeiros, amparados pelo capital comercial, industrial e agrário. Como delineado, este momento não foi amparado pelo clássico *laissez-faire*, mas sim em um

forte nacionalismo econômico, incluindo altas tarifas protecionistas, restrições imigratórias, subsídios à indústrias nascentes e redistribuição agrária (PALEN, 2014, p.5). Esta dinâmica manifestou-se visivelmente na última década do século XIX, como as “Leis Tarifárias de 1890”, ou as “Tarifas McKinley”, que levaram o nome do futuro presidente, conhecido à época como o “Napoleão do Protecionismo”. Segundo McKinley, estas tarifas eram “protecionistas a cada parágrafo, e Americanas em todas as linhas e palavras” (apud PALEN, 2014, p.9)

Como pano de fundo deste cenário estava um rápido crescimento populacional do país e um mercado colonial que progressivamente auxiliava a nação a se tornar uma potência econômica em relação aos países europeus. Como destaca Leight (2020), por volta de 1900, a economia estadunidense chegava a níveis de industrialização entre 30-60% maiores que as europeias. Os EUA entravam em um período de balanças comerciais superavitárias e expansão industrial amparada pela expansão política e de poder (LEIGHT, 2020, p. 108-109).

Nos últimos 25 anos do século XIX, o processo de reconstrução econômica pós Guerra Civil se tornou um importante elemento do imaginário imperial estadunidense, estimulado sobretudo por uma rivalidade comercial com outras potências (LEIGHT, 2020, p. 109). Brook Adams, conselheiro do partido Republicano, sintetizou a ideia em 1901: “não há razões de porque os EUA não devam se tornar mais rico e mais poderoso do que a Inglaterra, Roma ou Constantinopla” (ADAMS, 1901, p.51). A Doutrina Monroe havia se expandido para além do imaginário continental, visando influência, controle político e econômico em territórios fora do continente americano. Esta lógica doméstica deve ser inserida no contexto imperialista-expansionista global que caracterizou o período aos finais do século XIX.

Duas relevantes ameaças de ascensão industrial eram percebidas pelos EUA neste período, de acordo com Leight (2020, p.109): a Alemanha Guilhermina e o Japão Meij. Suas ambições de poder ilustravam a crescente competição da política global na virada do século XIX-XX, consolidando uma corrida aos mercados mundiais nos quais os EUA apenas conseguiriam alcançar com uma expansão naval<sup>16</sup>. Segundo Theodore Roosevelt, a expansão era um “ato de patriotismo”, uma necessidade da sociedade estadunidense (ROOSEVELT,

---

<sup>16</sup> Este contexto de competição interimperial geravam ansiedades sobre os EUA acerca da fraqueza de suas forças. O Conselho de Política Naval exigiu: “devemos manter uma marinha mais forte à da mais poderosa do mundo, sob a teoria de que poderíamos ter que lutar contra tal nação” (LEIGHT, 2020, p. 119). Pregava-se a construção de uma rede mais ampla de bases insulares e estações de carvão, para permitir que a marinha atuasse em um alcance comparável ao das frotas britânicas. Foi então que Mahan explicou a necessidade de uma forte construção naval, concebida como uma extensão da competição de sistemas coloniais rivais. (LEIGHT, 2020, p.120).

1903). Não construir tal frota seria “prejudicar o interesse e a honra nacional” uma vez que significava abrir mão de mercados importantes aos estadunidenses e entregá-los à Europa e ao Japão.

É em meio a este contexto de crescente competição imperialista que os EUA, através das políticas protecionistas e retaliatórias de McKinley (1897-1901), Roosevelt (1901-1909) e Taft (1909-1913), emergiram como uma grande força industrial (LEIGHT, 2020, p. 111). O objetivo era ampliar o processo de crescimento industrial estadunidense e suplantar seus rivais econômicos no período (BENSEL, 2000, p.8). Isto é, o desenvolvimento político e econômico dos EUA estavam intrinsicamente relacionados à hierarquia global, em constante reconstrução e adaptação às realidades competitivas e seus processos coercitivos de expansão territorial<sup>17</sup>. Segundo Leight, o próprio processo de expansão continental estadunidense ao oeste pertencia a esse padrão abrangente, que triplicou o tamanho dos EUA no período de 1800-1850. Em uma época em que o crescimento econômico tendia a estar fortemente vinculado à produção agrícola e mineral, a abundância de recursos gerados por meio desse processo expansivo colonial – e não meramente por um contexto de sorte, como argumentam Walt e Mearsheimer (2014) - foi uma força motriz da economia dos EUA (LEIGHT, 2020, p.112).

Uma característica relevante deste período é a profunda desigualdade do crescimento dentro do núcleo de nações imperiais, com a decolagem industrial e superioridade econômica cada vez mais acentuada dos EUA. De acordo com Arthur Lewis (2009), a produção industrial entre estes países se desenvolveu em velocidades muito distintas entre 1860-1920: uma média de 2,2% na Grã Bretanha; 1,8% na França; 3,9% na Alemanha e 4,9% nos EUA (LEWIS, 2009, p.17-18). Leight (2020, p. 116) aponta que, entre 1870-1914, o tamanho total da produção econômica dos EUA cresceu de cerca de 1/3 do tamanho da produção alemã para quase o dobro no final do período. Em 1900, a renda nacional dos EUA era duas vezes maior que a do Reino Unido e quatro vezes maior que a da França ou da Alemanha (LEWIS, 2009).

É a partir deste cenário de desenvolvimento capitalista “desigual e combinado” e consequente coerção imperial para disputa de mercados que deriva a dinâmica a qual Anievas descreve como uma “contraditória universalização de práticas imperiais entre os países,

---

<sup>17</sup> Destaca-se que o boom industrial estadunidense entre 1880-1900 foi o mesmo momento em que houve uma ampla expansão global por territórios. Como pontua Leight (2020): “Entre 1830-1880, o domínio colonial da Europa cresceu 16 milhões de km<sup>2</sup>, antes que a taxa de expansão anual aumentasse drasticamente em 1878-1913. Nestes anos, os principais impérios ocidentais incorporaram cerca de 83.000 km<sup>2</sup> de território por ano - uma área do tamanho da França - e o Império Japonês assumiu o controle de mais 115.000 km<sup>2</sup> em propriedades coloniais.



derivada das exigências da acumulação competitiva do capital” (ANIEVAS, 2014, p.6). Diante desta universalização, perspectivas excepcionalistas pouco conseguem apreender a complexidade dos movimentos imperiais do período. De acordo com a visão sociológica histórica global de Anievas, especialmente após 1870 se ampliam e se aprofundam as formas transcontinentais imperiais modernas e a expansão dos Estados nacionais-coloniais pelo sistema internacional, o que envolveu políticas deliberadas para estabelecer controle econômico sobre demais territórios ou mesmo incursões e colônias em outras regiões.

Assim, visualiza-se neste período projetos coloniais como o Raj Britânico (1858-1947), a ocupação francesa no norte africano (1830-1954), as anexações japonesas da Coreia (1895/1910-1945), o colonialismo alemão em Qingdao, Samoa e Sudeste Africano (1884-1914) e o projeto colonial estadunidense sobre as Filipinas (1898-1945). As últimas décadas do século XIX, deste modo, passaram a envolver uma série de esforços políticos, bélicos e sociais conectados para a construção de estados imperiais-nacionais, e a transformação deste como o espaço principal de autoridade em um ambiente de crescentes pressões políticas e econômicas. Justificativas comuns para os projetos coloniais também compunham complexidades transnacionais, como irá ser explorado no capítulo seguinte a partir do anglosaxismo racial.

É neste momento que se deve analisar com cautela as interpretações que julgam o expansionismo estadunidense do período a partir de uma visão excepcionalista, benevolente ou acidental. Isto pois tais projetos nacionais-imperiais supracitados não se construíram apenas de dinâmicas domésticas isoladas, mas sim a partir de uma rede global de esforços político-econômicos-sociais compartilhados. São projetos dentro de um modelo industrial-capitalista que se sobrepõem, se cruzam, se influenciam e competem entre si. A ordem internacional pós 1870, assim, é uma época marcada por uma estrutura dinâmica entre a globalização de uma competição política-econômica com a nacionalização e a estatização de ordens culturais e políticas domésticas (POULANTZAS, 2001, p.175). Ademais, ganha força na lógica colonial o desenvolvimento social dito “progressivo” e “civilizado” a partir das nações imperiais, o qual será contrastado com a construção social-racial do “outro” colonizado como “bárbaro”, “selvagem” e “anárquico” (ANIEVAS, 2014).

Esta combinação de políticas visando o imperialismo, se por um lado não pode ser entendida como fruto de características excepcionais, por outro não pode ser julgada como derivada apenas de lógicas estruturais, como o “sistema internacional anárquico”. Envolve,

afinal, uma complexa rede ideológica, econômica e política que se articula e se interconecta com a lógica competitiva mundial, bem como a modernização dos Estados, o desenvolvimento nacional e as consequentes estratégias dentro deste sistema interestatal. É em meio a este contexto que os EUA adentram na guerra com a Espanha (1898) que desencadeará na colonização sobre as Filipinas. Reduzir estas complexidades a abstrações estruturais promovem incompletudes analíticas, permitindo a reprodução de histórias excepcionalistas de política externa dos países ou o próprio esquecimento da história.

Este momento, por sua vez, não foi puramente um processo material. Envolveu a utilização de símbolos nacionalistas e narrativas raciais como princípios legitimadores das expansões imperiais. Estas narrativas cada vez mais se interligaram, originando a elaboração e institucionalização de ideologias civilizacionais e hierárquicas (LEIGHT, 2020, p.102). Assim, a construção de um núcleo culturalmente distinto de potências ocidentais, ou seja, uma comunidade imaginada de Estados ligados à uma hierarquia geopolítica fundada a partir de uma história mitológica do desenvolvimento europeu, emergiu como uma característica fundamental do período (OSTERHAMMEL, 2014, p.86-87). As estruturas de política internacional presente no imaginário ocidental, neste contexto, representavam que a Europa e os EUA eram os núcleos dos poderes imperiais, devendo exercer influência e controle sobre espaços “não ocidentais”.

Para Hobson e Sharman, a expansão imperial ocidental, assim, foi construída como uma “vocação moral”, operacionalizada pelos discursos de racismo e orientalismo (HOBSON; SHARMAN, 2005, p. 87). Estado, capital e hierarquia civilizatória eram elementos que caminhavam e se entrelaçavam mutuamente. Desse modo, “A estrutura hierárquica da ordem internacional do século XIX fomentou imaginações globais que muitas vezes tratavam tanto de noções de raça e civilização quanto de economia política” (LEIGHT, 2020, p. 102). Isso foi significativo no imaginário da expansão e rivalidade imperial, servindo para naturalizar e promover a representação de rivais estrangeiros como “outras” formações político-culturais ou grupos étnico-raciais. Este modelo pode ser visualizado, por exemplo, em Alfred Mahan, que buscou interligar a competição global com os conflitos sociais nesta era industrial.

Para Mahan (1898), o poder naval permanecia o principal instrumento através do qual uma sociedade industrial poderia construir seu próprio império, através da descoberta e conquista de terras ao redor do globo. Como explica Ashworth (2014), a lógica era de que “Indústrias eficientes levavam a necessidade de comércio, que se expandia por meio dos mares e naturalmente levavam ao estabelecimento de colônias” (ASHWORTH, 2014, p. 99).

Para Mahan, estas colônias “necessitavam de rotas coloniais de comércio, que demandavam uma marinha forte para protegê-las” (MAHAN, 1918, p.25). Neste sentido, os atores agentes das expansões imperiais viam no colonialismo uma necessidade de expansão industrial doméstica em uma era de revolução tecnológica. A partir da contínua inserção e entrelaçamento do país em um sistema global em que as fronteiras se tornavam mais próximas dados os avanços tecnológicos, emanaram-se ansiedades das mais diversas formas e origens, manifestadas através de questões militares, sensação de atrasos econômicos e ansiedades raciais.

Conotações raciais e o supremacismo atravessavam e complementavam os pensamentos expansionistas. Mahan descreveu que a competição entre as nações era um fenômeno natural, e podia ser dividida em duas formas: as competições entre a civilização europeia (na qual Mahan incluía os EUA) e as competições com o mundo não europeu, descritos como bárbaro. Uma vez que demais raças não anglo-saxãs eram bárbaras, as dominações da civilização europeia sobre as “raças não civilizadas” eram direitos dos europeus, que possuíam uma tendência natural de expansão sobre as “sociedades inferiores e incompetentes” (MAHAN, 1898, p. 165-6). Mahan registrou que os bárbaros, no entanto, não eram desprovidos de forças. Enquanto os europeus extraíam seu poderio de armamentos e de um “espírito moral superior”, os “bárbaros” eram mais numerosos. Neste sentido, os armamentos europeus eram uma forma legítima de preservar a civilização europeia contra o grande número de bárbaros. O imperialismo era uma forma de levar “algum tipo de civilização europeia para o mundo não civilizado e caótico” (MAHAN, 1898, p. 167).

Mahan, contemporaneamente, é considerado um clássico realista das RIs e dos Estudos Estratégicos Internacionais (MEARSHEIMER, 2001, P. 84-89; KAPLAN, 2009). Sua obra *The Influence of Sea Power Upon History* (1890) é recomendada como uma leitura geopolítica pela prestigiada revista *Foreign Affairs* (Sloan, 2009). No entanto, seu pensamento não aponta a um exame realista rígido acerca de uma política de poder europeia, tão pouco uma análise fria sobre como os EUA poderia se inserir em um concerto entre as grandes potências (já que, para ele, os EUA já faziam parte da civilização europeia). Mas sim, os estudos de Mahan focam na transformação da ordem global como resultado do encontro de diferentes raças, bem como os impactos do controle ocidental sobre outros territórios e os atritos potenciais com a civilização oriental. Estas ansiedades imperiais e raciais que compuseram seus argumentos, porém, raramente são lembradas na historiografia das RIs. Ao

contextualizar seus escritos e pensamentos no período em questão, oferece-se um exemplo de como nuances sociológicas e históricas usualmente são esquecidas nas RIs, já que o comum no campo é enaltecê-lo apenas como um precursor do pensamento teórico realista.

Este capítulo buscou delinear um contraste entre parte da narrativa *mainstream* das RIs acerca do período final do século XIX e início do XX com uma ótica sociológica histórica global do período. A partir do destaque das relações hierárquicas em detrimento das relações anárquicas e buscando superar a divisão binária “doméstico x externo”, buscou-se articular nestas últimas duas seções um fio histórico que insere os EUA em uma dinâmica de universalização de práticas imperiais, a qual estava em consonância com seu passado de violenta expansão territorial-econômica. Este ambiente, favorecido pelo “desenvolvimento desigual e combinado” global contrasta com as narrativas excepcionalistas dos EUA no período, oferecidas na primeira seção: embora historicamente tenha se posicionado como uma estrutura política à parte da europeia, Washington integrava a corrida capitalista-imperial global, tendo como pilar de sua justificativa a supremacia racial. Como contextualizado, esta supremacia racial está presente nos pensamentos de autores considerados cânones das RIs, como Mahan e Wilson - a despeito da higienização contemporânea de suas ideias. É dentro destas dinâmicas que explora-se agora o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas.

#### **4 O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS E O PAPEL DO *JOURNAL OF RACE DEVELOPMENT* NA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL**

Como visto no capítulo anterior, a construção de um império continental pelos EUA foi alcançado por meio de uma expansão violenta de colonos brancos sobre os povos nativos, abrindo as fronteiras para uma extensa exploração de terras e recursos naturais destinados à extração capitalista industrial. A partir dos finais do século XIX, estes recursos acumulados passaram a financiar um segundo império, extra-continental, amparado pela construção de uma forte marinha que estimularam a Guerra Hispano-Estadunidense (1898). A eclosão da guerra e seus impactos sobre o imaginário estadunidense como uma grande potência giram em torno de um processo dinâmico de desníveis de desenvolvimento: enquanto os EUA passavam por uma transformação industrial e expansão militar, a Espanha monárquica se deparava com constantes fragilidades no controle de suas possessões. Ambas as trajetórias históricas destes impérios passariam a ser influenciadas por movimentos revolucionários dentro de suas colônias.

Neste capítulo busco explorar um dos episódios resultados desta expansão, o projeto colonial sobre as Filipinas. Mais especificamente, busco desenvolver algumas nuances raciais e imperiais da história transnacional do encontro entre filipinos e estadunidenses no final do século XIX e início do XX. Ainda, destaco a forma com que as construídas hierarquias civilizacionais atuaram como um fator mobilizador e organizativo das justificativas em torno da invasão, conquista e administração colonial, e como este debate esteve no cerne do desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais.

Assim, na 1ª seção são destacadas as primeiras interações entre filipinos e estadunidenses após a Guerra Hispano-Estadunidense, destacando as transnacionalidades do período, as violências perpetuadas neste projeto colonial bem como percepções de alguns atores sobre este evento. Na 2ª seção são evidenciadas as justificativas ideológicas-raciais deste projeto, seja a partir da visão do colonizador (anglo-saxismo racial), do colonizado (a busca pelo reconhecimento de civilidade) ou mesmo de suas interações, como por exemplo a identificação dos soldados negros estadunidenses com os filipinos (e vice versa). Destaca-se, neste sentido, as intrincadas percepções pelas quais cada comunidade nacional passou a se imaginar e se vincular em relação a outra, bem como as resistências aos projeto colonial, tanto nas Filipinas quanto nos EUA. Na 3ª seção serão exploradas algumas contribuições do

*Journal of Race Development* para a administração colonial, destacando o papel que a revista, neste período incubatório das RIs, cumpriu na mencionada narrativa colonial. Finalmente, na última seção conclui-se acerca das três principais considerações acerca do problema de pesquisa.

#### 4.1 A GUERRA TRANSNACIONAL HISPANO-AMERICANA (1898) E O PROJETO COLONIAL SOBRE AS FILIPINAS (1898 – 1906)

As relações econômicas dos EUA com a região do Pacífico remontam ao século XVIII, mas é no século XIX que os vínculos entre estes espaços se ampliam<sup>1</sup>. Com a revolução tecnológica nos transportes e nas comunicações, bem como o fim da expansão de suas fronteiras continentais, os EUA passaram a reproduzir também uma visão missionária expansiva sobre o Pacífico, estendendo a esta região concepções derivadas de seu Destino Manifesto e Doutrina Monroe. Como visualizado, estas concepções serviram como formas de justificativa na aplicação de práticas coloniais sobre outros territórios. Estas dinâmicas também auxiliam a compreender os desdobramentos da guerra hispano-estadunidense (1898) e o subsequente projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas. Assim, o objetivo desta seção é explorar a relação entre os discursos benevolentes estadunidenses sobre as Filipinas e a constituição de um regime colonial neste território asiático, destacando as violências perpetuadas. Este evento e suas violências serão entendidas dentro de um marco transnacional, como frutos de interações de estruturas políticas, culturais e econômicas derivadas de um mundo imperial-competitivo.

LaFeber explica que a Guerra Hispano-Americana se iniciou a partir de uma catástrofe inesperada (LAFEBER, 1963, p.377). Em fevereiro de 1898, o navio USS Maine explodiu no porto de Havana, vitimando 260 marinheiros. Uma atmosfera de “intensa excitação bélica” na sociedade estadunidense desdobrou-se do evento, como registrou o almirante George Dewey (DEWEY, 1913, p. 178). Em outra interpretação, para Leight (2020, p. 74), menos importante foi a explosão do navio e muito mais a revolução nacionalista cubana (1895) contra o decadente império espanhol. Isto pois Cuba era um “lugar estratégico de investimentos econômicos estadunidenses [...] o açúcar e as indústrias mineiras no país receberam mais de US\$40 milhões a partir de investidores em Washington durante a década de 1890” (LEIGHT, 2020, p.75). Sendo um território estratégico, a revolução nacionalista cubana e a falta de seu

---

<sup>1</sup> Especialmente aproveitando-se dos tratados desiguais forçados sobre a China após as Guerras do Ópio (1839-1842) (1856-1860) e a abertura forçada dos portos japoneses (1854).

controle pelo império espanhol eram ameaças aos interesses econômicos estadunidenses. Como relata Julian Go (2011), ameaçadora de igual forma era a Revolução Filipina (1896-1898) – também território colonial espanhol - que se intensificava cada vez mais, ampliando as ansiedades estadunidenses acerca do acesso a esta porta aos mercados asiáticos (GO, 2011, p.220).

É neste contexto de interconexões entre movimentos revolucionários e desenvolvimentos econômicos desiguais que residiram os principais impulsionadores do início do conflito estadunidense contra a Espanha. Após sua eclosão, em poucos dias os EUA saíram vitoriosos do conflito, derrotando as frotas espanholas em Cuba e nas Filipinas. O discurso em torno do conflito era o de excepcionalidade: para Theodore Roosevelt, então Secretário da Marinha, o conflito contra a Espanha era um ato “justo e honesto [...] o primeiro grande triunfo nacional no mundo” (ROOSEVELT, 1902, p.9); para o Capitão Stephen B. Luce, o conflito era uma “guerra que servia aos interesses da civilização e do progresso humano” (LUCE, 1903, p.43).

A vitória estadunidense na guerra passou a ser representada como um sinal da trajetória histórica global do país, um transbordamento do Destino Manifesto para fora do continente. Construiu-se em torno dela uma causa nacional, na qual o Oceano Pacífico atraía os interesses econômicos e as ansiedades imperiais e raciais do país. Como declarou Albert Beveridge (1899-1911), senador republicano, após a vitória no conflito com a Espanha: “Distâncias e oceanos não são argumentos [...] não nos separam das terras as quais são nossos deveres e desejos [...] Temos obrigações globais [...] Não prefeririam os filipinos o nosso governo justo e civilizador ao regime selvagem do qual os resgatamos?” (BEVERIDGE, 1900).

A construção da imagem do Destino Manifesto sobre estes territórios após a guerra não pode ser entendida sem as motivações capitalistas e transnacionais. Também perdem-se suas nuances quando não se levam em conta os movimentos revolucionários cubanos e filipinos contra o domínio da monarquia espanhola, que ameaçaram os interesses econômicos dos EUA. Para Beveridge, após o conflito “nós herdaremos o comércio destas terras [...] o destino irá nos dar o monopólio destes mercados para a sociedade americana” (BEVERIDGE, 1900). Quando confrontado por anti-imperialistas acerca da necessidade de anexação dos territórios extra continentais, Beveridge contra-interrogava: “pergunte-se por que a Inglaterra não abandona a África do Sul, o Egito, a Índia. Por que a França incorporou o Sul da China, e a Alemanha a vasta região cujo porto é Kaochau?” (BEVERIDGE, 1900).

No que tange ao processo inicial da ocupação das tropas estadunidenses nas Filipinas, houveram uma série de forças que operaram para este resultado. Como aponta Kramer (2006, p.91), ainda em 1897 o Departamento Naval estadunidense, antecipando a guerra com a Espanha, já desenvolviam planos que envolviam a ocupação nas Filipinas, a fim de prover uma base de operações na região. Estes planos coloniais estavam em consonância com a elite política estadunidense comprometida com a expansão imperial. Figuras como o então Assistente do Secretário Naval, Theodore Roosevelt, e o Senador Henry Cabot Lodge pressionavam o presidente McKinley a visualizar a oportunidade geopolítica da guerra: “ao tomar a maior colônia da Espanha, os EUA ganhariam uma base estratégica a partir da qual abririam os mercados da China, servindo para o fortalecimento naval dos EUA e o reconhecimento e respeito das potências imperiais mundiais” (KRAMER, 2006, p.91).

Estas articulações foram desenvolvidas ao mesmo tempo em que o governo estadunidense se preocupava com as ameaças a seus negócios, representadas pelas forças revolucionárias cubanas e filipinas diante do parco controle espanhol sobre os movimentos. Discursivamente, acoplou-se a este senso de oportunidade imperial uma condenação por parte de Washington sobre as violências do império espanhol em relação aos movimentos revolucionários, bem como um discurso excepcionalista de convocação de uma intervenção republicana para livrar o continente americano de uma “potência europeia corrupta” (Doutrina Monroe).

A partir deste discurso, parte dos revolucionários filipinos acreditaram que a chegada da esquadra estadunidense em suas ilhas significaria a libertação das dominações imperiais, sendo Washington um eventual aliado para a independência filipina. Afinal, havia uma aliança acordada verbalmente contra o inimigo comum espanhol. As batalhas foram travadas em terra, por tropas do revolucionário filipino Emilio Aguinaldo, quanto nos oceanos, pelo comandante estadunidense Dewey. Esta confiança por parte dos filipinos amparou-se em uma série de garantias e promessas de Dewey – embora nunca escritas – de que, uma vez que a guerra se encerrasse, aos filipinos seriam garantidas total independência (IMMERWAHR, 2019, p. 104).

Em manifestos de Aguinaldo, principal revolucionário filipino: “Vamos abraçar a ação humana dos EUA [...] aprender com ela, aceitando seus conselhos, a maneira que vivem: ordem e liberdade, copiando suas instituições, adequadas para nações que desejam reconquistar independência” (AGUINALDO, 1898). Ainda, momentos antes das frotas estadunidenses desembarcarem nas Filipinas, Aguinaldo declarou: “os americanos não



possuem motivos mercenários, mas sim buscam recuperar a humanidade e amenizar as lamentações de nosso povo perseguido [...] é oportuno aceitar a extensão de seu manto protetor sobre nosso amado povo” (AGUINALDO, 1898). Aguinaldo evocou também a Independência do país emprestando a Doutrina Monroe. Declarou: “Agora nós testemunhamos a verdade sobre o que o presidente Monroe disse: Os EUA são para os Americanos [...] Agora eu respondo que as Filipinas são para os Filipinos” (AGUINALDO, 1898).

Em 1º de maio de 1898 Dewey liderou o esquadrão do pacífico sobre a Bacia de Manila, destruindo a frota espanhola. Em junho, Aguinaldo proclamou seu governo e a declaração de independência das Filipinas (República das Filipinas), promovendo nos meses seguintes uma nova capital, estabelecendo escolas e universidades, apontando diplomatas e levantando impostos. Em agosto, no entanto, despontaram as primeiras tensões: a despeito do cerco em Manila contra os espanhóis ter sido promovido conjuntamente por filipinos e estadunidenses, a Espanha rendeu-se apenas à Washington. Após a entrada dos soldados dos EUA na cidade, houveram bloqueios para evitar a entrada das forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que o então presidente dos EUA McKinley emitiu sua própria declaração, na qual “não haveria ocupação conjunta com os insurgentes” e os filipinos deveriam “reconhecer a ocupação militar e a autoridade dos EUA” (EUA, 1898). A partir de então, Washington ocupou Manila, e o governo de Aguinaldo o restante do país; as esperanças dos revolucionários de alcançar uma negociação findaram-se com a assinatura do Tratado de Paris em dezembro de 1898<sup>2</sup>, entre McKinley e os espanhóis, sem a presença dos filipinos. Com as tensões entre as tropas estadunidenses e filipinas altas, não tardou para a eclosão do conflito; estava iniciada a guerra entre EUA e os revolucionários, em fevereiro de 1899.

Discursivamente, o conflito “provou” para a sociedade estadunidense a “incivilidade filipina”. Segundo o *New York Times*: “Os filipinos escolheram uma forma sangrenta de demonstrar sua incapacidade de autogoverno” (NYT, 1899). O texto expressou incompreensão em relação a “ingratidão dos filipinos, que lançaram um ataque insano contra

---

<sup>2</sup> Em Paris, onde ocorriam os acordos de encerramento da guerra, os estadunidenses progressivamente passavam a pressionar por espólios cada vez maiores contra a Espanha. Estes denominavam as requisições estadunidenses como “imodestas demandas do conquistador” (MILLER, 1982, p.24). Com os EUA ocupando Manila e a revolução filipina se espalhando, os representantes espanhóis aceitaram a proposta de venda do território por US\$20 milhões aos EUA, tratado firmado em dezembro de 1898 (KRAMER, 2006, p.109). Nenhum representante filipino esteve presente durante as negociações; a República Filipina, os habitantes das ilhas, seus direitos e aspirações tampouco foram objeto de discussão nos tratados entre EUA e Espanha durante as negociações.

seus libertadores”; agora, os filipinos não eram mais “pupilos em uma escola, mas rebeldes armados”. Segundo o jornal, seria preciso força para educá-los, fazendo-os “entender que devem reconhecer nossa autoridade e nos obedecer”. Em março, os EUA já ocupavam a capital da República Filipina, Malolos, e os revolucionários partiram para o interior das ilhas, adotando guerrilhas.

Em seu discurso que ficou reconhecido como a proclamação da “Assimilação Benevolente”, McKinley reivindicou a soberania dos EUA sobre todo o arquipélago e esboçou um governo militar para controlar as propriedades e impostos nas Filipinas (IMMERWAHR, 2019). McKinley, no entanto, expressou preocupações com as possibilidades dos filipinos não reconhecerem a soberania dos EUA. A fim de alcançar este propósito, o presidente declarou que os comandantes militares dos EUA deveriam anunciar aos filipinos que vinham “não como invasores ou conquistadores, mas como amigos, para proteger os nativos em suas casas, empregos e seus direitos individuais” (MCKINLEY 1898 apud MILLER, 1982, p. 25). Deveria ser o objetivo principal dos militares ganhar a confiança, o respeito e a afeição dos habitantes das Filipinas, “provando-lhes que a missão dos EUA é de assimilação benevolente” (p.26).

Esta proclamação de McKinley representou o desreconhecimento formal da República das Filipinas. No debate da proclamação no Senado dos EUA, a questão racial era predominante, seja entre os que a apoiavam seja aos que a condenavam: os anexacionistas citavam o dever dos EUA, as oportunidades comerciais na Ásia e a necessidade de "elevação civilizacional" dos filipinos. Já os anti-imperialistas denominavam o imperialismo como uma ameaça à liberdade doméstica e integridade racial dos EUA, condenando a "assimilação" dos filipinos como uma tolice (KRAMER, 2006, p. 111). McKinley, em 1901, afirmou:

O Congresso forneceu um exército para permitir suprimir a insurreição, restaurar a paz, dar segurança aos habitantes e estabelecer a autoridade dos EUA em todo o arquipélago. Não estamos travando uma guerra contra os habitantes das Ilhas. Uma parte deles está em guerra contra nós. De longe, a maior parte dos habitantes reconhece a soberania americana e a acolhe como uma garantia de ordem e segurança de vida [...]. A eles será dada proteção total. Não deixaremos o destino dos milhões leais das ilhas para os milhares desleais que estão em rebelião (MCKINLEY, 1901).

Para McKinley, os filipinos não tinham capacidade de autogoverno. O senador Albert Beveridge esclareceu que o conteúdo da Declaração da Independência dos EUA se aplicava apenas às pessoas capazes de autogoverno; se esta capacidade foi negada ao “índio em nosso país, como concedê-la aos malaios no estrangeiro?” (BEVERIDGE, 1900). O senador Henry

Dawes sugeriu que deveriam replicar a relação que os colonos brancos possuíam com os nativos do continente americano sobre todas as outras “raças alienígenas cujo futuro colocou-se em nosso poder” (HIXSON, 2015).

Desdobra-se a partir de então um dos projetos coloniais mais violentos do século XX (KRAMER, 2006). Se por um lado até 1900 haviam ordens de Washington para os generais estadunidenses nas Filipinas controlarem o uso da violência, por outro, a re-eleição de McKinley contra o anti imperialista William Bryan reforçou a tendência de que a rota escolhida pela sociedade estadunidense era a imperial. Sem os questionamentos de um candidato anti-imperial, a violência das tropas nas Filipinas ganhou contornos mais brutais. As ordens de McKinley agora eram de que insurgentes filipinos capturados fossem mortos (IMMERWAHR, 2019, p.112). Cidades ocupadas pelos revolucionários deveriam ser destruídas e queimadas. Como desdobrado na próxima seção, o uso da violência não era problema para os soldados estadunidenses, uma vez que os argumentos raciais desumanizavam os filipinos.

Um dos métodos de controle mais violentos que o exército estadunidense se utilizou foi a tática de “reconcentração”<sup>3</sup>. Nesta, conduziam-se as populações rurais para acampamentos onde poderiam ser monitoradas, e assim, impedi-las de colaborarem com os revolucionários. Na perspectiva do exército estadunidense, aqueles que estavam dentro dos campos estavam pacificados; todos os filipinos que estivessem fora deveriam ser tratados como suspeitos, estando liberadas as queimas de suas casas e plantações ou mesmo seus assassinatos (HIXSON, 2015, p. 113). Havia, assim, uma destruição e violência indiscriminada, dada a quase impossibilidade de distinguir os “rebeldes” da população filipina em geral; ademais os EUA não seguiam qualquer regra cívica do direito internacional em tempos de guerra, aplicando torturas e punições coletivas à sociedade filipina. Aguinaldo foi capturado em março de 1901, rendendo-se às tropas dos EUA e advogando para um cessar do conflito; apesar da situação ter enfraquecido significativamente o movimento de resistência, Aguinaldo já não mais controlava os revolucionários espalhados pelas mais de 7.000 ilhas do país.

Em Julho de 1902, Roosevelt proclamou concluída a guerra estadunidense-filipina, mas os filipinos continuaram resistindo à ocupação. O comportamento dos EUA no exterior fez

---

<sup>3</sup> Immerwahr (2019) relembra curiosamente que foi esta mesma tática de reconcentração que gerou perplexidade da sociedade estadunidense quando os espanhóis a aplicaram contra os cubanos revolucionários na década de 1890, movimento o qual gerou um importante estímulo para a mobilização do discurso benevolente de guerra contra os espanhóis em 1898 (IMMERWAHR, 2019, p.113-114).

surgir a Liga Anti-Imperialista, cujo vice-presidente Mark Twain declarou que sua nação atuava em um duplo sentido: “Uma que liberta cativos” e outro que tira sua liberdade, mata e fica com sua terra (TWAINE, 1900). O republicano Henry Cabot Lodge afirmou como resposta que “se a subjugação das Filipinas foi um crime, então acusam os anti-imperialistas de que toda nossa história de expansão no passado foi um crime” (IMMERWAHR, 2019). George Hoar, o principal antiimperialista no Congresso lamentou: “Nós destruimos a única república da Ásia.” (IMMERWAHR, 2019 p. 122). Os primeiros meses de combate levaram a grandes perdas de vidas civis filipinas (KRAMER, 2006, p. 111); um soldado estadunidense, em seu diário de guerra, relatou o ambiente o qual vivenciou como combatente: “Todas as casas na cidade estão sendo queimadas [...] Vejo mulheres mortas, cavalos mortos, homens mortos, cachorros mortos e muitas pessoas queimadas” (POPLIN, 1963 p. 162).

Em 1902, um congressista republicano que viajou para as Filipinas reportou o que viu em um jornal: “As ilhas foram arrasadas de maneira extensiva [...] nossos soldados não pegam prisioneiros, não mantêm registros algum, simplesmente limpam o país onde e quando podiam” (HERNON 2021, p. 130). O congressista registrou a presença de inúmeros surtos de doenças, como cólera, desenteria e tuberculose. Immerwahr aponta que os movimentos forçados dos filipinos causados pelas tropas estadunidenses promoviam a transmissão desenfreada de malária, vitimando milhares de civis. A tática de reconcentração cumpria um papel fundamental nesta conjuntura, forçando populações com diferentes imunidades e doenças a conviverem de forma conjunta (IMMERWAHR, 2019, p.119). A privação de alimentos e a mal-nutrição a qual eram expostos os filipinos, causada pela queima de plantações e gado pelas tropas dos EUA completavam a tragédia humana a qual foram submetidos os civis das ilhas.

Até o ano de 1902, registros apontam que o exército estadunidense perdeu 4.196 soldados, tendo-se registro também de 16.000 combatentes filipinos mortos (HIXSON, 2016, p. 190). Acredita-se, no entanto, que os números sejam maiores. O General Franklin Bell, arquiteto da estratégia de reconcentração, estimou que apenas na principal ilha das Filipinas, Luzon, a guerra vitimou mais de 1/6 da população, aproximadamente 600.000 pessoas (IMMERWAHR, 2019, p. 119). Segundo Immerwahr, apesar de não haver evidências exatas destes números, a maioria dos livros estimam entre 250.000 mortes apenas de filipinos; segundo estudo do historiador Ken de Bevoise, entre 1899 e 1903, 750.000 filipinos perderam suas vidas por conta da guerra, em sua maioria por fome e doenças (BEVOISE, 1995, p. 86-87).

Após a captura de Aguinaldo, a resistência continuou, especialmente na segunda maior ilha do país, Mindanao. Habitada majoritariamente por muçulmanos (denominados mouros pelos estadunidenses) a ilha era governada por um sistema de sultanato e aderira à lei islâmica. Para um general dos EUA, àquela altura “o problema dos mouros [...] não é apenas uma questão de governarmos suas tribos não civilizadas mas também de controlarmos sua religião” (HIXSON, 2016, p.192). Não sendo uma prioridade até então, os EUA já haviam em 1899 reconhecido a fé muçulmana na região, permitindo com que o sultão continuasse exercendo soberania na referida ilha. O movimento também fazia parte da estratégia de Washinton de usar “nativos” contra “nativos”, utilizando-se do auxílio do sultão para combater os filipinos cristãos em Luzon. Após a captura de Aguinaldo e o enfraquecimento das resistências em Luzon, as tropas estadunidenses, em aliança com uma elite branca cristã filipina, passaram a canalizar mais esforços sobre uma “pacificação” nas demais ilhas, sendo Midanao uma prioridade. Os muçulmanos, por sua vez, negavam-se a serem subjugados por filipinos cristãos. Para o secretário de guerra William Taft: “A força parece continuar sendo o único método de convencerem esses muçulmanos” (HIXSON, 2016 p. 192).

O general Leonard Wood, amigo próximo de Theodore Roosevelt, visualizava os muçulmanos como “religiosamente e moralmente degenerados” e foi a partir de então o ator principal responsável por iniciar uma série de violentas campanhas militares em Midanao. Para Wood, os muçulmanos teriam de se adaptar a uma “nova ordem das coisas. Um novo e poderoso país agora possui todas estas ilhas: os EUA” (IMMERWAHR, 2019, p.122). Estabelecendo desde 1902 a estratégia de reconcentração em Mindanao, em 1906, Wood lançou uma ofensiva contra milhares de civis, que haviam buscado refúgio nas redondezas de um vulcão extinto, Bud Dajo. Centenas de homens, mulheres e crianças desarmadas foram assassinadas no ataque. Mark Twain, escritor estadunidense, registrou em uma carta privada: “Nós os abolimos totalmente, não deixamos nem um bebê vivo para chorar por sua mãe assassinada” (TWIN, 1906). As campanhas indiscriminadas contra muçulmanos e camponeses rebeldes nas ilhas do sul continuaram por anos, culminando em junho de 1913 com mais um assassinato de mais de 300 muçulmanos em Bud Bagsak.

A contra-insurgência estadunidense também buscava empreender esforços para cooptar a população local via reformas estruturais nas ilhas, estabelecendo governos municipais, polícias, hospitais, escolas e construção de rodovias. Tais reformas eram violentas e não colaborativas, não levando em conta as tradições locais, possuindo apenas como objetivos

reforçar e legitimar a ocupação; estes projetos civilizacionais carregavam consigo as percepções de que os Filipinos eram incapazes de se auto-governarem. Para tanto, a administração McKinley criou a Comissão Filipina<sup>4</sup>, que possuía como objetivo engajar os filipinos em programas civis, a fim de afastá-los do suporte aos guerrilheiros (HIXSON, 2016, p. 193). Do mesmo modo, a contra-insurgência buscou explorar as divisões dentro da própria sociedade filipina, aliando-se e fortalecendo as elites cristãs filipinas para cooptá-las contra a revolução e auxiliar na construção do projeto colonial. Ainda, promoviam também distinções entre os habitantes da ilha de acordo com um “ranking étnico”<sup>5</sup>, o qual servia como uma estratégia de “divisão e conquista”.

Afinal, apesar de empreender a Guerra contra a Espanha em 1898 para liberar Cuba, as Filipinas e Porto Rico, os EUA tomaram seus territórios em um acordo com a Espanha, sem a presença dos representantes destes países. Os filipinos tiveram de lutar pela independência que já haviam declarado; visualizaram a troca de um antagonista imperial por outro, significando a continuação de seu processo revolucionário e, como aponta Kramer (2006, p.89), a ampliação das destruições, deslocamentos e mortes que passariam a ocorrer nas décadas seguintes. Para os EUA, este momento significou o maior envio de tropas militares na Ásia até então. A ocupação conferiu um espaço para a projeção de forças na região, favorecendo a aquisição de bases navais e estações de carvão que facilitaram a penetração comercial na Ásia. Ideologicamente, o momento suscitou debates sobre o suposto excepcionalismo nacional, bem como as implicações políticas, imperiais e raciais da ocupação e colonização das Filipinas. Estas discussões reverberaram sobre a sociedade estadunidense; parte de seu reflexo sobre o pensamento internacional e acadêmico nos EUA será explorado nas seções 4.2 e 4.3.

Quando se evocam as primeiras relações entre Filipinas e EUA usualmente pensa-se o regime de Washington a partir de um regime de benevolência. Este pensamento omite, por sua vez, o violento projeto colonial analisado nesta seção. Faz parte, afinal, da narrativa

---

<sup>4</sup> A Comissão Filipina também era responsável por gerar uma aura de conhecimento científico ocidental sobre a nova colônia, de modo a justificar a administração. Era organizada em torno de coletas de dados e audiências, especialmente com membros selecionados das elites europeias nas Filipinas, trocando informações sobre administração colonial. A comissão também patrocinaria pesquisas científicas, realizando levantamentos dos recursos agrícolas, florestais e minerais das Filipinas, bem como dados “etnográficos” (KRAMER, 2006, p.182).

<sup>5</sup> Dean Worcester, zoologista, ranqueou mais de 80 tribos nas Filipinas, em sua obra *The Philippine Islands and Their People* (1898), que serviu para a administração colonial no arquipélago. Para ele, haviam desde os “mais primitivos *negritos*, incapazes de civilização”, passando pelos *Moros* e “os malaios, pagãos, razoavelmente civilizados”. Para Worcester “apesar de todas as suas qualidades, não se pode negar que, atualmente, mesmo os nativos civilizados são totalmente inadequados para o autogoverno” (WORCESTER, 1898, p. 87)

excepcionalista de política externa do país ocidental. Este projeto também é omitido quando teóricos de RIs aplicam conceitos abstratos (como anarquia interestatal) a contextos passados, reduzindo a história à dinâmicas amorfas cujos únicos atores são os Estados e seus respectivos “interesses nacionais” e “dilemas de segurança”. Estas narrativas das RIs do período não apenas reduzem as complexidades transnacionais e imperiais como também marginalizam as justificativas ideológicas-raciais dessa expansão. Tais tonalidade raciais são evidentes na colonização dos EUA sobre as Filipinas, seguindo um padrão de hierarquização civilizacional imposto pelo ocidente a fim de naturalizar as violências perpetradas sobre outros povos. Aprofunda-se, na próxima seção, tais articulações civilizacionais que basearam este projeto.

#### 4.2 O ANGLO-SAXISMO RACIAL E A BUSCA DO STATUS CIVILIZATÓRIO FILIPINO

Esta seção tem como objetivo destacar as nuances raciais da colonização estadunidense sobre as Filipinas. Questões raciais foram mobilizadas para angariar apoio doméstico ao projeto, do mesmo modo que foram operacionalizadas pelos agentes coloniais e soldados para compreender os filipinos dentro de uma hierarquia racial inferiorizada, que cumpriram ao propósito de justificação da violência colonial. Destaca-se que este processo não foi apenas uma “exportação” das concepções raciais pré-existentes nos EUA: foi um processo mutuamente constitutivo com o decorrer do conflito. O destaque destas nuances raciais permitirá, na seção seguinte, delinear semelhanças entre tais discursos civilizacionais-hierárquicos com os discursos presentes no período incubatório da disciplina de RIs (especificamente, o *JRD*).

Deparando-se com a evasividade estadunidense sobre o reconhecimento da independência filipina, os revolucionários tiveram de buscar o reconhecimento dos EUA sobre, mais do que sua Revolução, sua própria civilização e humanidade, já historicamente negadas e rechaçadas pelo império espanhol. Esta luta pelo reconhecimento civilizacional-racial perante Washington, no entanto, não era uma surpresa para alguns membros da elite intelectual filipina, atentos há algum tempo acerca do trato racial estadunidense com os não-brancos.

José Protasio Rizal, expoente intelectual filipino e componente do movimento *Ilustrados* – cujo objetivo era reafirmar intelectualmente o processo de independência e a

construção nacional de um Estado Filipino -, suspeitava, mesmo antes da Guerra hispano-estadunidense, dos princípios e discursos benevolentes de Washington. Em 1888, Rizal cruzou os EUA por ferrovias, durante duas semanas. Em seus diários de viagem, apesar de destacar os “grandes edifícios e concepções grandiosas de um gigante país”, notava que o território possuía muitos defeitos, sendo especialmente crítico sobre a política racial dos EUA (RIZAL, 1961, p.219). Insatisfeito com a quarentena a qual fora submetido no porto de São Francisco, Rizal denunciou, em uma carta à um amigo, que as supostas medidas sanitárias de entrada no país pareciam ser tomadas para evitar a entrada de “643 passageiros chineses a bordo de um navio de Hong Kong”. A “verdadeira razão”, para Rizal, era de que a “América é contra a imigração chinesa, especialmente agora durante as campanhas eleitorais, em que o governo, em vistas de adquirir popularidade, deve transparecer ser contra os chineses” (p.216)

Rizal ainda observou as fortes exclusões raciais contra o negro estadunidense, concluindo, em confissões a um amigo, que no país não havia uma “verdadeira liberdade civil” (RIZAL, 1961 p.225-226). Apontava ainda que os cidadãos dos EUA usualmente confundiam a nacionalidade dos imigrantes asiáticos, dada suas hostilidades raciais: “Por conta do ódio ao chinês, também outros asiáticos como os japoneses, confundidos com os chineses, são tratados da mesma forma pelos americanos ignorantes” (RIZAL, 1961, p.227) Rizal, considerado herói filipino, foi executado pelo governo espanhol por crime de rebelião, pouco antes da Guerra de 1898, mas suas observações foram um prenúncio do tratamento dos EUA sobre os cidadãos filipinos. Como um soldado veterano negro dos EUA nas Filipinas reportou em seu diário de guerra durante aquele período, quando os Filipinos passassem a ser alertados sobre “o tratamento da população negra nos EUA”, passariam a acreditar cada vez mais que “seria muito melhor morrer lutando contra os estadunidenses do que se tornarem sujeitos a uma nação a qual os homens de cor são linchados e queimados vivos” (JHONSON, 1899, p.131).

Os revolucionários filipinos, além de buscarem esforços por meios diplomáticos para construir um Estado paralelo ao proclamado pelos EUA, também buscavam uma legitimação internacional de seu direito de civilização. Esta situação pode ser constatada através do comportamento das tropas filipinas durante a guerra hispano-americana, na qual os líderes revolucionários faziam questão de garantir um tratamento humano sobre os prisioneiros de guerra espanhóis, a fim de demonstrar uma “civildade” de seus combatentes - mesmo quando as forças espanholas realizavam ataques bárbaros contra a sociedade filipina. As publicações textuais republicanas atrelavam a questão de soberania às condições de evolução



civilizacional, como um artigo creditado a Felipe Agoncillo, advogado filipino. Este artigo, intitulado “São os Filipinos Civilizados?”, publicado em uma importante revista estadunidense em 1899, respondia afirmativamente a pergunta de seu título (KRAMER, 2006, p. 101). No artigo, Agoncillo levantou uma série de feitos administrativos e econômicos afim de demonstrar a capacidade Filipina para o auto-governo.

Os editores da revista filipina *La Independencia* – cujo objetivo era delinear uma “história” intelectual-nacionalista para as ilhas - descreviam seu programa a partir da necessidade de “demonstrar as aspirações de nosso país, publicando prioridades de nosso governo e requisitando o reconhecimento de nossa independência para outras nações”. Completa a revista que o propósito era garantir o reconhecimento “de nossa capacidade racial, nos feitos que revelam nossa cultura e na vitalidade que demonstramos ao governar 26 províncias com mais de 3 milhões de habitantes” (LA INDEPENDENCIA, 1898). Além de buscar celebrar a cultura, a luta aos filipinos tornava-se, assim, essencialmente racial. Em uma carta anônima publicada em 1899 denominada “Ao Povo Filipino” – a qual suspeita-se que o autor tenha sido Aguinaldo -, dizia-se contrário à hierarquização racial, em base de que “se nós diferimos na cor, é por causa das latitudes distantes em que estamos, e esta diferença de forma alguma significa superioridade de um sobre o outro” (TAYLOR, 1971, p.96).

Apolinário Mabini, Secretário de Relações Exteriores dos revolucionários, incentivou os filipinos a “reivindicarem sua própria soberania”, deixando de confiar em quaisquer tipos de administrações estadunidenses, uma vez que, apesar da constituição dos EUA dizer sobre “direitos e liberdades dos cidadãos estadunidenses [...] o ódio racial irá suprimir quaisquer dessas prerrogativas sibre nós” (MABINI, 1899). Para ele, as práticas imperiais dos EUA iriam “nos unir perpetuamente a uma nação cujos modos e costumes são distintos dos nossos, que odeia mortalmente qualquer outra raça que não seja a branca, e da qual não seremos capazes de nos separar, exceto por meio de uma guerra”.

Um jornal estadunidense, o *Philadelphia Public Ledger*, em 1899, comentou sobre a extrema violência a qual um negro estadunidense, Samuel Hose, sofreu no estado da Geórgia. Este fora multilado, apedrejado e queimado vivo diante de uma multidão sem os devidos julgamentos acerca das acusações as quais lhe foram atribuídas. Diante do acontecimento, registrou a revista: “Não cremos que tais exhibições de barbárie [...] se reproduzam em qualquer país semi-civilizado do mundo, pois até os Filipinos em Luzon se escandalizariam diante da situação, desprovida de qualquer racionalidade, obra de verdadeiras bestas”

(PHILADELPHIA PUBLIC LEDGER, 1899). No mesmo ano, Apolinário Mabini reagiu à este texto do *Philadelphia Ledger*, bem como ao acontecimento envolvendo Samuel Hose:

McKinley não é chefe de uma nação, que se auto proclama uma das que possui as maiores liberdades e da mais alta hierarquia civilizacional? [...] Se Samuel Hose fosse branco, não teria sido queimado [...]. Agora, qual a diferença entre o que fazem com Samuel Hose e as violências que McKinley e seu país exercem sobre os filipinos? Nem os EUA, nem a Espanha, nem as demais nações que monopolizam a civilização se sentem escandalizadas por tantos linchamentos políticos sociais. Se contentam em presenciar tais violências dentro de seus navios, com um prazer indescritível, sobre as convulsões dos agonizantes (MABINI, 1931, p.17).

A Liga Anti-Imperialista<sup>6</sup> nos EUA, a qual buscava convencer a opinião pública dos malefícios da anexação das Filipinas, também possuía questões raciais como centrais em seus argumentos. Este anti-imperialismo não era baseado no reconhecimento civilizatório dos Filipino: como aponta Kramer, (2006, p. 117) pelo contrário, a liga buscou desenvolver a ideia de que a civilização estadunidense era vítima de uma “corrupção racial” em relação a seus potenciais sujeitos coloniais. Carl Schurz, jornalista e proeminente figura do partido republicano, relatava que império colonial promovido por Washington ameaçava os EUA civilizacionalmente. Isto pois os novos subjugados eram de ambientes tropicais, o que os tornavam “incapazes de serem assimilados”. Caso incorporados, permaneceriam um "elemento heterogêneo" na população e a "homogeneidade da república, tão essencial para o funcionamento de nossas instituições democráticas, seria perdida” (SCHURZ, 1899).

Varina Davis, membra da liga Anti Imperialista e viúva do ex-presidente Jefferson Davis, era contra a incorporação dos Filipinos pelos EUA, utilizando-se como amparo argumentativo o “Problema do Negro”. Embora entendesse que as Filipinas eram "uma espécie de mosaico humano" de diferentes tribos, nacionalidades e raças, julgava que os "vários milhões de negros" componentes das ilhas asiáticas não deveriam ser anexados ao "ainda não resolvido" problema dos negros nos EUA. Isto pois, para ela, a guerra imperial obrigaria Washington a governar uma “população de negros filipinos, mais ignorantes e mais degradados do que aqueles em nossos estados do sul” (KRAMER, 2006, p. 118).

---

<sup>6</sup> Nas palavras de Hixson (2014, p 116): “A liga contou com atores como Cleveland, o ex-secretário do Interior Carl Schurz, o industrial Andrew Carnegie, o diplomata Charles Francis Adams, o presidente de Stanford David Starr Jordan e o líder trabalhista Samuel Gompers. A Liga condenou "a subjugação de qualquer povo" como "agressão criminosa", acrescentando: "Lamentamos que seja necessário na terra de Washington e Lincoln reafirmar que todos os homens de qualquer raça ou cor têm direito à vida, liberdade e a procura da felicidade.”

O racismo anti-imperial também era articulado através de supostas ameaças aos direitos dos trabalhadores brancos estadunidenses. Estes visualizavam na potencial imigração dos filipinos uma erosão de seus próprios direitos, postos de trabalho e integridades raciais. Samuel Gompers, líder sindical estadunidense, indagava: "Se as Filipinas forem anexadas, como seria possível evitar as hordas de chineses e as raças semi-selvagens filipinas de invadirem os EUA, engolfando nossa civilização?" (SHELDON; WINCHESTER, 1984 p. 94).

Os significados raciais da guerra também eram debatidos nos veículos de imprensa afro-americanos. Alguns editorialistas negros nos EUA argumentavam que a anexação das Filipinas estenderia a um novo espaço as leis *Jim Crow*, questionando os argumentos benevolentes de Washington. Como explicou o artigo "*Negroes Opposed to Treaty of Paris*" publicado no *Washington Bee*, importante jornal dedicado a leitura de afroamericanos, se aos negros eram "negados os direitos em seu país, as mesmas condições ocorreriam nas Filipinas no momento em que os brancos as controlassem" (WASHINGTON BEE, 1899). Outros editoriais realizaram críticas semelhantes entre as leis *Jim Crow* e o imperialismo estadunidense, encorajando seus leitores, especialmente negros, a recusarem o serviço militar nas Filipinas. Em um texto no *Richmond Planet*, jornal afroestadunidense fundado em 1882 na Virginia: "A política da administração nacional para lidar com os filipinos é a mesma que a das administrações democráticas para lidar com os negros nos estados do sul" (RICHMOND PLANET, 1899).

Líderes negros estadunidenses expressavam solidariedade com os filipinos: "Há uma analogia da luta que está acontecendo agora entre os negros pela liberdade e aquela de uma raça semelhante no Oriente e, portanto, um vínculo de simpatia naturalmente surge" (WASHINGTON BEE, 1900). Observando que os habitantes das ilhas eram "raças negras", o *A.M.E. Church Review*, jornal vinculado a igrejas africanas, sugeriu que a resistência filipina e as mobilizações negras nos EUA eram parte de um padrão mais amplo, global e transnacional:

Se considerarmos que quase todos os movimentos envolvendo a existência e integridade de governos mais fracos são contra as raças africanas e asiáticas, e adicionar a isso o problema doméstico do negro americano, somos surpreendidos com o pensamento de que um movimento mundial começou, que é nada menos do que a agitação do espírito de civilização e [progresso] das raças de pele escura, que conduzirá, sem dúvida, a um ajuste, mudando a atual relação do opressor e oprimido no mundo (LITTLE 1998,p. 2).

Os estadunidenses desenvolverem sua linguagem imperial, a qual negou legitimidade política aos habitantes das ilhas, justificando este comportamento por conta das supostas características socioculturais e raciais inferiores da sociedade filipina. Segundo a linguagem pregada, as Filipinas não poderiam ser denominada como uma nação, mas sim um “conjunto de tribos malaias”<sup>7</sup> ou “Tagalogs”, como indicavam os relatórios da Comissão estadunidense nas Filipinas, em 1900 (PHILIPPINE COMMISSION, 1900).

Esta “tribalização” das Filipinas pelos EUA possuíam o objetivo negar à sociedade filipina seus direitos pelo Direito Internacional. O argumento da “anarquia tribal” se tornou uma das pedras basilares estadunidenses contra conceder autogoverno aos filipinos. Como relatou a Comissão Filipina, em um de seus primeiros relatórios, denominado “Capacidade de Autogoverno”: “O fato mais marcante e significativo é a multiplicidade de tribos que habitam o arquipélago, a diversidade de suas línguas, e as múltiplas fases de civilização exibidas pelos nativos” (PHILIPPINE COMMISSION, 1900). Não constituindo uma nação, assim, Washington não precisaria reconhecer os direitos filipinos sob a legislação internacional. Roosevelt apontou a esta correlação: para ele, os soldados estadunidenses nas Filipinas estavam “não apenas honrando a bandeira, mas sim o triunfo da civilização sobre as forças as quais reinam o caos negro da selvageria e barbarismo” (BOSTON MORNING JOURNAL, 1902).

Roosevelt, neste mesmo discurso, dirigiu-se aos críticos da presença estadunidense nas Filipinas (especialmente à Liga Anti-Imperialista), dizendo-lhes que, ao agirem contra a ocupação dos EUA nas ilhas, “desonravam os homens fortes que vêm derramando sangue e suor em selvas tropicas remotas, afim de trazer luz da civilização sobre estes espaços escuros”. A presença das tropas estadunidenses nas Filipinas era, afinal, as evidências do “progresso da humanidade”. O extermínio racial pelos brancos era enquadrado como inevitável e atuava dentro de um sentido de progresso na história; no discurso, ela apenas acontecia quando os não brancos resistiam ao domínio branco, em “violação a ordem natural do progresso”.

---

<sup>7</sup> Como explica Hixson (2015, p. 186), os principais imperialistas argumentavam que a "assimilação benevolente" das Filipinas era consistente com a história da nação de subjugar e civilizar tribos indígenas. Chamando a atenção para os vários grupos étnicos nas Filipinas - malaios, moros e tagalogs - os “especialistas” estadunidenses descreveram as ilhas como habitadas por um “agregado de tribos”, em vez de um país adequado para a independência nacional. O termo “tribos” ressoava na história recente dos EUA, de guerras e colonização de nativos. ". Se os filipinos, como os nativos dos EUA, fossem povos atrasados, fazia sentido para a maioria dos estadunidenses que eles fossem colocados sob o controle de uma raça superior e escolhida.

Ao mesmo tempo que deslegitimava como nação, o discurso racial também era operacionalizado para legitimar a violência colonial. O influente jornalista Henry Nelson escreveu: “Nossas tropas nas Filipinas olham para os nativos como pertencentes a uma única raça [...] possuindo a pele escura, portanto são “*niggers*”, merecedores de quaisquer tratamentos hostis administrado por seus soberanos brancos” (NELSON, 1900 apud SCHIRMER, 1972, p.240). Frederick Palmer, também jornalista, explicou que os soldados estadunidenses “frequentemente incluíam grupos que visualizavam como inferiores ou de quaisquer cores de pele que não a branca como *niggers*, uma classe abaixo da nossa, a qual, ao que concerne nossos soldados, todos os filipinos pertencem” (KRAMER, 2006, p. 128).

Esta aproximação racial com os negros<sup>8</sup> estadunidenses era percebida pelos próprios filipinos, que exploravam as ansiedades raciais sobre os soldados negros estadunidenses para enfraquecer as tropas inimigas. Tropas filipinas distribuía panfletos perto de unidades negras estadunidenses, com os dizeres “Seus mestres o lançaram nesta luta com um duplo propósito - torná-los instrumento de sua ambição [...] seu trabalho árduo em breve ocasionará a extinção de sua raça. Seus amigos Filipinos dão-lhe este bom aviso. Você deve considerar sua situação e sua história, e assumir o controle disso” (GATEWOOD, 1971, p.259).

A supremacia racial de contornos transnacionais também foi operacionalizada para justificar a colonização dos EUA nas Filipinas. Os estadunidenses buscaram assimilar ideologicamente uma sincronia identiária racial com os britânicos, articulando-a como uma “responsabilidade” a fim de fazer avançar a civilização global. Era, afinal, o Fardo do Homem Branco, expressão originada em 1899 que condensou o destino racial com o humanitarismo, colocando os estadunidenses como a raça com um destino imperial inevitável (HIXSON, 2015). Para Albert Beveridge, a causa estadunidense nas Filipinas era “a causa dos teutônicos e dos povos que falam inglês”, os quais Deus preparou por “milhares de anos” para se tornarem “os mestres do mundo” (BEVERIDGE, 1900). Para o senador: “relembremos que não estamos tratando com americanos ou europeus”, mas sim “malaios”, uma etnia corrupta influenciada por “centenas de anos de selvageria, centenas de anos de orientalismo e ainda outra centena de anos pelos costumes espanhóis” (BEVERIDGE, 1900). O anglo-saxismo

---

<sup>8</sup> A inferioridade racial dos “nativos” filipinos era retratada em inúmeras caricaturas editoriais de jornais, que representavam McKinley ou o Tio Sam tentando domar caricatos nativos. Usualmente, os filipinos eram retratados com a cor da pele escurecida, sendo vistos no mesmo contexto que os afro-americanos e os índios, raças inferiores supostamente despreparadas para a civilização.

racial passa a servir como um instrumento de poder importante, articulado para legitimar o processo colonial.

Esta narrativa fazia parte da construção de imagem dos anglo-saxões de que apenas eles carregavam consigo os valores de liberdade: auto construíam-se a partir de uma linguagem de poder, força e ordem. Especialmente no século XIX, marcado pela expansão estadunidense sobre o México e o império britânico na Índia, ambos EUA e Inglaterra exploraram as terras que ocupavam sob o argumento de benevolência, de estarem libertando os territórios da ignorância e selvageria em prol da liberdade e emancipação. Independente dos meios que se utilizavam para essa tal “liberdade, a certeza é que os anglo-saxões, apesar de guardarem diferenças entre si, eram os escolhidos racialmente para expandir o império da liberdade.

Kramer (2003, p. 54) explica que este excepcionalismo racial anglo saxão esteve ligado à uma intensa rede social, intelectual, familiar e literária entre as elites estadunidenses e britânicas, as quais foram intensificadas com as revoluções de transporte e comunicação no século XIX. Segundo o autor, este diálogo também foi especialmente estimulado com o boom editorial em 1890, no qual houve uma maior facilidade de publicação e disseminação de textos entre os dois impérios; revistas como o *Atlantic Monthly* e o próprio *Journal of Race Development* são frutos deste período. Este movimento, que se desenvolveu ao mesmo tempo em que havia uma competição inter-imperial econômica anglo-saxã, reforçou a criação de uma “comunidade imaginada” de cultos, que compartilhavam as mesmas referências, redes e preferências sócio-políticas. Ambos os conflitos hispano-estadunidense e o consequente estadunidense-filipino passaram a ser lidos através de uma expressão anglo-saxã: por meio da raça branca compartilhada com a Inglaterra, os EUA se expressavam ao mundo.

Neste sentido, o argumento racial anglo-saxão servia aos defensores da anexação e legitimação deste movimento em duas frentes. A primeira frente, era de caráter histórico e destinada contra os anti-imperialistas (que alegavam que as colônias extracontinentais eram contrárias às tradições políticas estadunidense). Estes eram respondidos pelos imperialistas que o movimento era na verdade uma política racial anglo-saxã coerente com a história dos EUA. Como defendia Beveridge: “As pessoas do nosso sangue nunca param no meio do caminho [...] em nossa expansão colonial presente e futura, estamos apenas trabalhando no sentido da óbvia lógica histórica” (BEVERIDGE, 1907, p. 5). Beveridge, assim como grande parte dos expansionistas, buscavam enquadrar a anexação filipina dentro de uma suposta lógica da história, uma nova etapa de expansão anglo-saxã ao ocidente. O próprio Theodore Roosevelt, em sua obra *The Winning of the West*, explicou que as anexações extra-

continentais dos EUA era a continuidade de uma longa história de conquistas pela “raça dos povos que falam inglês”. Contrariando os anti-imperialistas, para Roosevelt as “guerras no velho oeste contra os aborígenes e Apaches” eram “fundamentalmente as mesmas” nas Filipinas, “em Luzon contra os Tagals<sup>9</sup>” (ROOSEVELT, 1903, p. 1-10). Segundo Hixson (2015, p. 187), Roosevelt foi o mais enérgico de muitos proponentes que argumentaram que “seria fraco e pouco viril” para os EUA deixar as ilhas e “os atrasados filipinos incapazes” governarem-se a si próprios.

Já a segunda frente de operacionalização do argumento anglo-saxão diz respeito às suas supostas características particulares que justificavam a anexação filipina (KRAMER, 2003, p. 58-59). Estas virtudes passaram a ser enaltecidas após a vitória sobre a Espanha, cujo resultado supostamente demonstrava as melhores qualidades do povo branco “vigoroso e másculo” sobre os espanhóis “latinos, decadentes e feminizados”. Eram com aquelas características “superiores” que uma anexação das Filipinas garantiria a certeza de sucesso acerca de um *state building*. O império britânico era lembrado pelos agentes coloniais estadunidenses, evocando uma competência de colonização compartilhada: “As tendências soberanas de nossa raça são a organização e o governo [...] Sob a bandeira da Inglaterra, nossa raça constrói um império global.”, relata Beveridge (1907). Os espanhóis perderam suas colônias porque “não mais eram uma raça com sucesso administrativo, como os ingleses são e os americanos estão se tornando” (KRAMER, 2003, p. 59). Aos que negavam o dever do EUA anexarem as Filipinas, Beveridge respondia: “Devem estudar história, os propósitos e os instintos da nossa raça [...] e então devem ler de novo nossa constituição, que é a expressão de nosso desenvolvimento racial” (BEVERIDGE, 1907). Para Alfred Mahan, os impérios britânicos e estadunidenses tinham o direito de tomar demais territórios “[...] incapazes de viver em civilização [...]”, equiparando a colonização dos EUA sobre as Filipinas com a colonização britânica na África do Sul. (MAHAN, 1900).

Estas aproximações raciais mobilizadas para justificar o expansionismo vinham acompanhadas também do discurso acerca do excepcionalismo estadunidense: o que os EUA buscavam nas Filipinas não era uma administração colonial, mas sim uma “tutela ao auto-governo”; não era um império, mas sim uma “expansão do republicanismo”; não era a implementação de políticas opressivas, mas sim “uma assimilação benevolente” (KRAMER,

---

<sup>9</sup> Tagals ou Tagalogs eram como os estadunidenses denominavam uma das maiores etnias filipinas, que compunha um quarto de toda a população.

2003, p. 76). Na prática, porém, o excepcionalismo dava lugar à intensos laços inter-imperiais estadunidense com outros impérios, nos quais eram buscados modelos práticos de como administrar colônias. Como destaca Kramer: “Tanto o anglo-saxismo quanto o excepcionalismo eram abstrações históricas e políticas. [...] os colonialistas americanos logo perceberam que nem um dos dois poderiam dizer-lhes o que era o Islã, ou qual deveria ser a tarifas de açúcar ideal ou quanta borracha poderia ser plantada em um hectare de planície do sudeste asiático” (KRAMER, 2003, p. 77). Neste sentido, os agentes coloniais estadunidenses adentraram cada vez mais profundamente em uma ampla rede de políticas imperiais compartilhadas entre os impérios do período, participando de viagens para outras colônias a fim de absorverem os métodos políticos, econômicos e sociais de administração colonial, seja na Indonésia holandesa, seja nas possessões britânicas asiáticas ou na própria Índia. Nestas “viagens coloniais” os agentes imperiais estadunidenses absorviam discussões acerca da organização colonial, como saúde pública, técnicas agrícolas, políticas educacionais, controles de vício e outros problemas.

Nota-se na prática que, apesar dos anti-imperialistas terem “perdido” o debate acerca da extensão dos EUA sobre as Filipinas, por outro lado, retoricamente delinearão as características em que o país percebeu-se enquanto agente colonial: mesmo que compartilhassem com o império britânico um “sangue civilizatório”, não necessariamente, segundo a narrativa vigente, eram um país imperial. Isto pois a missão dos EUA era apenas servir como um bastião republicano e anti-imperial ao mundo, construindo um mundo de liberdade. Mas tanto o excepcionalismo racial quanto seu excepcionalismo nacional levavam os EUA a constituir um império nas proporções do britânico. É um erro, portanto, interpretar este excepcionalismo retórico como representativo de uma política externa não imperial: a narrativa excepcionalista era uma face da mesma moeda a qual outro lado eram as práticas imperiais-transnacionais.

Tropas estadunidenses foram responsáveis por levar inúmeras doenças incomuns às ilhas, contraídas pelas populações filipinas anteriormente isoladas. A destruição de aldeias pelos estadunidenses levaram milhões de filipinos ao deslocamento para ambientes montanhosos remotos; a queima de reservas de arroz e gado produziam desnutrição em grande escala que, por sua vez, aumentava a vulnerabilidade a doenças. As políticas de “reconcentração” reuniram desnutrição, superlotação, condições nada higiênicas e deslocamento social, em uma fórmula para doenças em massa e mortalidade. A guerra trouxe a Revolução Filipina a um ponto de esfacelamento, ao mesmo tempo em que lançou os EUA a



uma potência mundial colonial. Na perspectiva das Filipinas, significou uma continuação das lutas anticoloniais contra o império espanhol. Do lado estadunidense, tornou-se uma guerra racial, em uma imbrincada rede de relações que serviam aos propósitos de justificação de conquista colonial. A academia e as RIs, por sua vez, cumpriram seu papel nesta narrativa, como será desdobrado na seção seguinte.

#### 4.3 UMA DISCIPLINA INCUBADA? O RETRATO DO PROJETO COLONIAL ESTADUNIDENSE NAS FILIPINAS A PARTIR DO *JOURNAL OF RACE DEVELOPMENT*

Com a decisão já tomada de incorporação dos territórios centro-americanos e asiáticos após a Guerra com a Espanha em 1898, emergiu nos EUA a questão de como melhor administrar suas novas terras extra-continetais. Como visto, McKinley referia-se à administração de Washington sobre as Filipinas como uma “assimilação benevolente”, afim especialmente de reduzir a resistência de grupos anti-imperialistas às incursões extra continentais. Este discurso foi acompanhado por uma política de pacificação, na qual os EUA passou a investir em infraestrutura, hospitais, escolas e outros serviços públicos nas Filipinas. Afinal, era esta a suposta diferença estadunidense em relação à Europa colonial, ao menos em discurso: a ocupação não era uma exploração predatória ao estilo europeu, e sim uma intervenção de tutoria. Os EUA apenas estariam preparando as Filipinas para uma eventual independência, e não buscando explorar seus recursos e sua posição geográfica.

Por sua vez, os debates de como melhor administrar os novos territórios, e conseqüentemente, suas populações, não ficaram restritas à esfera política (JONES, 2017, p.8). Através de discussões e revistas, a academia também se tornou um relevante espaço de debate, com um pano de fundo científico, expondo opiniões a respeito dos novos passos expansionistas dos EUA. É neste contexto que insere-se o *Journal of Race Development*<sup>10</sup> (JRD), revista fundada em 1910 pelo psicólogo Stanley Hall e o professor de História George Blakeslee<sup>11</sup>, na Clark University, ambos contribuidores e editores. Auto denominado

<sup>10</sup> O JRD tornou-se *Journal of International Relations* a partir de 1919 mas manteve seus principais objetivos. Já em 1922 foi comprada pelo Council on Foreign Relations, tendo sido renomeada como *Foreign Affairs*. Até hoje, o portal online da *Foreign Affairs* não registra sua história prévia.

<sup>11</sup> O relevante papel para as RIs e para a política externa estadunidense que Blakeslee exerceu, rendeu ao acadêmico menções e honrarias do secretário de Estado Dean Acheson, no aniversário de 80 anos do professor. Seu conhecimento em Política Internacional era reconhecido pelo Departamento de Estado, que o consultou em diversas oportunidades entre 1921 e 1945 acerca de questões de política externa. (JONES, 2017, p. 62).

multidisciplinar por natureza, a revista estabeleceu que seus principais tópicos de discussão giravam em torno de estudos a partir das “nações mais desenvolvidas” (EUA e Europa) sobre a administração colonial, bem como os estudos das “raças atrasadas” e os métodos para desenvolver tais civilizações, via escolas, infraestrutura e evangelização (BLAKESLEE, 1910 p.1).

Exploro nesta seção como os escritores e editores do JRD interpretavam o papel da revista em seu respectivo contexto, bem como os recursos analíticos de alguns de seus artigos no que tangem ao projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas. Delineio, a partir de um apanhado das principais ideias de alguns colaboradores, as características e os objetivos da revista, também oferecendo uma contextualização de seu desenvolvimento, atentando às transnacionalidades de seus escritos. Robert Vitalis (2015) coloca a revista como o resultado de uma complexa rede de fundações privadas, acadêmicos, setor público e outras associações estadunidenses, denominando-a o mundo perdido do desenvolvimento teórico nos EUA. Para o autor é neste mundo perdido que devem-se investigar as origens teóricas e práticas do campo de RIs.

Pontua-se que, em sua maioria, os colaboradores<sup>12</sup> do JRD eram críticos ao colonialismo europeu, buscando apresentar maneiras de desenvolver as “raças inferiores” não afim de “melhor explorá-las, mas sim de como elas poderiam ser melhor auxiliadas pelos mais fortes” (BLAKESLEE, 1910, p.1 - 2). Depreende-se também que seus fundadores viam seus objetivos como altruisticamente motivados, já que uma finalidade exposta do projeto acadêmico era promover uma maior conscientização e educação ao público sobre questões acerca da administração colonial (BLAKESLEE, 1910, p.4).

No artigo inaugural da revista, Blakeslee defendeu que o JRD era uma revista imparcial, demarcando que não aderiria a nenhuma doutrina ou escola de pensamento específica (BLAKESLEE, 1910, p. 4). Nota-se o inter-imperialismo de seu conteúdo, uma vez que dentre os seus propósitos, estava promover um diálogo construtivo e mutuamente produtivo entre diferentes “escolas de administração colonial”, como a Inglesa, a Alemã e a Estadunidense. Isto pois apesar de ter sua origem nos EUA, a revista não apenas se concentrou em questões externas vinculadas ao próprio país, mas também definia seu escopo fora da América, dedicando-se à entender o desenvolvimento de “raças não civilizadas” a partir de experiências da Índia Britânica e do Extremo Oriente (BLAKESLEE, 1910, p.3).

---

<sup>12</sup> Entre 1910 e 1914 houveram 149 contribuições de 127 autores diferentes. Já entre o período de 1915 a 1919, foram publicadas 132 contribuições de 82 autores distintos (levantamento por JONES, 2017).

O período de fundação do JRD reflete sua conjuntura internacional. Fomentados e amparados por industrialistas interessados em promover o progresso científico com vistas a ampliar a produtividade e acessar novos mercados, emergiu “uma explosão de profissionais, universidades e revistas especializadas as quais geraram novas oportunidades para a formação de uma classe intelectual” (ROSS, 1990, p. 158). Segundo Jessica Blatt, este também foi o período em que os EUA “conscientizaram-se de seu papel como um ator importante no mundo, com novos territórios e esferas de influência recém-consolidadas” (BLATT, 2004, p. 696). A partir destas novas dinâmicas, agentes coloniais estadunidenses progressivamente buscaram maiores conhecimentos acerca da administração colonial, territórios os quais poderiam ser encontradas novas matérias primas e novos mercados. Afinal, as possessões ultramarinas do país haviam sido conquistadas a pouco mais de uma década da fundação da revista. Também influente no contexto consistiu a presidência de Roosevelt em 1902, significando um aprofundamento das campanhas violentas contra os filipinos na Ásia. Toda esta conjuntura doméstica e internacional seria refletida no *JRD*.

Ao mesmo tempo, emergia o debate acerca da legitimidade dos propósitos expansionistas extra-continentais do país *vis a vis* o colonialismo europeu. Isto pois, caso replicadas as mesmas violências perpetuadas pelos europeus em suas colônias, colocava-se em cheque a visão excepcionalista dos EUA como um país distinto politicamente das nação europeias (um debate, que, como visto, possui reverberações na Doutrina Monroe). Neste sentido, os editores e colaboradores do JRD buscaram implementar uma agenda alternativa ao estilo europeu colonial, buscando promover uma “mudança profunda de caráter” (BLAKESLEE, 1910, p.3) na administração de suas colônias. Relata Blakeslee no texto introdutório do JRD: “A ideia europeia de colônias apenas como recursos a serem explorados está agora dando lugar àquela administração recentemente introduzida pelos EUA nas Ilhas Filipinas” (p.3). Para Blakeslee, a diferença dos EUA residia na “política de controlar um povo atrasado apenas enquanto for necessário, afim de treiná-lo para que continuem sozinhos um governo eficiente” (p.3-4). Do mesmo modo, para Stanley Hall, “Nosso país, que recentemente se tornou um concorrente no conflito (imperial) [...] e que divide entre as nações líderes os territórios remanescentes do mundo, deve liderar esse tipo de administração mais humana” (HALL, 1910, p. 6-7). No que tange às Filipinas, outros contribuidores da revista chegavam a mesma conclusão.

Por exemplo, Payson Treat (1914, 1915), considerado especialista em “questões asiáticas”, retrata os EUA no JRD como um país altruísta e imperial (TREAT, 1915, p. 56), que buscava desenvolver outras nações a partir de seus princípios. Os países europeus, por outro lado, são retratados como possuindo motivações dúbias, administrando colônias apenas como forma de alavancar melhores acordos comerciais. Treat chega à conclusão de que a colonização dos EUA sobre as Filipinas são justificadas, desde que progressivamente concedam aos filipinos maiores liberdades e autonomia, oferecendo maiores níveis de educação e independência econômica (p. 59). Afinal, os EUA carregavam o fardo do homem branco, e deveria elevar civilizacionalmente outros povos. Sem este auxílio, para Treat, dificilmente a “infantilizada e fraca” sociedade filipina progrediria (p. 59). Apesar da tendência em seus artigos de proteger os filipinos dos abusos coloniais dos agentes estadunidenses, Treat expõe o pensamento paternalista estadunidense sobre outras populações.

O missionário Gilbert Reid também chega a conclusões semelhantes no JRD, descrevendo os EUA como uma nação mais benevolente e menos exploradora do que as europeias. Em *Phillipine Observations* (1919) Reid descreve o sistema educacional implementado pelos EUA nas Filipinas - o qual substituiu o sistema religioso espanhol - como prova de que o imperialismo estadunidense era de natureza mais democrática (REID, 1919, p. 289). Reid usa como exemplo de benevolência a criação da Universidade das Filipinas por Washington, um “espírito de generosidade sem paralelo em empreendimentos coloniais” (p. 290). Apesar de ser simpático à uma soberania da China, Reid afirma que faltavam aos Filipinos o “temperamento” dos chineses, o que os tornavam incapazes de auto-governo. Ademais, o imperialismo estadunidense seria muito melhor que o predecessor espanhol, já que Washington governava de forma “mais apropriada” e inclusiva (p. 284); a retirada da ocupação estadunidense sobre as Filipinas, para ele, resultaria em colapso para as ilhas (p.296).

O JRD reconhecia a natureza polêmica de seus principais objetivos, provenientes de como melhor lidar com as possessões coloniais. Em debates entre pró-colonialistas e anti-imperialistas, estava em questão se a administração colonial era o melhor caminho político para os EUA, ou se seria melhor relegar aos povos a condução de seus próprios desenvolvimentos (BLAKESLEE, 1910, p.2). A partir da ideia de que as possessões coloniais seriam apenas “degraus” para mercados regionais, anti-imperialistas afirmavam que o mercado poderia ser mantido sem o uso do controle político (BLATT, 2004, p. 697). Para os

associados ao JRD no entanto, aquele argumento era incompleto, uma vez que as possessões não apenas eram meios para se alcançar mercados, mas representavam um projeto de desenvolvimento no qual o comércio era uma consequência de uma missão mais ampla, um compromisso civilizacional benéfico aos territórios coloniais. (TREAT, 1915, p. 58).

A revista incluiu colaboradores renomados, como Du Bois, o qual trabalho no campo da sociologia havia sido desprezado no ambiente acadêmico estadunidense devido ao racismo institucionalizado (JONES, 2017, p. 22). Sua inclusão indicava que os editores estavam dispostos a considerar contribuições com perspectivas diversas. Neste sentido, a revista buscou uma abordagem multidisciplinar das questões abordadas, buscando autores com bagagens acadêmicas distintas, como a Sociologia (Du Bois), Psicologia (Stanley Hall), Teologia (Heber Jones<sup>13</sup>), Ciência Política (David Barrows), Economia (Thorstein Veblen), Antropologia (Franz Boas), Geografia (Ellsworth Huntington<sup>14</sup>), entre outros (DU BOIS, 1917; HALL, 1910; JONES, 1910; BARROWS, 1910; HUNTINGTON, 1911; 1914). Era, afinal, um amálgama de contribuidores, composto por acadêmicos, funcionários públicos, diplomatas e missionários.

Debate recorrente entre os autores e atravessando os temas discutidos na revista estava uma visão expansiva do papel estadunidense sobre o mundo em um novo século, gerando também expectativas para um maior progresso mundial e coexistência pacífica, como pontua Jessica Blatt (2004, p. 693). Com a leitura dos artigos da revista, depreende-se que para quase a totalidade dos autores, os EUA deveriam liderar o mundo a partir da condução e desenvolvimento das “raças atrasadas”. Um elemento de transnacionalidade o qual não pode ser compreendido a partir de uma visão estática das RIs, a revista direcionou-se tanto ao desenvolvimento de possessões coloniais - como as Filipinas - e de nações soberanas - como a China e a Libéria - quanto também em relação aos “povos dependentes e atrasados” (BLAKESLEE, 1910, p.4) dentro dos EUA - negros e nativos. Para Blakeslee “a luta dos últimos 75 anos da história estadunidense” era encontrar a “solução para o problema do negro

---

<sup>13</sup> Jones busca contrapor a superioridade do cristianismo em relação ao paganismo de outros povos, chegando a conclusão a partir da religião que a Coreia é incapaz de governar a si própria (ver por exemplo JONES, 1910)

<sup>14</sup> Huntington (1911) relaciona características raciais à questões climáticas, delineando a inferioridade das raças turcas, asiáticas e latinas para justificar a intervenção ocidental sobre estas sociedades. Huntington associa climas mais desafiadores com nações mais preparadas para a sobrevivência. Neste sentido, as civilizações de países ocidentais e especialmente a Europa seriam mais preparadas e organizadas que povos africanos e sul americanos. Tais adaptabilidades brancas europeias, para o autor, justificaria suas intervenções sobre outras regiões e povos, afim de tutelá-los e ensiná-los as melhores formas civilizatórias (HUNTINGTON, 1914).

nos EUA” (BLAKESLEE, 1910, p.4). Para os contribuidores, a administração colonial extra continental refletia problemas e possíveis soluções para a questão racial dentro dos EUA.

Da mesma forma, para Stanley Hall, era necessário continuar “desenvolvendo o negro” nos EUA a despeito dos “inúmeros modos de extorsão e deturpação que a ganância privada ainda pode praticar sobre eles” (HALL, 1910, p. 6). Este desenvolvimento, para alguns contribuidores, implicava esforços coloniais paternalistas e temporários; para outros, apenas demandava auxílios econômicos e sociais específicos. Mas comum aos contribuidores era a ideia de que, mesmo que as diferenças raciais não pudessem ser apagadas, elas poderiam ser moldadas por meio da educação e da reforma política. Ou seja, variava-se a concepção de “atraso” entre as raças e suas consequências e significados, mas era comum e consensual a ideia de que o atraso poderia ser explicado através de diferentes processos de desenvolvimento.

As Filipinas foram um dos exemplos de administração colonial mais debatidos na revista. Discutiram-se, por exemplo, técnicas as quais os agentes coloniais poderiam desenvolver lideranças “nativas”. Este é o tema do artigo “Os Filipinos no Serviço Civil” do deputado republicano William Washburn: como treinar os filipinos para gradualmente fazê-los assumirem posições mais altas nos serviços civis (WASHBURN, 1910, p. 50). Isto pois Washburn relata que se os Filipinos fossem “largados com seus próprios recursos”, prontamente descambariam à corrupção oligárquica (p. 46). Washburn replicou as palavras do presidente Roosevelt: “É importante que o sistema meritocrático seja observado domesticamente, mas é mais importante que ele seja rigidamente implementado em nossas penínsulas insulares” (p. 53). Washburn acreditava ser necessário que o serviço civil estadunidense fosse o incubador de um corpo técnico e burocrático filipino que conduzisse o país ao auto governo (p.55).

Já no artigo do advogado Morgan Shuster, “Nossas políticas Filipinas e seus Resultados” (1910) as concepções hierárquicas raciais são mobilizadas com a finalidade de auxiliar a administração colonial a partir da operacionalização das diferentes etnias nas Filipinas. Para Shuster seria possível estabelecer uma liderança nas ilhas através de uma “civilização não branca” sobre outra. Nesta, Shuster buscava justificar o estabelecimento da dominação dos filipinos cristãos sobre os “mouros” ou “pagãos não civilizados” (SHUSTER, 1910, p.60), estabelecendo um sistema racial *Jim Crow* de segregação racial. Isto pois, para Shuster, os Filipinos cristãos eram naturalmente mais pacíficos; um governo sobre Mouros e pagãos apenas seria possível caso estes fossem administrados pela força (SHUSTER, 1910; p.

61). Em 1915 tal visão seria contrariada por John Finley, um coronel estadunidense e ex governador da província Moura nas Filipinas. Em seu artigo publicado no JRD, Finley buscou explicitar que os Mouros eram civilizados, devendo ser garantidos a eles uma autonomia muito maior do que a conferida até então (FINLEY, 1915).

Embora a manutenção da mentalidade paternalista seja uma constante dentre os contribuidores do JRD, haviam nuances em relação às visões raciais e coloniais. O antropologista canadense Alexander Chamberlain por exemplo, escreveu acerca da natureza opressiva do colonialismo branco, especialmente após a colonização dos EUA sobre as Filipinas. Para ele, as tentativas da educação colonial e a implementação forçada dos valores ocidentais sobre as “raças primitivas” eram como se fossem um “genocídio infantil”, já que erradicava-se culturas em seu período gestacional (CHAMBERLAIN, 1911). Chamberlain acreditava que os encontros civilizacionais não necessariamente deveriam ser destrutivos ou exploratórios, mas sim mutuamente benéficos entre colonizados e colonizadores, com trocas culturais e de linguagem (JONES, 2017, p. 34). No JRD, Chamberlain também denunciava a “negrofobia anglo-saxônica” (CHAMBERLAIN, 1911, p.482) dos EUA, a qual muitas vezes pregava a ideia de que o mundo deveria ser liderado e conduzido por brancos.

A linguagem e a retórica colonial possuía nuances até em pensamentos de um único autor. Toma-se como exemplo a contribuição de William Washburn, ex integrante da Comissão Filipina. Seu artigo intitulado “O exemplo da influência de um homem forte sobre o desenvolvimento racial” (1911), cumpria aos propósitos de um obituário para um ex militar estadunidense que serviu nas Filipinas. Escreveu Washburn que o falecido era "um homem que, por sua força de caráter e treinamento, estava apto para governar como um déspota benevolente em uma terra onde a ignorância, a traição e as inimizades tribais prendiam os habitantes à barbárie" (WASHBURN, 1911, p. 373). No entanto, postumamente Washburn também publicou artigos críticos das atitudes e políticas violentas estadunidenses sobre as Filipinas.

Foi visto nesta seção que o JRD foi criado para servir como um fórum com a finalidade das nações ocidentais, e mais especificamente, os EUA, discutirem meios pelos quais “raças não civilizadas” poderiam ser elevadas. A partir de concepções auto-delineadas como de natureza altruísta, os fundadores e seus contribuidores esperavam que, ao promoverem discussões sobre a situação dos povos colonizados, seria possível chegar à uma administração ideal para tais sociedades; tais reflexões, inclusive, poderiam gerar frutos para a melhor

compreensão do “problema do negro e do nativo” dentro do próprio EUA. As discussões, neste sentido, não foram geograficamente restritas, estendendo-se à Grã-Bretanha, China, Turquia, Índias e sobretudo, as Filipinas. A própria revista não seguiu uma metodologia única, reivindicando abordagens multidisciplinares. Seu período de fundação não foi ao acaso, ocorrendo paralelamente a uma discussão internacional já em curso acerca das relações entre o colonialismo europeu, o imperialismo estadunidense, suas recentes possessões coloniais, e claro, às discussões civilizacionais-raciais. Todas estas questões transnacionais passavam a ser progressivamente organizadas em torno da disciplina de Relações Internacionais. O usual esquecimento deste legado disciplinar diz também muito a respeito do campo, o que será discutido na seguinte seção final desta dissertação.

#### 4.4 O QUE O PROJETO COLONIAL DOS EUA SOBRE AS FILIPINAS NOS INFORMA SOBRE A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Nesta seção final, objetiva-se articular as reflexões levantadas nesta pesquisa e encaminhar-se para a busca de uma interpretação do problema desta dissertação: “O que o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas nos informa sobre a disciplina de RIs?”. A partir deste questionamento, desdobram-se questões específicas, que também são articuladas. O que nos revela o usual esquecimento do projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas em leituras de RIs e leituras de política internacional? Como que, entender as nuances transnacionais – imperiais e raciais – do referido projeto nos auxilia a compreender mitos historiográficos? Através destas reflexões, de que forma podemos reinterpretar pensamentos de autores considerados clássicos nas RIs, como Mahan e Wilson?

A colonização dos EUA sobre as Filipinas nos oferece indicativos de que o momento considerado fundacional das RIs (1919) omite e ofusca histórias relevantes para a compreensão da política internacional. Isto pois, diferente da simples condenação realista aos liberais sobre como estes últimos expressaram visões otimistas e ingênuas no período, parte da reflexão liberal neste momento derivou suas considerações a partir ansiedades imperiais/raciais (como visto em Wilson) derivadas de revoltas anticoloniais em suas possessões. Afinal, as três primeiras décadas do século XX, segundo Vitalis (2005), ficaram marcadas por intensos protestos raciais no globo, como na “Ásia (o movimento 4 de maio na China), nos domínios coloniais ocidentais (Afeganistão, Egito e Palestina) e na própria América do Norte” (VITALIS, 2005, p. 169). Para o historiador John Franklin, este seria “o



maior período de conflito interracial que os EUA já testemunharam” (VITALIS, 2005, p. 169).

Tais revoltas coloniais, como visto na seção 4.1, foram um dos estopins para os EUA iniciar o conflito contra a Espanha (1898), dado o receio de comprometimento do acesso a mercados. Isto é, os Estados imperiais redobram seus esforços coloniais, amparados, como visto nas seções 4.2 e 4.3, por uma rede de políticos e intelectuais que serviam aos propósitos de justificação à teorias supremacistas, e por consequência, o direito e dever dos brancos sobre os “povos atrasados”. Distante de “ignorar o poder” – como julga a narrativa realista -, parte das reflexões internacionais neste período procuraram manter uma hierarquia imperial e civilizacional do Ocidente sobre o Oriente, que foram refletidas sobre o corpo acadêmico vinculado à disciplina de RIs. Assim, olhar as RIs apenas a partir de 1919 omite o papel do imperialismo, do capitalismo violento e das lutas anti-coloniais para a constituição da política global e para a formação do pensamento acadêmico internacional, já que ancora a atenção do campo apenas sobre grandes guerras e relações entre potências. Por consequência, exclui as resistências coloniais de tais processos, reafirmando o eurocentrismo a partir de um marco inaugural exclusivamente ocidental. Não apenas um “realismo” ou “idealismo” estiveram nas discussões sobre o que desenhava-se ser as RIs, mas a administração colonial e os encontros civilizacionais estiveram no cerne das discussões no período gestacional da disciplina.

Como visto a partir das discussões acerca do *Journal of Race Development*, abordagens tradicionais da História, da teoria política e do direito internacional não possuíam a capacidade de, sozinhas, resolverem os problemas introduzidos por novas formas de imperialismo. Neste sentido, havia uma demanda para um novo campo interdisciplinar internacional: novas dinâmicas nacionais-imperialistas emergiram na virada do século, produzindo novas pressões administrativas e políticas, demandando supostos estudos e “soluções”. Combinadas, explica Vitalis, estas interdisciplinaridades foram necessárias para auxiliar a compreender as dinâmicas internacionais que tomavam forma no período (VITALIS, 2005, p. 172). Este foi, afinal, o período incubatório da disciplina de RIs. O mito do nascimento das RIs, neste sentido, diminui as fronteiras da disciplina e as complexidades transnacionais da política internacional do fim do século XIX e início do XX, dificultando a apreensão das dimensões imperiais dos eventos, cujo projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas é um exemplo.

Se por um lado, certamente questões geopolíticas regiam a ordem internacional – como visto na abordagem de “desenvolvimento desigual e combinado” - não menos importante neste período gestacional da disciplina foram as discussões acerca da superioridade dos brancos ocidentais e sua capacidade em administrar as civilizações “menos desenvolvidas”. Também presentes estiveram as discussões acerca de novas tecnologias, mercados e protecionismos (como visto na seção 2.2, 3.2 e 3.3). Se certamente o fim da IGM e o ano de 1919 foram fundamentais para a historiografia das RIs, descartar sua genealogia anterior é também descartar eventos e ideias fundamentais para a construção do campo e da política internacional.

Neste sentido, a discussão sobre a colonização dos EUA sobre as Filipinas e seus reflexos no *Journal of Race Development* abre caminhos para outras interpretações acerca das origens do pensamento de RIs. A revista guarda semelhanças estreitas com a disciplina, seja em sua normatividade - acerca de como deveriam ser administradas colônias e “raças inferiores” - seja as relações entre Estados, Impérios, civilizações e raças. Também é multidisciplinar em suas raízes, transicionando entre a sociologia, a história, economia e geografia, apesar de ter como objeto principal de análise as questões raciais, e não estatais. Se, por um lado, não é possível igualar o JRD à formalidade das RIs, por outro, a exclusão das publicações da revista, de seus autores, reflexões e ramificações parece ser uma simplificação da história, ou uma engrenagem do esquecimento imperial e racial na política internacional e historiográfica do campo.

O projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas e o *JRD* também consistem: um ponto de inflexão que nos permite questionar a própria trajetória de desenvolvimento civilizacional estadunidense, e como usualmente sua marca violenta e imperial é esquecida na historiografia teórica das RIs, como visto na seção 3.1. Isto é, a revista carregou consigo a crença do dever estadunidense em elevar as “raças atrasadas” - refletindo o supremacismo branco de seu desenvolvimento histórico -, o que ficou evidente no estudo de caso. Este era um ponto consensual entre os colaboradores do *JRD*, variando o *modus operandi* do processo imperial paternalista a ser aplicado nas colônias. Tal pensamento aproxima-se do imaginário em torno da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto construído no século XIX: os EUA faziam parte da civilização europeia, superando-a politicamente e acreditando serem os predestinados a elevar demais civilizações não brancas. Ao mesmo tempo, através da Política de Portas Abertas e do protecionismo econômico, operacionalizou-se através de tais discursos

benevolentes e paternalistas a continuidade da expansão capitalista-imperial de seus agentes, buscando novos mercados e matérias primas com vistas ao acúmulo e reprodução de capital.

Neste sentido, olhar para o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas nos informa acerca do papel racial na política externa estadunidense pré 1919, o qual muito foi esquecido no período póstumo de formalização disciplinar. Evidências destes esquecimentos na literatura das RIs puderam ser visualizados na seção 3.1, a partir de autores considerados clássicos na disciplina. Se por um lado não é possível ser assertivo sobre a intencionalidade destes esquecimentos históricos, por outro lado, chama a atenção a constante perpetuação sem ressalvas destes esquecimentos, que acabam operando como uma contenção dos entendimentos imperiais e raciais sobre a política internacional. Mesmo quando não sejam os objetivos principais daqueles autores(as) a explicitação colonial da política, não há como deixar de se surpreender quando visualizamos textos disciplinares e históricos de mais de 500 páginas os quais, no entanto, não mencionam o papel racial, imperial e hierárquico sobre a construção das dinâmicas globais. As consequências destas narrativas impactam em nossa interpretação (ou falta de) acerca dos legados coloniais sobre a política internacional contemporânea.

A colonização dos EUA sobre as Filipinas e o *JRD* nos apresenta um contexto em que parte das elites ocidentais ressentia-se de um possível declínio civilizacional diante da elevação de outros povos, como depreende-se das reflexões de Mahan realizadas na seção 3.3. Mesclam-se, assim, as ansiedades do próprio contexto da industrialização e do “fechamento das fronteiras” com um renovado interesse dos empreendimentos imperialistas expansionistas extra-continentais. E, neste sentido, a ciência e a academia seriam operacionalizadas para também oferecer respostas à conjuntura, na qual enquadram-se os colaboradores do *JRD*. Estes, mesmo não defendendo uma expansão através da força e das armas, continuamente amarravam o futuro estadunidense com o mundo não ocidental.

Assim, para entender o papel que a raça e o racismo ainda exercem na disciplina e na política internacional como um todo, é útil entendermos o emaranhado de ideias presentes no pensamento intelectual que informou as políticas imperiais da virada do século XIX ao XX. Sem nos engajarmos com estes aspectos da história, dificilmente conseguiremos compreender as origens das ideias e como elas influenciaram e ainda influenciam a política contemporânea. Como argumenta Duncan Bell, o *mainstream* disciplinar nas RIs parece ter desconsiderado o ponto essencial de que “a história, em suas diversas manifestações, exerce um papel essencial

e constitutivo sobre o presente” (BELL, 2001, p.116). Neste sentido, a investigação histórica é um dos principais mecanismos para conseguirmos trazer à superfície os legados imperiais e raciais da disciplina e da política internacional, como desdobrado na seção 2.1 e 2.2.

O colonialismo dos EUA sobre as Filipinas nos informa, afinal, sobre o reiterado esquecimento ou silêncio sobre os encontros imperiais e suas consequências para a disciplina. Estes esquecimentos são operacionalizados especialmente através do estatocentrismo analítico, que favorece à higienização de autores e à exclusão de temas transnacionais. Mas, como visualizado, questões raciais eram mobilizadas tanto por anti-imperialistas, preocupados acerca de uma “corrupção racial”, quanto por imperialistas, crentes nas políticas de assimilação benevolente e do fardo do homem ocidental sobre outros povos. Tais interações moldaram sociedades, as quais constantemente operacionalizaram seus discursos raciais para adaptar suas políticas externas.

Neste sentido, os EUA não foi uma nação imperial diferente das europeias, sofrendo constantes alterações em seus discursos através dos contatos civilizacionais com outros povos. Também não consistiu em uma unidade isolada, em que os desenvolvimentos emergiam unicamente a partir de suas dinâmicas internas e extrapolavam ao exterior; tais desenvolvimentos ocorreram a partir de uma hierarquia constantemente rearticulada com outros povos e civilizações. Ou seja, o estudo de caso desta dissertação e a escolha metodológica de estudo, nos leva a interpretar a história global não como resultado de comportamentos e ideias isoladas dentro de entidades apartadas, mas sim resultado de histórias interconectadas. Afinal, o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas nos revela que, ao menos neste momento, há muito menos excepcionalismos na política externa estadunidense e muito mais compartilhamentos de *modus operandi* imperial com a Europa.

O projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas nos auxilia também a confrontar o eurocentrismo nas RIs. Isto pois, se Estados e civilizações não existem: isolamento, tão pouco são entidades fixadas historicamente: são construídas a partir de entrelaçamentos, as quais, por sua vez, nos auxiliam a entender o papel da hierarquia global (CARVALHO; LEIRA, 2021). Assim, pode-se complexificar também as histórias sobre o desenvolvimento capitalista, identificando o papel e as agências de atores extra-europeus (ANIEVAS; NISANCIOGLU, 2015). Afinal, é a partir da interação, e não do excepcionalismo europeu ou estadunidense, que emergem os desenvolvimentos globais. Neste sentido, as RIs e sua posterior formalização não foi um resultado concebido unicamente no ocidente, como infere os mitos historiográficos. Foi igualmente reflexo dos encontros civilizacionais do fim do século XIX e

início do XX: assim como estadunidenses e ingleses, filipinos também influenciaram diretamente a construção dos pensamentos internacionais no período.

Ademais, com o decorrer da pesquisa, interpretou-se que o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas consistiu em um dos principais gatilhos para a organização acadêmica e intelectual de um pensamento político internacional. O *Journal of Race Development* emergiu ao redor do questionamento de como a civilização estadunidense deveria se posicionar em relação às demais civilizações e territórios não brancos no início do século XX, tendo em seu cerne a discussão sobre um suposto excepcionalismo em relação aos impérios europeus. A revista foi, afinal, uma resposta hegemônica à movimentos contra-hegemônicos coloniais, de forma alguma construída de forma isolada a partir unicamente do ocidente. Como argumenta Randolph Persaud:

Resistência e contra-hegemonia são muitas vezes vistas como respostas a [...] interesses já formados, em vez de teorizados como condições que tornam as práticas hegemônicas historicamente “necessárias”. Como tal, as práticas contra-hegemônicas devem ser vistas como um engajamento fluido e instável, ao invés de uma resposta estabelecida à hegemonia [...] O ponto que precisa ser considerado seriamente [...] é que as práticas contra-hegemônicas, em parte, moldam as práticas hegemônicas. (PERSAUD 2001, p. 49)

Assim, tais discussões, envoltas à conclusões paternalistas e supremacistas, ocorriam em meio à uma replicação da violência imperial europeia dos EUA sobre as Filipinas. A transnacionalidade e o compartilhamento de *modus operandi* imperiais europeus a partir dos EUA foi uma característica marcante no estudo de caso, o que também colocava em cheque os pensamentos civilizacionais de excepcionalidade construído ao redor da Doutrina Monroe.

Finalmente, olhar para o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas nos permite reinterpretar histórias globais e o desenvolvimento de conceitos como a anarquia e civilização, destacando suas bagagens imperiais e raciais. Estes conceitos foram construídos a partir de histórias e perspectivas específicas do desenvolvimento capitalista, possuindo em seu cerne o desdobramento das relações hierárquicas, que usualmente são esquecidas nas RIs. Estas narrativas, no entanto, vem sendo reinterpretadas por perspectivas críticas às suas narrativas, cronologias, linearidades e eurocentrismos. Esta crítica foi desdobrada nesta dissertação especialmente a partir dos pressupostos teóricos da Sociologia Histórica Global.

Neste sentido, conclui-se esta seção resumindo as três principais respostas interpretativas do problema de pesquisa. A partir do projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas, podemos entender que:

- a) o estudo do referido projeto colonial e seu entrelaçamento com o JRD nos revela um caminho que atua como mais um indicativo acerca do simplismo em torno do entendimento de 1919 como a data de nascimento das RIs. Havia amplas discussões acadêmicas organizadas sobre política internacional antes do findar da guerra – e mesmo de seu início - sendo que questões imperiais, coloniais e raciais estiveram no cerne deste debate. Tais discussões usualmente não são lembradas na historiografia mainstream;
- b) o referido projeto colonial e os discursos em torno dele nos permitem inserir contexto sobre pensamentos de autores considerados clássicos nas RIs, como os de Mahan e os de Wilson, destacando nuances imperiais e raciais de seus discursos. Este entendimento também nos auxilia a complexificar as narrativas liberais e realistas associadas ao mito inaugural das RIs;
- c) afastando-se das explicações excepcionalistas e benevolentes de sua história, o estudo de caso permite também adicionar elementos às discussões de política externa estadunidense da virada do século XIX ao XX, demonstrando as suas nuances imperiais e supremacistas, bem como delineando suas transnacionalidades capitalistas, imperiais e raciais. Esta complexificação usualmente é ausente na interpretação mainstream da disciplina e sua simplificação é facilitada pelo Estatocentrismo analítico, abstração teórica e descomplexificação de fenômenos do século XIX.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na seção 3.1 desta dissertação, reproduziu-se trechos do texto *The Ideals of America*, de Woodrow Wilson para o *The Atlantic*. Neste, o ex-presidente justificou o colonialismo dos EUA sobre as Filipinas a partir da obrigação moral para guiar os “ignorantes, impulsivos e irracionais nativos asiáticos” (WILSON, 1902). Cem anos depois, o neorrealista Robert Kaplan, nomeado pela *Foreign Policy* como um dos cem maiores pensadores globais, publicou um artigo para o mesmo *The Atlantic*, intitulado: “Supremacia a partir da cautela: 10 regras para gerenciar o mundo”. A 7ª regra de Kaplan resgatou o encontro entre os militares estadunidenses e os filipinos pós 1898 (KAPLAN, 2003). No artigo, Kaplan enalteceu a resiliência, as estratégias militares, os métodos de interrogação sobre prisioneiros e a exploração das divisões étnicas no arquipélago. O autor relata que a experiência de Washington “sobre as anárquicas Filipinas” deveriam servir como um exemplo da conduta militar dos EUA no exterior, sobre a qual formuladores de política externa deveriam extrair lições para lidar com a Guerra ao Terror.

Kaplan minimiza a campanha colonial promovida pelos EUA nas ilhas, uma história que, como visto nesta dissertação, não é usualmente retratada nas RIs. Quando não esquecida, esta colonização é encontrada a partir de narrativas semelhantes às de Kaplan (2003). Nestas, a história é operacionalizada por meio de abstrações teóricas e tempocentrismos. Conceitos como “anarquia”, utilizado por Kaplan, continuam perpetuando a reprodução de noções raciais hierarquizadas, similares às utilizadas por Wilson, cem anos atrás. A redução dos acontecimentos internacionais através de óticas estadocêntricas, sob o véu de termos como “anarquia”, “grande estratégia” ou “ordem internacional liberal”, favorecem o esquecimento e a marginalização das violências coloniais promovidas pelos impérios nos séculos XIX e XX.

Através do estudo de caso da colonização dos EUA sobre as Filipinas, buscou-se nesta dissertação explorar raízes e legados imperiais-raciais das RIs. Discutiu-se que a disciplina, estabelecida formalmente a partir da 2ª década do século XX, já possuía delineadas as bases de seu pensamento anterior a este período, derivadas de como melhor administrar territórios coloniais. Tendo em mente que formuladores de política foram (e ainda são) ensinados e treinados dentro da academia, entender os propósitos fundacionais da disciplina – a administração imperial -, também nos informa sobre ideias e pensamentos que ampararam decisões de política externa, cujos legados estendem-se até a contemporaneidade. Autores

como Alfred Mahan, Woodrow Wilson, George Blakeslee e tantos outros citados nesta dissertação, promoveram constantes trocas entre o pensamento acadêmico e a execução ou aconselhamento de tomada de decisões em política externa. Se por um lado os impactos da influência do pensamento acadêmico/intelectual sobre a política externa são difíceis de mensurar quantitativamente, por outro, discutiu-se na dissertação que revistas de política internacional como o *Journal of Race Development* auxiliaram a delinear parâmetros dos debates no período, extraindo experiências da administração colonial para informar a sociedade e agentes coloniais.

Busquei avançar, nesta pesquisa, o argumento de que a produção de conhecimento da disciplina de RIs atua, muitas vezes, como estátuas e placas que higienizam a história, embranquecem pensamentos de autores pretéritos e ofuscam os acontecimentos imperiais da política internacional. A suposta neutralidade e imparcialidade das teorias de RIs, dos autores(as) que as operacionalizam e de suas escolhas metodológicas continuam perpetuando e reforçando esquecimentos de violências coloniais. Por outro lado, abordagens de cunho mais descritivo, que aderem a metodologias históricas são vistas como subjetivas e não científicas. Neste processo, há um apagamento de pensamentos de autores a partir de um recorte geográfico, racial e de gênero, que passam a serem excluídos da genealogia da disciplina e da própria política internacional. Abre-se espaço apenas para a reprodução de pensamentos de autores como Mahan e Wilson, cujas ideias chegam de forma higienizada em manuais da disciplina ou em textos teóricos de RIs. Reflexões como as de Du Bois ou pensamentos como os de Rizal, Mabini e Emilio Aguinaldo são ignorados, reforçando o caráter eurocêntrico das RIs.

Argumentou-se que alguns mitos das RIs, especificamente o historiográfico vinculado ao nascimento disciplinar em 1919, corroboram tais esquecimentos. Isto pois, a partir dele, operacionaliza-se um artificial marco temporal que esvazia o conteúdo histórico precedente, especificamente as dinâmicas imperiais, civilizacionais e racistas do século XIX. Ainda, outro agravante desta narrativa é a insinuação de que a disciplina emerge para explicar apenas causas das guerras entre os Estados, definindo-se que a maneira correta de análise é a partir de uma ontologia estatal e seu sistema internacional anárquico. Teorias que não vinculam-se à explicação das guerras ou às explicações das relações entre os Estados são marginalizadas, dificultando uma apreciação das nuances imperiais e raciais sobre a política internacional. Estes elementos compõem a “norma contra o perceber” de Vitalis (2000, p. 323), que



simplificam a apreensão da história intelectual da disciplina, bem o desenvolvimento teórico do campo.

Buscou-se delinear a importância de reconduzir a História como um dos eixos dos estudos internacionais, especialmente sincronizando os contextos acadêmicos-científicos com seus respectivos contextos histórico-políticos. A partir da Sociologia Histórica Global (SHG), argumentou-se sobre a relevância de identificar e discutir análises em torno das características transnacionais aos fenômenos globais, como império e raça. Neste sentido, foi analisado que o exercício de políticas imperiais, especialmente aos finais do século XIX e início do XX, era justificado a partir de missões supostamente benevolentes sobre populações ditas “não civilizadas”. Nesta divisão, construíam-se representações e políticas de subjugação, nas quais alguns territórios “atrasados” seriam merecedores de intervenção e exploração, enquanto caberia à alguns territórios (brancos) a própria colonização.

Discutiu-se que, para auxiliar a compreender o projeto colonial dos EUA sobre as Filipinas, é necessário inserir as dinâmicas particulares da sociedade estadunidense – operacionalizada por ideias acerca da Doutrina Monroe, Portas Abertas e Destino Manifesto – dentro da lógica de competição imperial-mercantil global, afim de não incorrerem em narrativas excepcionalistas/benevolentes das expansões civilizacionais dos EUA. Ao contrário destas narrativas, interpreta-se nesta dissertação, a partir da SHG, que a partir da conjuntura de desenvolvimento capitalista “desigual e combinado” emerge a dinâmica de universalização de práticas imperiais entre os países, “derivada das exigências da acumulação competitiva do capital” (ANIEVAS, 2014, p.6). Compunham tais dinâmicas, como visto, conotações raciais e o supremacismo branco, que atravessaram, complementaram e eram articulados como legitimadores dos pensamentos expansionistas, geopolíticos e de defesa. Os Estados Unidos não estavam à parte destas dinâmicas, mas as compunham e as reforçavam, como buscou-se demonstrar com o estudo de caso acerca da colonização das Filipinas.

Foi debatido, por sua vez, que as narrativas e histórias presentes na disciplina de RIs acerca do projeto colonial sobre as Filipinas não apenas reduzem as complexidades transnacionais e imperiais como também marginalizam as justificativas ideológicas-raciais da expansão estadunidense. Tais tonalidade raciais são evidentes no estudo de caso, seguindo um padrão de hierarquização civilizacional imposto, a fim de naturalizar as violências perpetradas sobre outros povos. Buscando a independência, analisou-se que os revolucionários filipinos

tiveram de buscar o reconhecimento dos EUA sobre, mais do que sua Revolução, sua própria civilização e humanidade.

Por sua vez, o momento de expansão extra-continental estadunidense suscitou maiores debates acerca de como melhor administrar os novos territórios, e conseqüentemente, suas populações. Tais debates não ficaram restritos à esfera política, estendendo-se à academia. É neste contexto que insere-se o *Journal of Race Development*, resultado direto da colonização estadunidense sobre as Filipinas. Comum aos contribuidores da revista era a ideia de que, mesmo que as diferenças raciais entre colonos e colonizados não pudessem ser apagadas, elas poderiam ser moldadas por meio da educação e da reforma política. Variava-se a concepção de “atraso” entre as raças e suas conseqüências e significados, mas era comum e consensual a ideia de que este atraso poderia ser explicado através de diferentes processos de desenvolvimento.

No que tange à historiografia das RIs, as nuances históricas discutidas nesta dissertação são perdidas e esquecidas quando credita-se a *Foreign Affairs* como o primeiro periódico de política internacional, e não o *Journal of Race Development*; a história é simplificada quando aponta-se o ano de 1919 e a fundação da primeira cátedra de RIs como marcos inaugurais da disciplina. Perdem-se nuances quando os impérios e as questões raciais são esquecidas nas RIs, em favor de abstrações estruturais-conceituais. Nestas situações, impérios e raças não aparecem como um problema a ser discutido no campo. O estudo de caso desta dissertação sequer apareceria como um tema de análise relevante, se fossem seguidos as narrativas, histórias e limitações convencionais da disciplina. Sobretudo, omite-se o próprio papel da emergência da disciplina de RIs como um campo intimamente associado à administração colonial. Isto pois as RIs são constituídas de diversos mitos que constroem analiticamente, metodologicamente e epistemologicamente a disciplina.

Neste sentido, a relevância de compreender e recuperar as histórias em torno da colonização estadunidense sobre as Filipinas foi sintetizada em três principais pontos:

- a) o estudo do referido projeto colonial e o seu entrelaçamento com o JRD, de fortes nuances imperiais e raciais, nos revela um caminho de entendimento que atua como mais um indicativo acerca dos simplismos gerados a partir dos mitos historiográficos da disciplina, especialmente o de seu nascimento;
- b) o referido projeto colonial e os discursos em torno dele nos permitem inserir contexto sobre pensamentos de autores considerados clássicos nas RIs, como os de Mahan e os de Wilson, destacando nuances imperiais e raciais de seus discursos;

- c) afastando-se das explicações excepcionalistas e benevolentes de sua história, o estudo de caso permite também adicionar novos elementos às discussões de política externa estadunidense da virada do século XIX ao XX, demonstrando as suas nuances imperiais e supremacistas, bem como delineando suas transnacionalidades capitalistas, imperiais e raciais.

Por meio de um estudo de caso sobre a colonização dos EUA sobre as Filipinas discuti, nesta dissertação, sobre as raízes coloniais das RIs. Busquei contribuir com as discussões acerca dos mitos da política internacional e dos mitos historiográficos da disciplina. Ambos ecoam um passado racista e colonial, compondo parte de uma narrativa *mainstream*, linear, eurocêntrica e paroquial sobre a política global. Avaliar as implicações desse legado para as RIs apenas é possível se houver uma reavaliação das histórias da disciplina. Dificilmente conseguiremos, afinal, discutir desafios contemporâneos – como os movimentos anti-racistas citados na introdução desta dissertação - caso insistirmos na pureza das histórias inventadas do campo e na exaltação de cânones higienizados. Pelo contrário, a disciplina atuará como mais uma estátua, estagnada, acobertando os legados coloniais cada vez mais evidentes e expressadas em desigualdades sociais crescentes, em discursos e práticas de líderes, movimentos reacionários e nas próprias instituições acadêmicas. Reavaliar e questionar essas histórias permitirá, afinal, retirar estes legados imperiais e raciais das sombras historiográficas das Relações Internacionais, nos permitindo reimaginar o papel da disciplina na política internacional.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Race and racism in the founding of the modern world order. **International Affairs**, United States, v. 1, n. 98, p. 23–43, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iiab198>. Acesso em: 04 set. 2022.

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry. The making of global International Relations: origins and evolution of IR at its centenary. **International Affairs**, United States, v. 96, n. 4, p. 1089–1091, July 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iiab111>. Acesso em: 04 set. 2022.

ADAMS, Brooks. **America economic supremacy**. New York: Harper, 1990.

AGUINALDO, Emiliano. Aguinaldo on the Monroe Doctrine. **The Chicago Tribune**, 1898. Disponível em: <http://projects.leadr.msu.edu/usforeignrelations/exhibits/show/the-monroe-doctrine/item/226>. Acesso em: 19 nov. 2021.

ANIEVAS, Alexander. **Capital, The State and War**. Michigan: The University of Michigan Press, 2014.

ANIEVAS, Alexander; GOGU, Cristian. Capitalism and “the international”: a historical approach. *In*: CARVALHO, Benjamin de; COSTA LOPEZ, Julia; LEIRA, Halvard (ed.). **Routledge Handbook of Historical International Relations**. London: Routledge, 2015. p. 138–152.

ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie. **Race and Racism in International Relations**. London: Routledge Taylor & Francis, 2014.

ANIEVAS, Alexander; MATIN, Kamran. **Historical Sociology and World History**. London: Rowman & Littlefield, 2016.

ANIEVAS, Alexander; NISANCIOGLU, Karem. **How the West Came to Rule: The Geopolitical Origins of Capitalism**. London: Pluto Press, 2015.

ASHWORTH, Lucian M. **A history of international thought: from the origins of the modern state to academic international relations**. New York: Routledge, 2014.

ASHWORTH, Lucian M. Warriors, pacifists and empires : race and racism in international thought before 1914. **International Affairs**, United States, v. 1, n. 98, p. 281–301, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iiab199>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BARASUOL, Fernanda Barth. **Academics and politics in international relations: from the “golden age” to the “great gap”**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/187623>. Acesso em: 19 nov. 2021.

BARBER, Alexander D. Scientific racism, race war and the global racial imaginary. **Third World Quarterly**, United States v. 40, n. 2, p. 207–223, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2019.1575200?journalCode=ctwq20>. Acesso em: 12 de fev. 2022

BARKAWI, Tarak. States, armies, and wars in global context. *In*: GO, Julian; LAWSON, George (ed.). **Global Historical Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. p. 58–75.

BARKIN, Harvey. **Rizal in America: He was not impressed**. Positively Filipino. 2021. Disponível em: <http://www.positivelyfilipino.com/magazine/rizal-in-america-he-was-not-impressed>. Acesso em: 19 de nov. 2021.

BAYLY, Martin J. Imperialism: Beyond the “Re-turn to empire” in International Relations. *In*: CARVALHO, Benjamin; COSTA LOPEZ, Julia; LEIRA, Halvard (ed.). **Routledge Handbook of Historical International Relations**. London: Routledge, 2021. p. 355–367.

BELL, Duncan. Writing the World: Disciplinary History and Beyond. **International Affairs**, United States, v. 85, n. 1, p. 3–22, 2009. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27694916>. Acesso em: 16 fev. 2022.

BELL, **Reordering the world: essays on liberalism and empire**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

BELL. **Empire, Race and Global Justice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

BELL. **Victorian visions of global order: empire and relations in nineteenth-century political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BELL. Writing the world. *In*: SCHMIDT, Brian C.; GUILHOT, Nicolas (ed.). **Historiographical investigations in international relations**. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 15–50.

BENSEL, Richard Franklin. **The Political Economy of American Industrialization, 1877-1900**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

BEVERIDGE, Albert J. **In Support of an American Empire**. Teaching American History, Jan. 09, 1900. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/in-support-of-an-american-empire/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BEVERIDGE, Albert J. The Development of a Colonial Policy for the United States. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Washington, v. 30, p. 3–15, 1907. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1010628>. Acesso em: 8 nov. 2021.

BEVOISE, Ken de. **Agents of Apocalypse: epidemic disease in the colonial Philippines**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

BHAMBRA, Gurinder *et al.* Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism? **Foreign Policy**, 03 jul. 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BLAKESLEE, George H. Introduction. **The Journal of Race Development**, United States, v. 1, n. 1, p. 1–4, 1910. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29737842>. Acesso em: 07 fev. de 2022.

BLATT, Jessica. “To bring out the best that is in their blood”: Race, reform, and civilization in the *Journal of Race Development* (1910-1919). **Ethnic and Racial Studies**, London, v. 27, n. 5, p. 691–709, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0141987042000246309>. Acesso em: 07 fev. 2022.

BOIS, W.E.B. Du. **Another Open Letter to Woodrow Wilson**. Teaching American History, Ashbrook Center. Disponível em: <https://teachingamericanhistory.org/document/another-open-letter-to-woodrow-wilson/>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BOIS, W.E.B. Du. Of the Culture of White Folk. **The Journal of Race Development**, United States. v. 7, n. 4, p. 434–447, 1917. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/29738213.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022

BOIS, W.E.B. Du. **The Souls of Black Folk**. 1903, New York, Bantam Classic.

BOIS, W.E.B. Du; HOLLOWAY, Jonathan Scott. **The Souls of Black Folk**. London: Yale University Press, 2015.

BUZAN, Barry. **From International to World Society?** Cambridge: Cambridge Studies in International Relations, 2004.

BUZAN, Barry; LAWSON, George. The global transformation: History, modernity and the making of international relations. United States. **International Studies Quarterly**, Oxford, v. 57, n. 3, p. 1–396, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139565073>. Acesso em: 12 fev. 2022

BUZAN, Barry; LAWSON, George. **The global transformation: History, modernity and the making of international relations**. London: Cambridge Studies in International Relations, 2015.

ÇAPAN, Zeynep Gülsah; REIS, Filipe dos; GRASTEN, Maj. Connections and Circulations in Historical International Relations. *In*: CARVALHO, Benjamin; COSTA LOPEZ, Julia; LEIRA, Halvard (ed.). **Routledge Handbook of Historical International Relations**. London: Routledge, 2021. p. 521–529.

CARR, Edward Hallett. **The Twenty Years' Crisis, 1919-1939**. London: The Macmillan Press, 1946.

CARVALHO, Benjamin de; COSTA LOPEZ, Julia; LEIRA, Halvard. **Routledge Handbook of Historical International Relations**. London: Routledge, 2021.

CARVALHO, Benjamin de; LEIRA, Halvard; HOBSON, John M. The big bangs of IR: The myths that your teachers still tell you about 1648 and 1919. England. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 39, n. 3, p. 735–758, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829811401459>. Acesso em 23 nov. 2021.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

CHAMBERLAIN, Alexander F. China and Her Role in Human History. **The Journal of Race Development**, United States, v. 2, n. 3, p. 323–342, 1912. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/29737919.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022

CHAMBERLAIN, Alexander F. The Contribution of the Negro to Human Civilization. **The Journal of Race Development**, United States, v. 1, n. 4, p. 482–502, 1911. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29737886>. Acesso em: 12 fev. 2022

COLOMBIAN anti-government protesters topple Columbus statue. **BBC News**, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-57651833>. Acesso em: 16 fev. 2022.

CONWAY, Philip *et al.* The case Against Woodrow Wilson, after 100 years. **The Disorder of Things**, 28 May 2019. Disponível em: <https://thedisorderofthings.com/2019/05/28/the-case-against-woodrow-wilson/>. Acesso em: 12 fev. 2022.

CULLINANE, Michael Patrick; RYAN, David. **U.S. foreign policy and the other**. New York: Berghahn, 2014.

DRYZEK, John S.; LEONARD, Stephen T. History and Discipline in Political Science. **American Political Science Review**, Washington, v. 82, n. 4, p. 1245–1260, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1961758>. Acesso em: 23 nov. 2021.

ELMAN, Colin; ELMAN, Miriam Fendius. The role of history in international relations. United States, **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 357–364, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829808097644>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FAULKNER, William. **Requiem for a Nun**. Random House, New York, 1951.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções**, Dourado, v. 8, n. 15, p. 458–485, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11552>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FINLEY, John P. The Mohammedan Problem in the Philippines. **The Journal of Race Development**, United States, v. 5, n. 4, p. 353–363, 1915. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29738073>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FUTURE Work in the Philippines. **New York Times**, February 7, 1899. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1899/02/07/archives/future-work-in-the-philippines.html>. Acesso em: 19 nov. 2021.

GANI, Jasmine K.; MARSHALL, Jenna. The impact of colonialism on policy and knowledge production in International Relations. **International Affairs**, United States, v. 1, n. 98, p. 5–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iiab226>. Acesso em: 04 fev. 2022.

GATEWOOD, Willard. **“Smoked Yankees” and the Struggle for Empire: Letters from Negro Soldiers, 1898–1902**. Illinois : University of Illinois Press, 1971.

GIEBEL, Christoph. **The Big Lie in Volunteer Park**. Northwest Asian Weekly, May 13, 2021. Disponível em: <https://nwasianweekly.com/2021/05/commentary-the-big-lie-in-volunteer-park/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

GO, Julian. For a postcolonial sociology. **Theory Sociology**, United States v. 42, p. 25-55, 2013. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11186-012-9184-6>. Acesso em: 12 fev. 2022

GO, Julian. **Patterns of empire: The British and American empires, 1688 to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

GO, Julian; FOSTER, Anne L. **The American Colonial State in the Philippines: global perspectives**. London: Duke University Press, 2003.

GO, Julian; LAWSON, George. **Global Historical Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

GO, Julian; LAWSON, George; CARVALHO, Benjamin. Historical sociology in international relations: The challenge of the global. In: CARVALHO, Benjamin; COSTA LOPEZ, Julia; LEIRA, Halvard (ed.). **Routledge Handbook of Historical International Relations**. London: Routledge, 2021. p. 47–58.

GRANDIN, Greg. **The End of the Myth: From the Frontier to the Border Wall in the Mind of America**. New York: Metropolitan Books Henry Holt and Company, 2020.

GREEN, Jeremy. Beyond Coxian Historicism: 19th Century World Order and the Promise of Uneven and Combined Development. England. **Millennium**, London, v. 42, n. 2, p. 286–308, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829813503511>. Acesso em: 12 fev. 2022

GREENFELD, Liah. **Nationalism: a short history**. Washington: Brookings Institution, 2019.

GROVOGUI, Siba N. **Beyond Eurocentrism and Anarchy: memories of international order and institutions**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GUILHOT, Nicholas. **Realism, The Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory: The invention of International Relations Theory**. New York: Columbia University Press, 2011.



GUNNELL, John G. The Matter with History and Making History Matter. *In*: SCHMIDT, Brian C.; GUILHOT, Nicolas (ed.). **Historiographical Investigations in International Relations**. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 203–221.

HALL, Stanley. The Point of View toward Primitive Races. United States, **Journal of Race Development**, United States, v. 1, n. 1, p. 4–11, 1910. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29737843>. Acesso em: 12 fev. 2022

HARRIS, Susan K. **God's Arbiters**. New York: Oxford University Press, 2011.

HATTENDORF, John B.; HATTENDORF, Lynn C. **A bibliography of the works of Alfred Thayer Mahan**. Rhode Island: Naval War College Press, 1986.

HENDERSON, Errol A. Hidden in plain sight: Racism in international relations theory. **Cambridge Review of International Affairs**, United States, v. 26, n. 1, p. 71–92, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09557571.2012.710585>. Acesso em: 12 fev. 2022.

HENDERSON, Errol A. The Revolution Will Not Be Theorised: Du Bois, Locke, and the Howard School's Challenge to White Supremacist IR Theory. **Millennium**, London, v. 45, n. 3, p. 492–510, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829817694246>. Acesso em: 12 fev. 2022

HERRING, George C. **The American Century and Beyond. U.S. Foreign Relations, 1893-2015**. New York: Oxford University Press, 2017.

HIXSON, Walter L. **American foreign relations: a new diplomatic history**. New York: Routledge, Taylor and Francis, 2015.

HOBDEN, Stephen; HOBSON, John M. **Historical Sociology of International Relations**. New York: Cambridge University Pr, 2003.

HOBSON, Christopher. **The Rise of Democracy: Revolution, War and Transformations in International Politics Since 1776**. London: Edinburgh University Press, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3366/edinburgh/9780748692811.001.0001>. Acesso em: 12 fev. 2022

HOBSON, John M. Re-viewing the Eurocentric Conception of World Politics: A Response to Knutsen, Ling, Schmidt, Tickner and Vitalis. England. **Millennium**, London, v. 42, n. 2, p. 485–514, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829813515042>. Acesso em: 12 fev. 2022

HOBSON, John M. **The Eastern Origins of Western Civilisation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

HOBSON, John M. **The Eurocentric Conception of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

HOBSON, John M; SAJED, Alina. Navigating beyond the eurofetishist frontier of critical IR theory: Exploring the complex landscapes of non-western agency. **International Studies**

**Review**, Oxford, v. 19, n. 4, p. 547–572, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isr/vix013>. Acesso em: 12 fev. 2022

HOFFMANN, Stanley. An American Social Science : International Relations. **Daedalus: Discoveries and Interpretations: Studies in Contemporary**, Oxford, v. 106, n. 3, p. 41–60, 1977. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20024493>. Acesso em: 12 fev. 2022.

HORTA, Luiz Fernando Castelo Branco Rebello. **Tambores de guerra o realismo e o poder das ideias no início da guerra fria (1945-1960)**. 2018. Tese (Doutorado Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34993>. Acesso em: 21 jan. 2021.

HOZIĆ, Aida A. The Enduring Fear and Allure of Miscegenation: In Response to John Hobson's The Eurocentric Conception of World Politics. **Postcolonial Studies**, London, v. 19, n. 2, p. 185–190, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2016.1254015>. Acesso em: 12 fev. 2022

HUNT, Lynn. **Writing History in the Global Era**. New York: Norton, 2014.

HUNTINGTON, Ellsworth. Physical Environment as a Factor in the Present Condition of Turkey. **The Journal of Race Development**, v. 1, n. 4, p. 460, 1911. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/29737885>. Acesso em: 12 fev. 2022

HUNTINGTON, Ellsworth. The Adaptability of the White Man to Tropical America. **The Journal of Race Development**, v. 5, n. 2, p. 185–211, 1914. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29738039>. Acesso em: 12 fev. 2022

IMMERWAHR, Daniel. **How to Hide An Empire: a history of the Greater United States**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2019.

INAYATULLAH, Naeem; BLANEY, David L. **International Relations and the Problem of Difference**. New York: Routledge, 2004.

JEFFERSON, Thomas. From Thomas Jefferson to James Monroe, November 24, 1801. **Founders Online**, [1801]. Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Jefferson/01-35-02-0550>. Acesso em: 12 fev. 2022

JOHNSON, Edward Augustus. History of Negro Soldiers in the Spanish-American War, and Other Items of Interest. Raleigh: Capital Printing, 1899.

JONES, Christopher. **Pioneers of racial development or proponents of subjugation? A Biographical analysis of the Journal of Race Development**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Erasmus University Rotterdam, 2017. Disponível em: <https://thesis.eur.nl/pub/39309/>. Acesso em: 23 jan. 2022

JONES, Christopher. **Pioneers of racial development or proponents of subjugation? A Biographical analysis of the Journal of Race Development**. 2017. Tese (Doutorado em

Relações Internacionais) - Erasmus University Rotterdam, 2017. Disponível em: <https://thesis.eur.nl/pub/39309/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

KAGAN, Robert. Supremacy by Stealth. **The Atlantic**, 2003. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2003/07/supremacy-by-stealth/302760/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

KALAW, Teodoro. *The Philippine Revolution*. Manila: J. B Vargas Foundation, 1969.

KASTOR, Peter J. **America's Struggle with Empire: a documentary history**. Washington: CQ Press, 2010.

KEENE, Edward. The standard of “civilisation”, the expansion thesis and the 19th-century international social space. **Millennium**, London, v. 42, n. 3, p. 651–673, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829814541319>. Acesso em: 12 fev. 2022.

KEENE, Jeniffer D. **Wilson and Race Relations: A Companion to Woodrow Wilson**. New York: John Wiley, 2013.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KISSINGER, Henry. **World Order**. New York: Penguin Books, 2014. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-1-137-11994-0\\_10](https://doi.org/10.1007/978-1-137-11994-0_10). Acesso em: 12 fev. 2022

KRAMER, Paul A. Empires, Exceptions, and Anglo- Saxons: Race and Rule between the British and U.S. Empires, 1880–1910. *In*: GO, Julian; FOSTER, Anne L. (ed.). **The American Colonial State in the Philippines: Global Perspectives**. London: Duke University Press, 2003. p. 42–91.

KRAMER. **The Blood of Government: Race, Empire, the United States, and the Philippines**. United States: The University of North Carolina Press, 2006.

KRISHNA, Sankaran. Race, Amnesia, and the Education of International Relations. **Alternatives: Global, Local, Political**, London, v. 26, n. 4, p. 401–424, 2001.

LAFEBER, Walter. **The New Empire: an interpretation of American expansion 1860-1898**. London: Cornell University Press, 1963. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2140782>. Acesso em: 12 fev. 2022.

LAFEBER. **The Cambridge history of American foreign relations: in search for opportunity, 1865-1913**. London: Cambridge University Press, 1993. v. 2.

LAWSON, George. Historical sociology in international relations: Open society, research programme and vocation. **International Politics**, Washington, v. 44, n. 4, p. 343–368, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/palgrave.ip.8800195>. Acesso em: 12 fev. 2022

LAWSON. The eternal divide? History and International Relations. **European Journal of International Relations**, London, v. 18, n. 2, p. 203–226, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066110373561>. Acesso em: 12 fev. 2022

LAWSON. The promise of historical sociology in international relations. **International Studies Review**, London, v. 8, n. 3, p. 397–423, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2486.2006.00600.x>. Acesso em: 21 jan. 2021

LEIGH, Joseph. **The emergence of global power politics: imperialism, modernity, and American expansion 1870-1914**. 2020. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - London School of Economics and Politics Science, London, 2020. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/4110/>. Acesso em: 21 jan. 2021

LEIRA, Halvard; DE CARVALHO, Benjamin. Construction Time Again: History in Constructivist IR Scholarship. **ERIS – European Review of International Studies**, London, v. 3, n. 3, p. 99–111, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3224/eris.v3i3.27346>. Acesso em: 12 fev. 2022.

LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva. **História das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

LEWIS, W. Arthur. **Growth and fluctuations 1870-1913**. New York: Routledge, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203092613>

LINKLATER, Andrew. **The Idea of Civilization and the Making of the Global Order**. Bristol: Bristol University Press, 2020.

LITTLE, Lawrence S. The African Methodist Episcopal Church Media and Racial Discourse , 1880-1900. **The North Star: A Journal of African American Religious History**, Washington, v. 2, n. 1, p. 1–14, 1998.

LONG, David; SCHMIDT, Brian C. **Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, 2005.

LUCE, Stephen B. **The Writings of Stephen B. Luce**. New York: American Naval Records Society, 2012.

LUCE. Address Delivered at the United States Naval War College. *In*: HAYES, John D.; HATTENDORF, John B. (ed.). **The Writings of Stephen B. Luce, 1903**. Newport RI: Naval War College Press, 1975.

MABINI, Apolinario. **La revolución filipina**. Manila: Publicaciones de La biblioteca nacional de Filipinas, 1931.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power Upon History**. Boston: Little, Brown, and Company, 1898.

MATTHEWS, Dylan. **Woodrow Wilson was extremely racist – even by the standards of his time.** *Vox*, 20 de nov de 2015. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2015/11/20/9766896/woodrow-wilson-racist>. Acesso em: 15 fev.2022.

MÁXIMO, Jéssica Cristina Resende. **Historiografia(s) das Relações Internacionais:** uma análise pós-colonial das histórias e dos saberes da Área de RI de Brasil, China e Índia. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MCKINLEY, Willian. Second Inaugural Address of William McKinley. 1901. Disponível em: [https://avalon.law.yale.edu/19th\\_century/mckin2.asp](https://avalon.law.yale.edu/19th_century/mckin2.asp). Acesso em: 19 nov. 2021.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Case for Offshore Balancing: A Superior U.S. Grand Strategy. **Foreign Affairs**, Washington, v. 95, n. 4, 2016.

MENDES, Pedro Emanuel. O nascimento das relações internacionais como ciência social : uma análise comparada do mundo anglo- americano e da Europa continental. **Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 21–53, 2019.

MENDONÇA, Filipe Almeida do Prado; CICERO, Pedro Henrique de Moraes; AMARAL, Marisa Silva. Faces da mesma moeda: imperialismo e racismo na consolidação da hegemonia dos Estados Unidos. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 221–248, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/rmufgd.v8i15.11542>

MILLER, Stuart Creighton. **Benevolent Assimilation: The American Conquest of The Philippines, 1899-1993.** London: Yale University Press, 1982. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctvfjcz2v.12>

MOREFIELD, Jeanne. Crashing the Cathedral: Historical Reassessments of Twentieth-Century International Relations. **Journal of the History of Ideas**, London, v. 81, n. 1, p. 131–155, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jhi.2020.0002>

MURPHY, Gretchen. **Hemispheric imaginings:** The Monroe Doctrine and Narratives of US. Empire. Durham: Duke University Press, 2005.

ONISHI, Yuichiro. ‘The New Negro of the Pacific: How African Americans Forged Cross-Racial Solidarity with Japan, 1917-1922’. **The Journal of African American History**, v. 92, n. 2, p. 194–195, 2007.

OSTERHAMMEL, Jurgen. **The Transformation of The World.** Princeton: Princeton University Press, 2014.

PALEN, Marc William. Protection, federation and union: The global impact of the McKinley Tariff upon the British Empire, 1890-94. **Journal of Imperial and Commonwealth History**, London, v. 38, n. 3, p. 395–418, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03086534.2010.503395>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PALEN, Marc-William. **The “Conspiracy” of Free Trade**. London: Cambridge University Press, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/cbo9781316271353>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PALEN, Marc-William. The Imperialism of Economic Nationalism , 1890 – 1913 . **Diplomatic History**, v. 0, n. 0, p. 1–29, 2014.

PARMAR, Inderjeet. American Hegemony, The Rockefeller Foundations and the Rise of Academic International Relations in the United States. *In: **Realism, The Rockefeller Foundation, and the 1954 Conference on Theory: The invention of International Relations Theory***. New York: Columbia University Press, 2011. p. 182–209.

PERSAUD, Randolph B. **Counter-Hegemony and Foreign Policy**. New York: SUNY, 2001.

PERSAUD, Randolph B.; SAJED, Alina. **Race, Gender, and Culture in International Relations: Postcolonial Perspectives**. London: Taylor & Francis, 2018.

PERSAUD, Randolph B.; WALKER, R. B. J. Apertura: Race in international relations. **Alternatives**, London, v. 26, n. 4, p. 373–376, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030437540102600401>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PERSAUD. Killing the Third World: civilisational security as US grand strategy. **Third World Quarterly**, London, v. 40, n. 2, p. 266–283, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1535891>. Acesso em: 17 nov. 2021.

PHILIPPINE COMMISSION. **Report of the Philippine commission to the President**, v. 1, n. 1, Jan. 1900. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/p/philamer/AEX9637.0001.001?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em 20 nov. 2021.

POPLIN, Richard R. The Letters of W. Thomas Osborne: A Spanish-American War Soldier or Bedford County. **Tennessee Historical Quarterly**, Tennessee, v. 22, n. 2, p. 152–169, 1963.

POULANTZAS, Nicos. **State, power, socialism, trans**. New York: W.S Bookwell, 2001.

PRASCH, Robert E. Neoliberalism and empire: How are they related? **Review of Radical Political Economics**, London, v. 37, n. 3, p. 281–287, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613405278154>. Acesso em: 17 nov. 2021.

QUIRK, Joel; VIGNESWARAN, Darshan. The construction of an edifice: The story of a First Great Debate. **Review of International Studies**, London, v. 31, n. 1, p. 89–107, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0260210505006315>. Acesso em: 17 nov. 2021.

REUS-SMIT, Christian. Reading history through constructivist eyes. **Millennium: Journal of International Studies**, London, v. 37, n. 2, p. 395–414, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829808097647>. Acesso em: 17 nov. 2021.

REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford Handbook Of International Relations Great**. London: Oxford University Press, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1198/sbr.2009.0048>. Acesso em: 17 nov. 2021.

REUS-SMIT. **Individual rights and the making of the international system**. New York: Cambridge University Press, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139046527>. Acesso em: 17 nov. 2021.

RICHMOND PLANET. Negroes against McKinley's Philippine Policy, 1899. Disponível em: <https://virginiachronicle.com/cgi-bin/virginia?a=d&d=RP18990722.1.4&e=-----en-20--1--txt-txIN----->. Acesso em: 20 nov. 2021.

RIZAL, Jose. **Diarios y memorias**. Manila: Comision Nacional del Centenario de Jose Rizal, 1961. Disponível em: <https://www.filipinaslibrary.org.ph/biblio/60929/>. Acesso em: 17 nov. 2021

ROOSEVELT indignant. **Boston Morning Journal**, 31 May 1902. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/sn84022619/>. Acesso em: 20 nov. 2021

ROOSEVELT, Theodore. **Industrial Peace**. In: GRIFFITH, William (ed.). *The Roosevelt Policy: Speeches, Letters and State Papers, Relating to Corporate Wealth and Closely Allied Topics*. 1902.

ROOSEVELT, Theodore. Letter from Theodore Roosevelt to Benjamin F. Tracy, 1903. Disponível em: <https://www.theodorerooseveltcenter.org/Research/Digital-Library/Record?libID=o40653>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ROOSEVELT, Theodore. **The winning of the West An Account of the Exploration and Settlement of Our Contry from the Alleghanies to the Pacific**. Filadélfia: Gebbie, 1903. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1010628>; Acesso em: 17 nov. 2021.

ROSENBOIM, Or. Threads and Boundaries: Rethinking the Intellectual History of International Relations. In: SCHMIDT, Brian C.; GUILHOT, Nicolas (ed.). **Historiographical Investigations in International Relations**. London: Palgrave Macmillan, 2019. p. 97–125. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-3-319-78036-8\\_5](https://doi.org/10.1007/978-3-319-78036-8_5)

ROSS, Dorothy. **The Origins of American Social Science** New York: Cambridge University Press, 1990.

SABARATNAM, Meera. Is IR Theory White? Racialised Subject-Positioning in Three Canonical Texts. **Millennium: Journal of International Studies**; London, v. 49, n. 1, p. 3–31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0305829820971687>. Acesso em: 17 nov. 2021

SAJED, Alina. **Postcolonial Encounters in International Relations: the politics of transgression in the Maghreb**. London: Routledge, Taylor and Francis, 2013.

SAJED, Alina; INAYATULLAH, Naeem. On the Perils of Lifting the Weight of Structures: An Engagement with Hobson's Critique of the Discipline of IR. **Postcolonial Studies**, London, v. 19, n. 2, p. 201–209, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2016.1254017>. Acesso em: 17 nov. 2021

SCHIRMER, Daniel. Republic or Empire: American Resistance to the Philippine War. London: Cambridge University Press, 1972.

SCHMIDT, Brian C. **International relations and The First Great Debate**. New York: Routledge Taylor & Francis, 2012. v. 30. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2128446>. Acesso em: 17 nov. 2021

SCHMIDT, Brian C. **The Political Discourse of Anarchy: A disciplinary history of International Relations**. New York: State University of New York Press, 1998.

SCHMIDT, Brian C.; GUILHOT, Nicolas. **Historiographical Investigations in International Relations**. London: Palgrave Macmillan, 2019.

SCHURZ, Carl. **Address Oposing Annexation of the Philippines**. 1899. Disponível em: <https://www.encyclopedia.com/people/history/us-history-biographies/carl-schurz>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SCOTT, James M. **Rampage: MacArthur, Yamashita, and the Battle of Manila**. New York: W. W. Norton, 2018.

SEXTON, Jay. **The Monroe Doctrine: Empire and Nation in Nineteenth-Century America**. New York: Hill and Wang, 2018.

SHELDON, Philip Foner; WINCHESTER, Richard C. **The Anti-Imperialist Reader: A Documentary History of Anti-Imperialism in the United States**. New York: Holmes and Meier, 1984.

SHILLIAM, Robbie. **Decolonizing Politics**. Cambridge: Polity Press, 2021.

SHIMAZU, Naoko. **Japan, Race and Equality: The Racial Equality Proposal of 1919**. London: Routledge, 2003.

SHUSTER, W.Morgan. Our Philippine Policies and Their Results Authors. **Journal of Race Development**, United States. v. 1, n. 1, p. 58–74, 1910. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29737847>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SLAVE trader statue torn down in Bristol anti-racism protest. **BBC News**, 7 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/uk-52954994>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SMITH, Robert C. **Conservatism and racism, and why in America they are the same**. Albany: State University of New York Press, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.5860/choice.48-5380>. Acesso em: 17 nov. 2021



SMITH, Steve. Historical Sociology And International Relations Theory. *In*: HOBDEN, Stephen; HOBSON, John M. (ed.). **Historical Sociology of International Relations**. New York: Cambridge University Press, 2002. p. 223–243. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203025307-12>. Acesso em: 17 nov. 2021

TAYLOR, John Rodger. **The Philippine Insurrection against the United States: A** Compilation of Documents with Notes and Introduction. 1971 Pasay City, Phil. Eugenio Lopez Foundation.

THIES, Cameron G. Progress, history and identity in international relations theory: The case of the idealist-realist debate. **European Journal of International Relations**, London, v. 8, n. 2, p. 147–185, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1354066102008002001>. Acesso em: 17 nov. 2021

TILLY, Charles. Two Callings of Social History. **Social History**, London, v. 9, n. 5, p. 679–681, 1980. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/657056>. Acesso em 15 fev. 2022

TINCELLO, Katie. **Chile's Colonial Statues: a New History**. Chile Today, 6 fev.2020. Disponível em: <https://chiletoday.cl/chiles-colonial-statues-a-new-history/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

TREAT, Payson J. Politics or Principles for the Philippines. **The Journal of Race Development**, United States., v. 6, n. 1, p. 56, 1915. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/29738103>. Acesso em: 17 nov. 2021

TREAT, Payson J. Review Reviewed Work (s ): The American Occupation of the Philippines , 1898-1912 by James H . Blount. **Journal of Race Development**, United States. v. 4, n. 4, p. 490–194, 1914. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29738015>. Acesso em: 17 nov. 2021

TWAIN, Mark. **Comments on the Moro Massacre**. 1906. Disponível em: <https://www.historyisaweapon.com/defcon1/clemensmoromassacre.html>. Acesso em: 30 nov. 2021.

TWAIN, Mark. **Mark Twain home, an anti-imperialist**. New York Herald, 16 out. 1900. Disponível em: <https://fultonhistory.com/Newspaper%2014/New%20York%20NY%20Herald/New%20York%20NY%20Herald%201900/New%20York%20NY%20Herald%201900%20-%208960.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

UNITED STATES. **Ordem Executiva**, August 17, 1898. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/executive-order-116>. Acesso em 23 nov. 2021.

VAN APELDOORN, Bastiaan; DE GRAAFF, Naná. The Limits of Open Door Imperialism and the US State-Capital Nexus. **Globalizations**, London, United Kingdom, v. 9, n. 4, p. 593–608, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14747731.2012.699937>. Acesso em: 17 nov. 2021

VITALIS, Robert. Birth of a Discipline. *In*: LONG, David; SCHMIDT, Brian C. (ed.). **Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations**. New York: State University of New York Press, 2005. p. 159–181.

VITALIS, Robert. The graceful and generous liberal gesture: Making racism invisible in american international relations. **Millenium**, London, v. 29, n. 2, p. 331–356, 2000.  
Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298000290020701>. Acesso em: 17 nov. 2021

VITALIS, Robert. **White World Order, Black Power Politics. The Birth of American International Relations**. London: Cornell University Press, 2015.

WASHBURN, William S. A Worthy Example of the Influence of a Strong Man upon the Development of Racial Character. **The Journal of Race Development**, Worcester, v. 1, n. 3, p. 372, 1911. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/29737871>

WASHBURN, William S. The Philippine Civil Service. **Journal of Race Development**, Worcester, v. 1, n. 1, p. 36–57, 1910. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29737846>. Acesso em: 17 nov. 2021

WASHINGTON, George. **From George Washington to James Duane**, Sept. 7, 1783.  
Disponível em: <https://founders.archives.gov/documents/Washington/99-01-02-11798>. Acesso em: 17 nov. 2021

WILSON, Woodrow. **A History of the American People**. New York: Harper & Brothers, 1902.